

O COMUNITÁRIO NA IDENTIDADE DA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO



Elydo Alcides Guareschi | Irany Clemente Comin
(in memoriam)

Agostinho Both | Ivaldino Tasca
(Org.)



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Bernadete Maria Dalmolin
Reitora

Edison Alencar Casagrande
Vice-Reitor de Graduação

Antônio Thomé
Vice-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Rogério da Silva
Vice-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Cristiano Roberto Cervi
Vice-Reitor Administrativo

UPF Editora

Editores

Glauco Ludwig Araujo
Ivan Penteadou Dourado

Revisão

Ana Paula Pertile
Cristina Azevedo da Silva
Daniela Cardoso

Programação visual

Rubia Bedin Rizzi
Sirlete Regina da Silva

Suporte técnico

Carlos Gabriel Scheleder

Comunicação

Claudia Regina de Oliveira

Conselho editorial

Altair Alberto Fávero (UPF)
Alvaro Sanchez Bravo (Universidad de Sevilla)
Andrea Michel Sobottka (UPF)
Andrea Oltramari (Ufrgs)
Antônio Thomé (UPF)
Carlos Alberto Forcelini (UPF)
Carlos Ricardo Rossetto (Univali)
Cesar Augusto Pires (UPF)
Fernando Rosado Spilki (Feevale)
Gionara Tauchen (Furg)
Glauco Ludwig Araujo (UPF)
Héctor Ruiz (Uadec)
Helen Treichel (UFFS)
Ivan Penteadou Dourado (UPF)
Jaime Morelles Vázquez (Ucol)
Janaína Rigo Santin (UPF)
José C. Otero Gutierrez (UAH)
Kenny Basso (Imed)
Luís Francisco Fianco Dias (UPF)
Luiz Marcelo Darroz (UPF)
Nilo Alberto Scheidmandel (UPF)
Paula Benetti (UPF)
Sandra Hartz (Ufrgs)
Walter Nique (Ufrgs)

O COMUNITÁRIO NA IDENTIDADE DA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Elydo Alcides Guareschi

(in memoriam)

Irany Clemente Comin

Agostinho Both

Ivaldino Tasca

(Org.)

2019



Copyright dos organizadores

UPF Editora

Revisão e programação visual

Este livro, no todo ou em parte, conforme determinação legal, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa e por escrito do(s) autor(es). A exatidão das informações e dos conceitos e opiniões emitidas, as imagens, as tabelas, os quadros e as figuras são de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

- C741 O comunitário na identidade da Universidade de Passo Fundo / Elydo Alcides Guareschi (in memoriam), Irary Clemente Comin, Agostinho Both, Ivaldino Tasca (org.). – Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2019.
190 p. : il. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-523-0016-8 (impresso).

1. Universidades e faculdades comunitárias. 2. Ensino superior. 3. Identidade. I. Guareschi, Elydo Alcides, org. II. Comin, Irary Clemente, org. III. Both, Agostinho, org. IV. Tasca, Ivaldino, org. V. Universidade de Passo Fundo (UPF).

CDU: 378

Bibliotecária responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569



Campus I, BR 285, Km 292,7, Bairro São José
99052-900, Passo Fundo, RS, Brasil
Telefone: (54) 3316-8374

afiliada à



Sumário

Apresentação.....	7
Introdução.....	13
Ao protagonista da universidade comunitária: uma homenagem	15
<i>Agostinho Both</i>	
A inserção social dos idosos e a Universidade de Passo Fundo.....	18
<i>Agostinho Both</i>	
<i>Rita De Marco</i>	
A regionalização da Universidade de Passo Fundo.....	29
<i>Agostinho Both</i>	
Influência da Universidade de Passo Fundo no ensino superior no sul do Piauí	36
<i>Raimunda Maria da Cunha Ribeiro</i>	
<i>Mirian Folha de Araújo Oliveira</i>	
Polo de Modernização Tecnológica em Alimentos: história.....	49
<i>Irineu Fioreze</i>	
Formação de professores em serviço no sistema de ensino: cursos de férias	56
<i>Elydo Alcides Guareschi</i>	
Saúde comunitária: o pioneirismo da Faculdade de Medicina da Universidade de Passo Fundo.....	61
<i>Carlos Antonio Madalosso</i>	
<i>Sandra Malheiros Mendonça</i>	

A origem das escolas e das universidades do DGE-38: sua natureza pública e comunitária	67
<i>Agostinho Both</i>	
<i>Telmo Frantz</i>	
A Universidade de Passo Fundo e a municipalização da merenda escolar	78
<i>Elmar Luiz Floss</i>	
A mística do comunitário na missão da Universidade de Passo Fundo.....	91
<i>Irany Clemente Comin</i>	
<i>Salete Cleusa Bona</i>	
A Universidade de Passo Fundo e os cuidados com as comunidades rurais: projeto Unidades Móveis de Iniciação ao Trabalho	113
<i>Irany Clemente Comin</i>	
As feiras de ciências na comunitária Universidade de Passo Fundo	126
<i>Luiz Eurico Spalding</i>	
<i>Luiz Eduardo Schardong Spalding</i>	
Extensão universitária: o fortalecimento da identidade comunitária.....	144
<i>Bernadete Maria Dalmolin</i>	
<i>Marcio Tascheto da Silva</i>	
<i>Munira Medeiros Awad</i>	
<i>Adriano José Hertzog Vieira</i>	
Sobre os autores e organizadores	188

Apresentação

A tarefa de apresentar uma obra é sempre complexa, ainda mais quando ela reúne textos que evocam tantas pessoas especiais, memórias e histórias de uma Universidade que se enlaça com nossas próprias histórias de vida. Como dizia o eterno Saramago, em seu *Protopoema*:

Do novelo emaranhado da memória, da escuridão dos nós cegos, puxo um fio que me aparece solto.
Devagar o liberto, de medo que se desfaça entre os dedos.
É um fio longo, verde e azul, com cheiro de limos,
e tem a macieza quente do lodo vivo.
É um rio.
Corre-me nas mãos, agora molhadas.
Toda a água me passa entre as palmas abertas, e de repente não sei se as águas nascem de mim, ou para mim fluem.
Continuo a puxar, não já memória apenas, mas o próprio corpo do rio. [...]

O fragmento do poema de José Saramago traduz meu sentimento ao apresentar esta obra. Cada vez que mergulho nas memórias da UPF, lembro-me que nascemos de um sonho coletivo, permeado por muito trabalho e dedicação.

Nesse percurso, fundem-se as memórias do passado às expectativas do futuro, tudo se conecta, se transforma e se enriquece. Foi assim que vivi um dos “encontros” mais intensos durante a minha gestão na Vice-Reitoria de Exten-

são e Assuntos Comunitários, quando recebi os organizadores desta obra, acompanhados de alguns autores. Todos, colegas professores, afastados do cotidiano acadêmico, mas com a Universidade viva e pulsante dentro de si, como imagino tenham sido todos os dias em que nela trambalharam. Entusiasmados, foram tecendo um enredo de momentos e histórias que constituíram a potente identidade educacional e comunitária da nossa querida UPF.

As “janelas” das memórias e subjetividades produzidas foram dando formato a capítulos possíveis sobre tempos que mereciam ser memoráveis e compartilhados. Assim se fez. Ao final do encontro, o esboço já estava desenhado pelos experientes professores. A obra encontrou percalços no caminho, tais como o adoecimento e a perda do padre Alcides Guareshi. Após esse momento, foi difícil retomar os trabalhos, mas os fiéis companheiros prosseguiram e, juntos, fizeram o que o nosso sempre magnífico reitor faria sem hesitar.

Como não podia deixar de ser, este livro é cheio de significados: alguns resgatados com maestria pela memória dos acontecimentos e registros dos que escreveram, e outros que somente a experiência, no sentido larrosiano, pode dar. Em um contexto no qual, entre as velocidades e os excessos de trabalhos, temos de fazer paradas obrigatórias, temos que “[...] pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes [...]” (BONDÍA, 2002, p. 24)¹.

¹ BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Tradução de João Wanderley Geraldi. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002.

Sem a pretensão de uma ordem cronológica ou, então, de esgotar as experiências comunitárias, o texto reúne uma diversidade de informações, narrativas, acontecimentos e reflexões. Além disso, o leitor atento verá que há uma base comum, processual e perene, sustentando todo percurso. Muito antes de uma Vice-Reitoria de Extensão, a Instituição dava sinais de que não se apequenaria em envidar esforços para o desenvolvimento econômico e social e de que dedicaria seus melhores esforços em prol do fortalecimento dos laços comunitários e do compromisso com a formação e a produção do conhecimento.

Se hoje falamos em inovação, vale a pena conferir o que os nossos antepassados criaram...

A área da Educação foi embrionária e alavancadora, dando suporte aos professores para a formação universitária e/ou a complementação dos seus estudos. Antes, ainda, da oficialização da Universidade, diante de um cenário em que a maioria dos professores do “Ginásio” não tinha curso superior, a então Faculdade de Filosofia deu passos firmes na formação de professores, fazendo nascer os cursos de licenciatura, em modalidades factíveis para quem já trabalhava com educação e não podia realizar seus estudos num regime presencial. Aproveitando as experiências e buscando adensar novos conhecimentos nessa interlocução, criou-se o regime especial de férias.

Paralelamente a isso, outra via, também descentralizada e regionalizada, sinalizava que o endereço da UPF haveria de se espriar por uma vasta região. Os cursos de formação de professores também ocorreriam em municípios fora de Passo Fundo, intensificando-se na década de 1970

com a implantação do Centro Regional de Educação, e, na década de 1980, com a constituição dos Centros de Extensão Universitária (CEUs), que mais tarde materializariam o projeto de universidade *multicampi*, aprovado em 1993. Esse percurso e essa ligação da, hoje, chamada educação básica com a educação superior fez parte da UPF desde os seus primórdios, de modo que a Instituição se constituiu como a grande responsável pela educação na região Norte do estado do Rio Grande do Sul.

E, na onda da descentralização, voos mais longos fizeram a UPF influenciar o Ensino Superior no Piauí! Surpresa? Eu também não sabia! Foi um intenso e (relativamente) longo percurso de assessoramento, mediado pelo Ministério de Educação, fortalecendo as bases para que uma pequena cidade do interior do Piauí pudesse fortalecer a educação superior, a partir do modelo implantado na UPF.

O livro também registra os caminhos traçados na área de Alimentos, com o governo do estado do Rio Grande do Sul, por meio do Conselho de Desenvolvimento (Condepro) e da Secretaria de Ciência e Tecnologia, quando, no início da década de 1990, criou-se o Polo de Modernização Tecnológica em Alimentos. Um projeto inovador que envolveu múltiplos esforços da Emater, da Universidade, de empresas particulares, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do Sindicato Rural e de Prefeituras municipais.

Fatos inusitados como a problematização da qualidade dos alimentos que chegava às escolas, o desrespeito à cultura alimentar das diferentes regiões de um país com extensão continental e os altos custos com a logística fizeram com

que a instituição protagonizasse a indução da municipalização da merenda escolar.

Ainda na década de 70 do século passado, grupos preocupados com o futuro que se anunciava desencadearam estudos sobre o envelhecimento, criando espaços de experiências e formação que, mais tarde (1990), se materializaram na criação de um Centro de Estudos para a Terceira Idade, o Creati. Tal iniciativa criou raízes e impulsionou políticas públicas para o segmento em toda a região. Hoje, 40 anos após a primeira dissertação-marco que desencadeou o Creati, obtivemos a aprovação do nosso Doutorado em Envelhecimento Humano.

Nessa mesma direção, a UPF fez nascer a Saúde Comunitária nos bairros da cidade, proposta embrionária de descentralização e atendimento ambulatorial, o que, mais tarde, ressignificado pelo acesso universal, pela integralidade e pela participação da população, veio a ser proposto pelas Diretrizes Curriculares da Saúde.

Permeado pelo espírito científico, o estímulo à investigação, a melhoria da qualidade dos produtos e serviços e a “devolução” das produções às comunidades são marcos crescentes dessa força vitalizadora que – acredito – é traduzida por Comin como a *mística* da UPF.

No embalo de tantas lutas e glórias, muitas das quais à espera de novas escritas, chegamos a 2010! Então, eis a última parte do livro, em que registramos a gestão da Extensão e dos Assuntos Comunitários até junho de 2018, um trabalho coletivo e um viver em grupo, com compromisso e sensibilidade em cada etapa do projeto implementado.

Meu agradecimento e gratidão pela oportunidade de conhecer um pouco melhor alguns precursores da nossa história, o que me permite dizer que a UPF que temos hoje resulta do que fizeram aqueles que nos antecederam, moldando uma instituição compromissada, ao mesmo tempo, com a excelência e com o seu papel social. Uma instituição com raízes profundas na região, mas com o olhar voltado para o mundo, consciente de seu tempo e de seu lugar.

Fica lançado o convite à leitura e à continuidade do debate em torno deste grande patrimônio. Ficamos à espera de novas investigações e de novos diálogos sobre as Instituições Comunitárias de Educação Superior que, pela voz desses e de tantos outros atores, possam trazer novas criações e perspectivas.

Bernadete Maria Dalmolin
Reitora

Introdução

Prezado leitor!

Nas páginas desta obra, você encontrará uma diversidade de proposições, que retrata significativos projetos ou programas do perfil histórico de uma universidade que completou 50 anos de lutas e êxitos. Todos os temas propostos buscam retratar a sinergia do comunitário pincelada na fonte geradora, denominada de mística. Esta, à semelhança da virtude da fé, sedimentou e solidificou a cultura, a identidade e a missão da Universidade de Passo Fundo (UPF) – uma instituição de ensino superior constituída e reconhecida como universidade comunitária.

No sistema de educação superior do estado do Rio Grande do Sul, dos territórios nacional e internacional, a estampa-imagem UPF, isto é, a marca UPF, é sempre lembrada e apresentada como uma universidade comunitária. E, para afastar dúvidas, a instituição está classificada entre as escolas comunitárias, conforme o artigo 213, da Constituição federal do Brasil.

Pela *estratégia do comunitário* – característica primordial na identidade da UPF –, essa estampa-imagem abrange: 9 *campi* (distribuídos entre as cidades de Passo Fundo, Soledade, Palmeira das Missões, Carazinho, Casca, Sarandi e Lagoa Vermelha); 150 municípios; cerca de 20 mil alunos; 934 professores; 1.298 funcionários; e em torno de 75 mil ex-alunos (profissionais formados pela mística do comunitário).

A Universidade de Passo Fundo foi, é e será sempre um farol de cidadania para a Região Norte do Rio Grande do Sul.

Desejamos-lhe uma boa e inspiradora leitura!

Os organizadores

Ao protagonista da universidade comunitária: uma homenagem

Agostinho Both

Esta obra foi iniciada com estas palavras: “acho que seria interessante escrever um livro mostrando, na prática, o quanto a Universidade de Passo Fundo é comunitária”. Foi assim que padre Alcides provocou um grupo de professores para escrever sobre a identidade de uma instituição nascida da comunidade e, de fato, voltada para ela. Foi aceito o convite. Foram sendo levantadas as experiências que poderiam evidenciar a proposição. Na metade do caminho, mais precisamente em 22 de dezembro de 2013, a proposta foi interrompida. Um acidente fez com que o protagonista, padre Alcides, silenciasse definitivamente, e, tristes, silenciamos também. Os anos foram passando, e o livro, descansando.

Somente após a morte de padre Alcides, em 06 de maio de 2014, o grupo retomou a conversação e, em contato com a Reitoria, decidiu publicar o que fora iniciado, conforme o desejo do protagonista. Foi decidido que outros participantes dessem testemunho dessa intenção. O grupo, então, resolveu ampliar os autores e os temas, propondo, acima de tudo, que o livro constituísse uma homenagem àquele que

fez da Universidade de Passo Fundo (UPF) o sentido social de sua vida.

Ouvimos muito a respeito do quanto ele queria ver as duas entidades pioneiras pela busca do ensino superior em Passo Fundo, a Sociedade Pró-Universidade e o Consórcio Universitário Católico, transformadas numa universidade. Não mediu nenhum esforço nesse objetivo: sustentou inicialmente a ideia de criar uma universidade federal, mas foram em vão as demandas para tal fim. Buscou, entre outras, uma universidade estadual, mas igualmente em vão foram suas argumentações. O então Ministro da Educação, Tarso Dutra, no ano de 1967, vendo a firmeza de propósitos e os elementos de convicção para criação de uma universidade, sugeriu que fosse elaborada a proposta de uma fundação não governamental de controle comunitário. Essa fundação, então, poderia abrigar uma universidade. Assim sendo, foi devolvida a responsabilidade para a própria comunidade, a fim de sustentar e prover esse modelo inovador de ensino superior descentralizado no país.

Não contente, o protagonista – juntamente com universidades da região, nascidas, originalmente, do encaminhamento dado pela fundação de Passo Fundo – buscou reconhecimento público sobre a sua natureza comunitária não particular. Nascia uma nova universidade brasileira de cunho público não estatal. Assim, acatadas essas vozes e esses argumentos, a Constituição federal de 1988 reconheceu a identidade inovadora dos esforços aqui iniciados.

Desde então, já solidificadas as experiências nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, buscou-se a regionalização da UPF. Não foram poucos os esforços feitos, e, novamente,

padre Alcides peregrinou nos órgãos superiores até conseguir autorização para beneficiar a região de abrangência da UPF, criando os diversos *campi* universitários. Lembramos também, dessa época (1989-1990), seu respeito para manter os devidos espaços, a fim de que todas as universidades da região tivessem resguardadas suas áreas de abrangência.

Por fim, há de se notar, pelos textos deste livro, a presença forte de padre Alcides como mentor e realizador de uma obra de educação, cujos benefícios e identidade se estenderam para além das fronteiras regionais. Salienta-se, também, que seu zelo e sua determinação se ancoravam em consultas permanentes, para que suas iniciativas não ferissem qualquer autoridade educacional ou pusessem em perigo o que tanto prezava.

No contexto daquilo que foi feito e do que é dito neste livro, pretendemos fazer uma homenagem, ainda que acanhada, comparando-a aos esforços permanentes de padre Elydo Alcides Guareschi em realizar seu sonho: a criação física, legal, cultural e social de uma universidade comunitária.

A inserção social dos idosos e a Universidade de Passo Fundo

Agostinho Both

Rita De Marco

Em razão de mudanças demográficas, a comunidade de Passo Fundo percebeu uma nova realidade populacional: o percentual de idosos se avolumava, exigindo uma nova disposição social em relação a essa nova categoria social. A Universidade de Passo Fundo (UPF) não se furtou aos apelos e às expectativas, que se faziam urgentes. Havia uma nova exigência universal que se expressava também na região. Como a universidade poderia corresponder aos anseios? A vocação comunitária da UPF, sensível às necessidades emergentes, assim como à formação profissional de jovens, buscou responder aos apelos dos idosos. Diversos esforços relacionados ao tema já eram praticados em outras universidades, os quais serviram de inspiração para atender as demandas locais do novo público.

No ano de 1978, foi defendida, pelo professor Luiz Alberto Steglich, a dissertação de mestrado intitulada *Terceira idade, aposentadoria, auto-imagem, auto-estima*, evento que ensejou as primeiras preocupações da UPF com relação às questões gerontológicas. A iniciativa do professor

Steglich permaneceu latente e, assim, presente na instituição. Em 1989, a UPF, por meio da Vice-Reitoria Acadêmica, foi convidada a participar do projeto Pró-Memória, o que representou o despertar, de forma mais prática, para as questões do envelhecimento e da velhice. Foi proposta, então, a criação de um centro que pudesse abrigar estudos e atividades para pesquisas e serviços sobre essas temáticas.

Ainda no ano de 1989, em diversas reuniões e dentro de um processo de participação dos idosos, foi aceita a criação do centro. No ano seguinte, no dia 09 de março de 1990, deu-se continuidade ao propósito do ano anterior por meio de uma reunião entre membros do projeto Pró-Memória e da UPF. No dia 20 de março, foi proposta a criação de um grupo que pudesse avaliar melhor as formas de encaminhar a concretização do centro. Ambas as reuniões foram presididas pelo Vice-Reitor Acadêmico, estimulando a Coordenadoria de Extensão a assumir tal questão, porém, não houve outras reuniões naquele semestre.

Com a troca de gestão administrativa, o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, com apoio das Vice-Reitorias Acadêmica e de Extensão, resolveu assumir a responsabilidade, propondo a criação de um centro em um espaço institucional que desempenhasse o papel de promover estudos e atividades e de abrigar as demandas do público idoso. Em julho, nascia o nome do centro, respeitando o que já era costume para núcleos de extensão, tal como o Centro Regional de Educação (CRE). Assim, com o aval do diretor Antônio Ancines e o apoio das vice-reitorias da nova gestão, deliberou-se sobre a criação do Centro Regional de Estudos e Atividades da Terceira Idade (Creati).

No dia 21 de agosto de 1990, reuniram-se o coordenador do projeto Agostinho Both e a professora Lúcia Teresinha Palma com uma equipe de idosos, representativa da comunidade, para avaliar a proposta de realização do Seminário Regional da Terceira Idade. Decidiu-se pelo seguinte: se a comunidade regional acorresse ao evento, isso seria entendido como uma resposta à necessidade de implantação de um projeto universitário voltado para atendimento e prestação de serviços aos idosos, bem como para desenvolvimento de estudos e preparação de recursos humanos do centro. Em outubro de 1990, foi encaminhado, pelo coordenador, o projeto para a institucionalização do Creati, tendo sido aprovado tanto no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão como no Conselho Diretor. Então, o seminário, realizado em novembro, depois de intensa campanha, obteve resposta favorável, porque contou com a presença de 500 participantes, idosos em sua maioria. Essa resposta foi acolhida como indicadora da urgência de implantação do centro de atividades, estudos, serviços e preparação de recursos humanos para atendimento das questões regionais sobre o desenvolvimento tardio.

Ao final de 1990, foram realizadas as inscrições para o curso Arte de envelhecer e para as oficinas de literatura, do corpo, de dança e de teatro. Cabe destacar os esforços da Oficina do corpo, ministrada pela professora Odila Stolfo.

A partir de março de 1991, concomitantemente aos cursos e às oficinas do Creati, oferecidos em Passo Fundo, os demais *campi* da UPF foram convidados a proporcionar as mesmas oportunidades aos seus idosos. Assim, em Soledade, Carazinho, Lagoa Vermelha e Palmeira das Missões,

foram realizados trabalhos comunitários, demonstrando, dessa maneira, a preocupação da UPF em atender sua vocação regional e comunitária diante da emergente questão do envelhecimento e da velhice.

O ânimo emergente do Creati levou os municípios da região a também tomarem para si o exemplo desse centro, que tinha como objetivos criar condições de convivência e amizade, dar continuidade ao processo de aprendizagem permanente e provocar situações de inserção social por meio de serviços.

Em 1992, foram elaborados dois projetos para preparação de recursos humanos. O primeiro referia-se à formação de monitores para as prefeituras e as instituições asilares da região. O segundo tinha a responsabilidade de encaminhar os esforços de estudos por intermédio de cursos de especialização. Do projeto dos cursos de especialização, originaram-se cinco cursos, com 160 alunos formados, o que resultou na base para a criação do mestrado em Ciências do Envelhecimento Humano. Os cursos de especialização, além das disciplinas de formação gerontológica, tinham a preocupação de realizar estudos de emergências regionais por meio das monografias. Esses estudos tiveram como objeto de investigação os seguintes desdobramentos:

- ações educativas relacionadas à saúde e à criação de procedimentos para a promoção de hábitos e estilos de vida mais enriquecidos e potencializadores de uma existência mais qualificada em todas as instâncias de desenvolvimento;

- ações educativas relacionadas à saúde integral, por meio de procedimentos institucionais facilitadores de atenção à inserção social no desenvolvimento tardio;
- estudos das condições de vida e das formas alternativas de educação permanente para promoção do desenvolvimento tardio;
- ações de educação comunitária para promoção de atenção ao idoso e de alternativas para efetivar formas de inserção social e de avaliação das situações-limite durante o período do desenvolvimento tardio;
- estudos sobre a preparação de recursos humanos e de metodologias para a promoção de ações alternativas no atendimento de monitores que trabalham no serviço comunitário de atenção ao idoso.

Em resumo, pode-se afirmar que esses desdobramentos pretenderam avaliar formas diferenciadas de atenção à saúde, responder às questões relativas à educação preventiva e permanente e atender à necessidade de preparar recursos humanos na atenção ao envelhecimento e à velhice.

A partir de 1995, com a visibilidade dos idosos proporcionada pelo Creati, algumas disciplinas dos cursos de graduação da UPF sofreram alteração, com acréscimo de tópicos voltados a atender as demandas solicitadas pelas questões do envelhecimento e da velhice. Assim, nos cursos de Psicologia, Enfermagem e Educação Física, foram incluídas disciplinas específicas para abordar tais questões. Além disso, os alunos desses cursos passaram a realizar estágios e a produzir suas monografias com o interesse de explicar o desenvolvimento tardio e amenizar suas lacunas.

Em 1997, com a transferência do ex-coordenador do Creati para a Faculdade de Educação, definiu-se ainda mais o comprometimento de envolver a educação e as questões preventivas para o envelhecimento e a velhice saudáveis. A Faculdade de Educação manifestou interesse em assumir a responsabilidade educativa do processo de envelhecimento. No mestrado em Educação, foram oferecidos diversos seminários. Surgiram, então, as primeiras produções teóricas que sinalizavam para os propósitos de aproximar o currículo dos ensinamentos fundamental e médio das questões da qualidade de vida. Dessa maneira, começou a ser explicitada a prevenção primária para o desenvolvimento tardio.

Outros programas passaram a ser desenvolvidos na região, com vistas à extensão da universidade no que se referia às questões do envelhecimento e da velhice:

– **Programa de sensibilização da comunidade regional em torno das questões do envelhecimento**

Como uma forma de conscientização sobre questões do envelhecimento, foram promovidos, na UPF, seis seminários regionais acerca desses temas. Diversos foram os artigos publicados nos periódicos da região com a finalidade de despertar a população para essa reflexão/discussão e demonstrar às autoridades municipais a importância de políticas sociais para a qualificação da vida na terceira idade. A universidade, por meio de seus professores, participou do Núcleo Regional de Gerontologia do Planalto, publicando boletins semestrais para seus associados.

– **Programa de incentivo à organização de políticas sociais junto com órgãos públicos**

A UPF, por intermédio do Creati, promoveu encontros sistemáticos com prefeituras municipais, particularmente com secretarias municipais de saúde, ação social e educação, com vistas a despertar os gestores para a necessidade de apoios efetivos por meio de programas preventivos e de atendimento direto à população idosa. Os professores que participaram dos encontros foram: Agostinho Both, Marilene Rodrigues Portella, Dalva Pomatti, Solange Lima Both, Odila Stolfo, Lúcia T. Palma, Maria Helm e Sigrid Kuns. E, desses encontros, as pequenas obras produzidas foram: *Primeiro passo de um caminho*, *Lazer: qualidade de vida na terceira idade*, *Fundamentos de gerontologia*, *Conversas sobre terceira idade*, *Práticas sociais na terceira idade*, *Educação física para a terceira idade* e *Aspectos biológicos do envelhecimento*.

– **Programa de inserção de alunos de diversos cursos em atividades de apoio à comunidade regional**

Alunos de diversos cursos, por meio de disciplinas e/ou de programas, participaram de atividades regionais para a promoção do desenvolvimento tardio. Nas atividades programadas, eram desenvolvidos temas curriculares, tendo como referência o paradigma da qualidade de vida.

– **Programa experimental de procedimentos para o atendimento asilar**

A Faculdade de Educação da UPF desenvolveu um projeto de pesquisa para avaliar o perfil da trajetória dos internos da Casa Geriátrica Dom Rodolfo. Esse projeto apresentava sua face educativa na medida em que buscava compreender as falhas educativas na trajetória dos asilados.

– **Programa de ensino em gerontologia**

A UPF formou cinco turmas de cursos de pós-graduação *lato sensu* em Gerontologia Social e promoveu duas edições do curso Qualidade de vida e ciências do movimento. Desde 2009, a instituição oferece o curso de mestrado em Ciências do Envelhecimento, oportunizando estudos e pesquisas para o desenvolvimento do conhecimento e de ações em diversas áreas da gerontologia.

– **Programas em parceria com outras universidades**

A UPF atua de maneira integrada com outras iniciativas de ensino superior.

A UPF participou, diretamente, da pesquisa *Os idosos do Rio Grande do Sul*: estudo multidimensional de suas condições de vida. As 14 instituições de ensino superior que participaram dessa pesquisa obtiveram seus resultados após ouvir 7.970 idosos em todo o estado. O relatório popular desse estudo foi inteiramente assumido pela universidade.

Diversos professores contribuíram para o desenvolvimento do curso de aperfeiçoamento em Envelhecimento Hu-

mano e Espiritualidade do Instituto Superior de Filosofia Berthier (Ifibe).

Convém salientar que os cursos de especialização citados tiveram a decisiva colaboração de professores da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, por meio do seu Instituto de Geriatria e Gerontologia.

– **Programa de produção científica e congressos**

O curso de mestrado em Envelhecimento Humano¹ tem sob sua responsabilidade a produção científica e, para tanto, oferece às comunidades nacional e internacional a *Revista brasileira de ciências do envelhecimento humano* (RBCEH)² e a Coleção Envelhecimento Humano (CEH). As disciplinas oferecidas aos alunos e as pesquisas desenvolvidas seguem as seguintes linhas:

1. **Aspectos culturais e educacionais do envelhecimento humano:** engloba estudos culturais e educacionais, compreendendo a formação de recursos humanos, a vivência, as representações sociais e a construção da identidade.
2. **Aspectos biológicos e psicossociais do envelhecimento humano:** engloba os processos biológicos, biopsíquicos e fisiológicos do envelhecimento humano e o uso de tecnologias aplicadas na promoção do envelhecimento saudável.

A missão da RBCEH é publicar artigos inéditos de pesquisa em desenvolvimento, que representem contribuição efetiva para a área do conhecimento, bem como de temas

¹ Disponível em: <www.ppgeh.upf.br>.

² Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rbceh/index>>.

de interesse nas ciências do envelhecimento humano. A revista é um veículo dos acontecimentos científicos, culturais e, mesmo, éticos em torno das questões do envelhecimento. De modo aberto e crítico, quer contribuir para a melhoria das condições de vida dos idosos. Entre 2004 e 2013, em 9 volumes, foram publicadas 21 revistas.

Quanto à CEH, já foram publicados os seguintes volumes:

- Doenças Crônicas (Grupo de Estudos e Pesquisas em Bioética e Cuidado Humano - Gepebich)
 - 2013 - *Doenças crônicas: repercussões e intervenções*
 - 2013 - *Doenças crônicas: controle e reabilitação*
 - 2012 - *Doenças crônicas: evidências e demandas*
 - 2011 - *Doenças crônicas: possibilidades de cuidado*
 - 2010 - *Doenças crônicas: dimensões do cuidado*
 - 2009 - *Doenças crônicas: múltiplas abordagens*

- Envelhecimento Humano (Grupo de Pesquisa Vivencer)
 - 2013 - *Envelhecimento humano: retratos de um contexto*
 - 2011 - *Envelhecimento humano: experiência, diálogo e conflito*
 - 2009 - *Envelhecimento humano: saúde e qualidade de vida*
 - 2008 - *Envelhecimento humano: múltiplas abordagens*
 - 2007 - *Envelhecimento humano: cuidado e cidadania*
 - 2006 - *Envelhecimento humano: saberes e fazeres*
 - 2005 - *Envelhecimento humano: saúde e dignidade*
 - 2004 - *Envelhecimento humano: desafios e perspectivas*
 - 2003 - *Envelhecimento humano: múltiplos olhares*

Ao longo da história do mestrado, foram defendidas setenta dissertações. Atualmente, estão sendo desenvolvidas mais de vinte pesquisas.

Ainda, convêm sinalizar os seguintes congressos, que contaram com a participação, em média, de quinhentas pessoas e nos quais foram apresentados cem pôsteres de pesquisas de diferentes universidades: Congresso Internacional de Envelhecimento Humano: da complexidade ao desafio da interdisciplinaridade (de 28 a 30 de abril de 2010); Congresso Internacional de Estudos do Envelhecimento Humano: os desafios do saber envelhecer (de 29 a 31 de agosto de 2012); Congresso Internacional de Estudos do Envelhecimento Humano: envelhecer na contemporaneidade (de 27 a 29 de agosto de 2014).

A regionalização da Universidade de Passo Fundo

Agostinho Both

A inspiração dos esforços de regionalização

A abertura da Universidade de Passo Fundo (UPF) para a região tem raízes históricas. Sua origem está nos esforços não somente do município de Passo Fundo, mas também em demandas e interesses de toda a região. Esforços políticos foram realizados para atender as solicitações de ensino superior dos jovens que não conseguiam se dirigir aos grandes e raros centros. O espírito de doação de lideranças civis e religiosas inspirou os procedimentos para o surgimento de duas entidades: a Sociedade Pró-Universidade e o Consórcio Universitário Católico. Ambas as instituições de ensino emergiram da generosidade de seus fundadores. Tais esforços sugerem que a formação da universidade, por meio de uma entidade única, denominada de fundação mantenedora, possui sua força vital no sentimento de solidariedade e na vontade de servir, não importando

o lugar onde aconteça o desenvolvimento educacional. O interesse fundamental é o de oferecer a mesma oportunidade a outros locais onde existam demandas semelhantes. Assim sendo, a inspiração vai além de espaços regionais próximos, o que é comprovado pela criação da Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí (Fespi), tema que é aprofundado em outro capítulo deste livro.

Os primeiros esforços de regionalização

O projeto inicial de regionalização universitária compreendeu a instalação de um centro universitário em Erechim e outro em Palmeira das Missões, ainda quando a universidade estava se constituindo em Passo Fundo.

Em Erechim, o centro foi instalado em 07 de setembro de 1968, o qual se independentizou após apoio efetivo da UPF. Em Palmeira das Missões, funcionaram os cursos de férias a partir de 1971, os quais, contudo, esmoreceram uma vez esgotada a demanda da clientela. A partir desse centro, a Faculdade de Educação (Faed) iniciou sua jornada na região.

Em 1972, com a implantação do Centro Regional de Educação, um grupo de professores, sob a liderança do professor Athos Rui Rodrigues, iniciou atividades universitárias em cursos de atualização de ensino, atendendo, de modo especial, a dois projetos: o primeiro referente à aplicação da Lei nº 5.692 e o outro, à busca da melhoria do ensino das séries iniciais, fonte do curso de Pedagogia - Séries iniciais.

O Programa Regional de Ação Integrada e sua importância na regionalização da Universidade de Passo Fundo

O Programa Regional de Ação Integrada buscava responsabilizar as universidades gaúchas que tivessem professores cedidos da Secretaria Estadual de Educação para criação e implementação de apoio pedagógico aos professores estaduais da área de inserção da respectiva universidade.

A Faed, a partir de 1983, projetou um plano para ser executado nos Centros de Extensão Universitária (CEUs), com os quais desenvolvia projetos de melhoria da qualidade de ensino, atualizando os professores em projetos específicos da secretaria e em outros que a Coordenadoria de Educação julgava oportunos. Os CEUs eram desenvolvidos somente onde existiam coordenadorias estaduais de educação. Inicialmente, foram atendidos os municípios de Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões, Passo Fundo e Carazinho, assim que se constituía a coordenadoria.

Uma vez instalados os CEUs, iniciaram-se as solicitações para a criação de cursos superiores. A administração da universidade e a Faed entenderam que as reivindicações eram justas e oportunas. Duas ideias sustentavam as possíveis criação e implantação de cursos superiores nos CEUs. A primeira era a de fazer justiça à região, uma vez que a criação da UPF veio de um clamor regional. A segunda era a de dar aos jovens do interior oportunidade de acesso ao ensino superior, facilitando seu ingresso ao vencer distâncias percorridas todos os dias e, geralmente, todas as noites. Aumentou-se, dessa maneira, a área de influência da UPF.

Inicialmente, foram oferecidos diversos cursos de especialização na área de Educação e o curso intitulado Esquema II, responsável pela preparação pedagógica de profissionais liberais para o magistério. A partir de então, tornaram-se mais incisivas as solicitações para outros cursos de licenciatura, bem como de outras áreas, como de Administração. Em 1987, assim que foi autorizado o curso de Pedagogia - Séries iniciais em Palmeira das Missões, as pressões de outros CEUs ficaram mais vigorosas, iniciando-se, então, outros cursos. Principalmente a partir de 1986, foram realizadas inúmeras reuniões da Reitoria e da Faed, por meio do Centro Regional de Educação, com políticos dos municípios citados, para acertar os meios, as responsabilidades e os recursos para implantação dos cursos solicitados.

A partir de 1989, aprofundou-se a discussão sobre a criação de um centro de ensino superior em Casca, abandonando-se a exigência de haver uma coordenadoria para criação de cursos superiores. Surgiam, assim, os primeiros passos de um projeto de universidade *multicampi*.

A Faculdade de Educação e o plano regionalizado de oferta de vagas

Uma vez instalados os primeiros cursos de Pedagogia - Séries iniciais, a Faed assumiu a coordenação do Plano Regionalizado de Oferta de Vagas (Prove), com a autorização do Conselho Nacional de Educação (CNE). Pelo projeto, os cursos de licenciatura seriam todos descentralizados, oferecendo as disciplinas instrumentais e pedagógicas, as quais dariam conta da formação básica dos professores. Após essa

formação, os alunos optariam por uma terminalidade de licenciatura, cujo desenvolvimento seria no *campus* de Passo Fundo. Essa experiência esgotou-se em 1994. A Faed, a partir de 1999, começou a oferta do curso de Pedagogia - Séries iniciais para todos os municípios da região. O projeto oportunizou a formação superior a todos os professores da região, continuando, de maneira acentuada, o apoio pedagógico aos ensinos fundamental e médio.

O curso de Pedagogia - Séries iniciais, outros cursos e a formação de professores para o ensino superior

A questão era: como atender as novas demandas do ensino superior na região?

Antes da autorização da universidade *multicampi*, os projetos dos cursos de graduação necessitavam de um parecer favorável do CNE. O plano dos cursos compreendia a aprovação dos professores. No início, a maioria do grupo docente era constituída de professores vindos de Passo Fundo. Aos poucos, em razão da exigência de um corpo docente formado por mestres e doutores, cada CEU começou a ter seus próprios professores. A partir do curso de Pedagogia, outros cursos iniciaram um processo de formação de professores de origem de suas comunidades, uma vez tendo a formação em cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

A regionalização da UPF começou a firmar a instituição como *multicampi*, oportunizando desenvolvimento em diversos cursos, com reflexos na realidade dos municípios de sua abrangência.

A UPF *multicampi*: uma forma expressiva de regionalização

Em 1994, a UPF passou por uma reestruturação profunda, graças aos esforços anteriores, sem os quais não haveria as condições para as mudanças a serem ultimadas. Foram oficializados os *campi* universitários de Palmeira das Missões, Carazinho, Soledade, Casca e Lagoa Vermelha. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão manifestou-se favorável ao Plano de Regionalização (UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, 1993). Também o Conselho Universitário apreciou favoravelmente o estudo de transformação dos CEUs em *campi* universitários (CONSELHO UNIVERSITÁRIO, 1993).

No âmbito da universidade, o artigo 60 das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição federal de 1988, que prevê a descentralização das atividades das universidades às cidades de maior densidade populacional, incentivou os estudos de um plano de regionalização. A proposta foi corroborada pela interpretação dada pelo Conselho Federal de Educação (CFE) (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1989), respondendo a uma consulta da UPF (GUARESCHI, 2001).

O plano de expansão compreendia a caracterização institucional em seu novo perfil *multicampi*, transformando em definitivo os centros de extensão em universidade *multicampi*. Múltiplas foram as reuniões com autoridades da região, até que se obteve, por unanimidade, a aprovação da nova proposta institucional.

Em 08 de dezembro de 1993, o CFE aprovou a criação dos *campi* citados, reconhecendo o plano de regionalização pelo modelo *multicampi* e obedecendo aos princípios de unidade, racionalidade e descentralização.

A continuação do processo de expansão

Por causa do movimento de expansão movido pelo direito universal de oportunidades e assumido pelo espírito das escolas e das universidades comunitárias e regionais, há uma exigência de continuidade. Há de se compreender que os cursos de graduação e pós-graduação e outros projetos de regionalização da UPF dependem da sensibilidade política dos dirigentes, dos professores e da capacidade de diálogo com a região. Por certo, a UPF vai dar continuidade ao perfil de sua própria natureza, ser comunitária e regional, e, por tal dimensão, aprofundar cada vez mais seus laços acadêmicos, incluindo o caminho natural da pós-graduação em seus dois níveis.

Referências

- CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. *Parecer n° 1.090*, de 1989.
- CONSELHO UNIVERSITÁRIO. *Ata n° 131*, de 29 de abril de 1993.
- GUARESCHI, Alcides. *O processo de construção da Universidade de Passo Fundo*. UPF: organização multicampi. Passo Fundo: UPF Editora, 2001. v. 3.
- UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. *Ata n° 227*, de 19 de janeiro de 1993.

Influência da Universidade de Passo Fundo no ensino superior no sul do Piauí

Raimunda Maria da Cunha Ribeiro

Mirian Folha de Araújo Oliveira

O começo

Em dezembro de 1987, o professor Agostinho Both saiu da Universidade de Passo Fundo (UPF), no estado do Rio Grande do Sul, rumo ao sertão do Piauí, especificamente, à cidade de Corrente. Sua intenção primeira era, além de conhecer o sertão, visitar parentes muito próximos que moravam no município, a família do Sr. Ricardo Bortolin,¹ que também saiu do estado sulino para comprar e cultivar terras no cerrado piauiense.

O professor Agostinho Both deixou o Rio Grande do Sul sem saber ao certo o que o futuro lhe preparava; tinha realmente a ideia de conhecer o Piauí. Na época, era Vice-Reitor da UPF e, cremos, não tinha a pretensão de escrever este capítulo no livro de sua história. Seria o professor Agostinho Both a pessoa certa, que chegaria ao lugar certo, na

¹ Cunhado do professor Agostinho Both.

hora certa, para mudar os rumos da história de Corrente? Se não fosse o professor Agostinho Both, teria sido outra pessoa a percorrer esses exatos caminhos que ele percorreu e dar um novo sentido para a cidade?

Sua chegada foi em um fim de tarde de tempo firme e quente, com acentuada diferença entre o nosso calor e o calor do sul, porque, por aqui, o ar seco ajuda a refrescar o ambiente quando estamos na sombra; ao contrário do calor da Região Sul do Brasil, que, devido à alta umidade do ar, faz as pessoas ficarem mais suadas e calorentas.

Chegando a Corrente, foi direto à casa de seus parentes, já residentes na cidade, que cultivavam terras nas serras do sertão. O dia seguinte, como era de se esperar, prometia-lhe muitas surpresas. Mal o sol tinha se erguido sobre a cidade, foi conhecer mais de perto em que chão estava pisando; espiou a cidade e logo pôde sentir sua simplicidade, como as coisas humildes que dão encanto. Chamou-lhe a atenção as altas palmeiras e as casinhas iguais. Sem pressa, acordavam-se as vozes e a cidade inteira: era dia de feira. Encantado com o lugar, não demorou muito a declarar: “Corrente é seu nome, escravo lhe sou” (BOTH, 1990, não paginado). Ele sentia as portas da cidade se abrindo e, mesmo inconscientemente, percebia o calor dos braços de um povo bom e hospitaleiro.

O sonho: a senha da vida

O professor Agostinho Both queria muito conhecer a cidade, suas formas e suas cores, seus valores, suas crenças, seu povo e seu jeito. É provável que a primeira pessoa que o

professor procurou na cidade tenha sido o padre, diretor do Colégio São José, o que não é de espantar, pois o visitante vinha da universidade, do meio acadêmico e do campo científico.²

Foi tentar falar com o padre, mas ele não se encontrava, estava em missão de fé, na localidade Pés de Serra.³ Pensou o professor: “[...] que pecados estaria ele perdoando? [...] Que faria o padre com o humilde povo desamparado dos Pés de Serra?” (BOTH, 1990, não paginado). Era o povo tão desamparado, que precisava de poder e glória. Então, o professor já via o sertão e começava a perceber suas questões sociais.

Na mesma semana, foi com seu cunhado, Ricardo Bortolin, conhecer as terras do cerrado piauiense, mais precisamente do município de Barreiras do Piauí. Em seu livro *Para onde vão nossas casas* (1990), relata que, ao voltar a Passo Fundo, RS, analisou amostras de solo coletadas na viagem para avaliar suas propriedades naturais. A terra foi avaliada como muito fraca, com exceção das areias pretas dos seculares baixios, que reservavam o fraco húmus da montanha. Mas, de tanto juntar os anos, fortificou o solo para frutificar a semente e o semeador.

Corrente tinha o título de Capital da Cultura, merecidamente atribuído à cidade em consideração ao desenvolvimento impulsionado pelas instituições educacionais de relevância substancial: o Instituto Batista Correntino e o Colégio São José. Na simplicidade de uma cidadezinha do

² Em 1987, o diretor do Colégio São José era o padre Pedro Vásquez Alvarez, da Ordem Mercedária.

³ A localidade Pés de Serra é hoje o município de Sebastião Barros, desmembrado do município de Corrente, com sede no povoado Gentio, obedecendo à determinação da Lei Estadual nº. 4.680, de 26 de janeiro de 1994.

interior do Brasil, podia ser vislumbrada a imponência de uma educação de qualidade, capaz de cumprir sua responsabilidade social no sertão.

Percebendo a pulsão da educação nas veias dos correntinos, o professor Agostinho Both sentiu que a região tinha um futuro próspero, que poderia chegar mais rápido com a implantação do ensino superior. Foi, então, que conheceu o prefeito da cidade, Jesy Lemos Paraguassú, por intermédio de seu filho Jesy Lemos Paraguassú Júnior. Em uma conversa, o professor ficou sabendo que outras pessoas na cidade também alimentavam certas expectativas em relação à extensão do nível, no sentido jurídico do termo, da educação em Corrente. Assim nascia a semente de uma educação de nível superior, que germinaria, mais tarde, no acelerado ritmo dos acontecimentos.

Corrente já vivia o movimento das atividades da universidade federal, pelo Projeto de Desenvolvimento Integrado Participativo UFPI, o Projeto Piauí. Dali, para ter a sua própria universidade, era uma questão de tempo, porque a oportunidade já batia à porta. Entende-se que esse projeto pode ser considerado um precursor dos ideais de desenvolvimento do sul do estado, dada a sua dinâmica de integração do homem do campo com os conhecimentos necessários a proporcionar-lhe melhor qualidade de vida.

Em seguida, conheceu o Diretor do Instituto Batista Correntino naquela época, o Dr. Hélio Fonseca Nogueira Paranaguá,⁴ e o professor João Rocha Mascarenhas, da Uni-

⁴ Foi responsável pela mediação e pela doação de uma gleba de terra pertencente ao Instituto Batista Correntino, onde se localizou a Fespi e onde é localizada, atualmente, a Universidade Estadual do Piauí (Uespi).

versidade Federal do Piauí (Ufpi). Aos poucos, as conversas remetiam a uma provável transformação da realidade social da região, quando se tocou na possibilidade de uma universidade em Corrente. Embora a conversa ainda fosse muito rasa, todos estavam empolgados para ver as coisas acontecerem como em seus sonhos. Desse momento em diante, a força política seria a soberana.

Em um encontro com Jesualdo Cavalcanti Barros, na época deputado federal, o professor Agostinho narrou sua experiência na Universidade de Passo Fundo (UPF), uma universidade comunitária e sem fins lucrativos, que conseguia cumprir sua responsabilidade social por meio da participação efetiva de seus pares. A ideia da universidade em Corrente nascia do e no contexto de grande desenvolvimento da região e em um momento politicamente oportuno. Surgia, assim, a Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí (Fespi), ainda como uma vaga imagem de “A nossa Universidade!”. Jesualdo Cavalcanti Barros nomeou uma comissão para ir à cidade de Passo Fundo conhecer a UFP, relatar se realmente era esse o modelo de instituição que a região estava precisando e verificar em quais condições uma instituição desse porte poderia ser implantada em Corrente. As diversas visitas de representantes da UPF a Corrente e de correntinos a Passo Fundo, liderados pelo professor João Rocha, resultaram na formação da Fespi e na concretização de seus primeiros dois cursos.

Entre sonhos e lutas

O ano de 1987 encerrou-se com a certeza de que Corrente escreveria, a partir de então, um novo e glorioso capítulo de sua história. A ideia da Fespi⁵ nascia acompanhada do conceito de multidisciplinaridade, indicando que deveria haver a contemplação de várias áreas do conhecimento científico. O ano de 1988 prometia grandes vitórias, e as conversas institucionais acerca do nascimento da Fespi já se transformavam em projeto, principalmente depois da visita de alguns correntinos à UPF, cuja finalidade foi conhecer sua experiência de universidade comunitária.

Para ilustrar essa experiência, registramos alguns depoimentos⁶ de pessoas que visitaram a UPF em 1988.

a) Depoimento de Hamilton Cavalcanti Júnior, em novembro de 2011:

Àquela época [1988] a UPF já oferecia mais de 30 cursos. Me pareceu ser uma universidade leve, no sentido de decisões rápidas, sem tanta burocracia. A administração já se preocupava em qualificar o corpo docente. O quadro de mestres era bem representativo. Assim eram todos aqueles que vieram ministrar a pós em Corrente. Lembro-me bem que visitamos um setor de pesquisa da área de agronomia que me impressionou pelo avanço e praticidade. Ali desenvolviam estudos de melhoramento da aveia (grão) e vendiam aquela tecnologia para a empresa Quaker. Tive também a impressão [de] que a universidade era bastante voltada para a comunidade, e esta a ela recorria. De seus quadros eram escolhidos secretários municipais quase como um “pacto” entre UPF e Administração Pública, tanto na área de agronomia como da educação.

⁵ Inspirada na ideia de uma fundação mantenedora do Instituto de Ensino Superior (IES), iniciou com os cursos de Pedagogia e Agronomia, tendo como exemplo a Fundação Universidade de Passo Fundo (Fupf).

⁶ Depoimentos concedidos às autoras.

b) Depoimento de Misael Cavalcanti Guerra, em novembro de 2011:

A viagem a Passo Fundo tinha como objetivo conhecer uma universidade comunitária. Na UPF tivemos a oportunidade de ver que a própria comunidade é quem patrocina a universidade, que, em resumo, funciona da seguinte forma: quem pode pagar mensalidade, paga, e quem não pode pagar, retribui a gratuidade, em tese, com alguma atividade em prol da instituição. Na realidade, para cada saber, há sempre uma possibilidade de trabalho que possibilita, por sua vez, a contrapartida para aqueles alunos cujos recursos não são suficientes para arcar com a mensalidade. Em resumo, é um modelo aplicável com sucesso àquelas comunidades bem voltadas ao cooperativismo/associativismo. Os sulistas, cujas origens são marcadamente europeias, guardam bem essa tradição.

c) Depoimento de Sílvia Paranaguá Oliver, em fevereiro de 2012:

Quando visitei a UPF como membro integrante da primeira comissão, trabalhava no IBC [Instituto Brasileiro de Coaching] como psicóloga educacional e professora. A receptividade do grupo acadêmico da UPF foi uma experiência marcante e positiva, deixando-nos cheios de expectativas diante da possibilidade de um modelo semelhante à UPF ser implantado em Corrente. Era bom demais pra ser verdade, e fazer parte daquela comissão foi um honra e também um privilégio. Os professores da UPF, incluindo os professores Agostinho Both, Eldon Mühl, Salete Bona e Solange Longhi, entre outros, nos receberam com entusiasmo contagiante, e a semente foi plantada com mãos especializadas, amantes da educação. Visitamos o *campus* e algumas salas de aula, especialmente aquelas com uma proposta prática e inovadora, como a sala de matemática e de ciências para ensino das metodologias. Fiquei encantada com o material didático e a metodologia utilizados nas aulas, como também com o clima contagiante do *campus* universitário e dos professores que nos receberam. A expectativa de uma futura universidade comunitária em Corrente, inspirada numa realidade que

deu certo em Passo Fundo, nos encheu de esperança e motivação para fazer parte desta experiência. O intercâmbio que teve início naquela primeira visita estendeu-se com o Curso de Especialização em Metodologia do Ensino Superior, Pós-Graduação Lato Sensu, onde vários professores de Corrente tiveram a oportunidade de se especializarem através da UPF.

As portas do desenvolvimento estavam, realmente, abrindo-se. Essa foi a grande certeza da comissão. Essa visita gerou um relatório, que foi encaminhado ao ministro da educação Hugo Napoleão e, posteriormente, anexado à carta consulta, uma pasta recheada de todos os documentos relacionados ao projeto de criação da Fespi. A partir desse relatório, o ministério deu sinal verde e, então, foi dada a largada para firmar os devidos convênios e parcerias.⁷

No ritmo frenético dos acontecimentos, o projeto da Fespi era construído com base em alguns princípios: alcance do nível necessário de desenvolvimentos econômico e social sustentáveis; uso de autonomia para contribuir com o desenvolvimento sustentável da sociedade e com a resolução dos problemas mais importantes da sociedade do futuro; adoção de todas as medidas necessárias para reforçar o serviço prestado à comunidade, por meio de um enfoque interdisciplinar; aproximação das relações com o mundo do trabalho em uma nova base, aplicando uma associação entre todos os agentes sociais, empenhando-se por uma harmonização recíproca das atividades e da busca de soluções para os problemas urgentes da sociedade.

O primeiro convênio assinado sinalizava expressivas mudanças na vida dos envolvidos: UPF, Ministério da Educação e Fespi, e tinha como objetivo a implantação de

⁷ A carta consulta foi preparada pela Faculdade de Educação, sob a coordenação da professora Salete Cleusa Bona.

uma instituição comunitária de ensino superior, visando ao funcionamento, inicialmente, dos cursos de Administração, Agronomia e Pedagogia. Essa parceria previa um conjunto de ações estabelecidas entre as partes, com cada uma definindo suas responsabilidades, mas de acordo com a cooperação técnica.

Figura 1 – UPF



Fonte: autoras.

Figura 2 – Fespi



Fonte: autoras.

O município de Corrente se preparava para as eleições municipais de 1988, estava em plena campanha para eleger um novo prefeito municipal, e a Fespi nascia, então, no contexto de transição política, histórica, social e ideológica: nascia no seio de contradições e conflitos, advindos das relações partidárias refletidas nas relações intersubjetivas.

Enquanto isso, a UPF cumpria o que lhe cabia como determinação: elaborar o projeto institucional da Fespi e seu respectivo estatuto, incluindo os projetos dos cursos de Agronomia e Pedagogia, assim como elaborar o Projeto de Capacitação Docente e uma especialização em Metodologia do Ensino Superior,⁸ proporcionando maiores possibilidades de os professores atuarem nos respectivos cursos, imediatamente autorizados pelo Conselho Federal de Educação. Outra contribuição da UPF foi o projeto arquitetônico das instalações físicas da Fespi.⁹ Todos os trabalhos de competência da UPF tiveram à frente profissionais como o padre Alcides Guareschi e os professores Agostinho Both e Salete Cleusa Bona, que trabalharam sem descanso por um ideal transportado de uma pequena cidade no interior do Piauí para ser também o deles.

Com sede no foro da cidade de Corrente, a Fespi nasceu com o objetivo de manter o Centro de Ensino Superior Vale do Paraim (Cesparaim), instituição de ensino superior, pesquisa e extensão de caráter comunitário, voltada para a solução de problemas regionais e de natureza técnico-científica, econômica, social e cultural.

⁸ Curso de especialização coordenado pelos professores Irani Clemente Comin, Irineu Fioreze e Salete Cleusa Bona.

⁹ Projeto do engenheiro Rogério Belotti.

Nesse sentido, a Fespi nascia como uma instituição sem fins lucrativos, empregando seus bens, direitos e resultados no aprimoramento da cultura e do desenvolvimento da pesquisa no país, não recebendo seus diretores, conselheiros, instituidores ou mantenedores qualquer remuneração; além disso, não poderia ocorrer distribuição de lucros, bonificações ou vantagens de qualquer espécie ou título.

A carta consulta ou projeto de criação da Fespi foi entregue ao Ministério da Educação em 20 de setembro de 1988. Na Figura 3, constam os participantes desse momento histórico, da esquerda para a direita: professor Agostinho Both, padre Raimundo Dias Negreiros, Jesualdo Cavalcanti Barros (deputado federal), professor Camilo da Silveira Filho (secretário da Sesu); professor João Rocha Mascarenhas (Presidente da Fespi) e Hugo Napoleão do Rego Neto (ministro da educação).

Figura 3 – Criação da Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí



Fonte: autoras.

O primeiro vestibular, que seria ofertado pela Fespi em 1989, não aconteceu, devido a um decreto do Ministério da Educação, que impediu sua realização.¹⁰ Com isso, a Fespi estudou novas possibilidades para manter-se viva. Buscou convênios com a Uespi, na época, denominada Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Estado do Piauí (Fadep), e com a Ufpi. A Fespi continuou existindo sem cumprir o que estava planejado, sem cumprir com o sentimento de pertença social prometido. Depois de firmado o convênio, em 1992, foi ofertado o primeiro vestibular dos cursos de Agronomia e Pedagogia. A Ufpi ficou responsável pela parte acadêmica, a Fadep pelo pagamento dos funcionários (técnicos e professores) e a Fespi se comprometeu em ceder suas instalações físicas e seus equipamentos.

Um ano depois, a universidade federal resolveu romper o convênio e alegou que não seria possível ofertar o vestibular de 1993. A alternativa encontrada, nesse caso, para não deixar morrer de vez o ensino superior em Corrente, foi estabelecer um termo de convênio com a Uespi (antes Fadep). Esse convênio existe até hoje. De um lado, a Fespi mantém à disposição da Uespi sua estrutura física, sua biblioteca e seus laboratórios. De outro, a Uespi, que se estabeleceu no *campus* de Corrente em 1994, mantém os seguintes cursos: Agronomia, Biologia, Direito, Pedagogia e Zootecnia. Já se formaram muitos profissionais em seus cursos regulares e de férias. Foi e continua sendo a instituição de ensino superior que mais formou profissionais no sul do Piauí e, muito provavelmente, em todo o território piauiense.

¹⁰ Não foi possível localizar tal decreto, portanto, fica a dúvida se o impedimento foi realmente legal.

A Fespi, hoje, praticamente se resume a uma pasta de documentos, sendo lembrada esporadicamente em reuniões para eleger o conselho diretor. As pessoas não se dão conta da grandiosidade de sua representação para a região. A sua história tem caído, de forma cada vez mais acentuada, no esquecimento.

Sem a grandeza da Universidade de Passo Fundo, a história do ensino superior no sertão do Piauí, certamente, teria sido escrita de outra forma.

Referência

BOTH, Agostinho. *Para onde vão nossas casas*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1990.

Polo de Modernização Tecnológica em Alimentos: história

Irineu Fioreze

Em reuniões promovidas pela Universidade de Passo Fundo (UPF) no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, com a participação da Faculdade de Agronomia, da Prefeitura Municipal de Passo Fundo, de lideranças empresariais e de entidades de assistência técnica e de pesquisa em agropecuária da região de influência de Passo Fundo, foram manifestadas preocupações com o desenvolvimento regional. Essas reuniões levaram à criação de um conselho, como forma de discussão de problemas e propostas de solução para o desenvolvimento regional. Nesse conselho, chamado de Conselho de Desenvolvimento da Região da Produção (Condepro), instalado em 1991, foram citados alguns projetos em desenvolvimento na Faculdade de Agronomia, propondo adaptações e ampliações dessas experiências para a região. No Condepro, havia a preocupação com o desenvolvimento regional da agricultura e da pecuária, principais atividades da região na época.

A Faculdade de Agronomia, há mais tempo, integrava-se com outras entidades ligadas aos agricultores, como cooperativas, prefeituras municipais, sindicatos, a Empresa

Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), por meio de atividades de extensão e pesquisa. Os professores do curso de Agronomia, em parceria com essas entidades, desenvolviam vários projetos, como nas áreas de olericultura, de melhoramento de aveia, de produção de ovinos, de produção de leite, dentre outras. Já, em 1987, na área de olericultura, por exemplo, havia um projeto em parceria com a Petroquímica Triunfo, intermediado por Edílio Sganzerla, coordenador do setor de filmes plásticos. A ideia era construir, na área de olericultura da UPF, uma estufa modelo capela. Esse projeto, coordenado pela professora Eunice Calvete, chamava-se Projeto São Tomé. Com ele, visava-se adquirir experiência e repassar ao setor de produção a técnica da produção de hortaliças em ambiente protegido, na época, praticamente desconhecida na região. A parceria consistia no fornecimento do filme plástico pela Petroquímica Triunfo, na construção da estufa com madeira roliça (de eucalipto) pela UPF, no cultivo de hortaliças pelo setor, na oferta da disciplina de Olericultura pela Faculdade de Agronomia, no acompanhamento dos trabalhos pela Emater e na realização de dias de demonstração (dias de campo) a técnicos e agricultores, repassando a tecnologia. Embora a Petroquímica Triunfo tenha fornecido filme plástico suficiente para a cobertura da frente e do fundo da estufa, bem como as cortinas laterais, não forneceu filme plástico para a “saia” das cortinas (parte fixa das laterais, que fica abaixo das cortinas). A solução veio da lavoura da UPF. Utilizaram-se sacos de adubo usados, que foram emendados com costura manual. Talvez tenha sido a primeira e a única estufa a utilizar essa tecnologia estratégica.

O Condepro expôs ao governo do estado a preocupação com o desenvolvimento regional da agricultura e da pecuária. Ao mesmo tempo, propôs possíveis subprojetos a serem desenvolvidos (os quais já haviam sido discutidos e/ou parcialmente desenvolvidos na Faculdade de Agronomia com seus parceiros), fazendo parte de um polo tecnológico, como forma de alavancar o crescimento do setor.

Em 1991, o Condepro encaminhou ao governo do estado o projeto de criação do Polo de Modernização Tecnológica em Alimentos com os seguintes subprojetos: produção de hortaliças em ambiente protegido; produção de peixe; produção de batata-semente pela cultura de tecido *in vitro*; produção e industrialização de aveia; criação de fazenda alternativa com ênfase na industrialização do leite. Esse projeto foi acolhido pelo governo do estado e teve alocação de recurso, por meio da Secretaria de Ciência e Tecnologia, em 1992. Então, com a instalação desse polo, os projetos, iniciados timidamente com os técnicos e os produtores na Faculdade de Agronomia, foram ampliados por intermédio de cursos, dias de campo e fornecimento de materiais para produtores rurais, como alevinos e filmes de plástico para construção de estufas, a fim de incentivar a adoção das novas tecnologias.

Se, em 1991, a produção de hortaliças em ambiente protegido, com o uso de filmes de plástico, era praticamente desconhecida na região do Condepro, com a instalação do polo e com o esforço da Emater, da universidade, de empresas particulares, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do Sindicato Rural e de prefeituras municipais, hoje, o uso de plástico para proteger a produção de hortaliças contra as intempéries ambientais é francamente popularizado.

A produção de peixes em pequenos e médios açudes, na região do Condepro, era incipiente. Não havia infraestrutura para fornecimento de alevinos, a fim de iniciar a produção de pescado de água doce. A tecnologia da construção de viveiros (pequenos e médios açudes) e a produção de peixes foram conquistadas com um subprojeto, que incluía treinamentos e dias de campo com técnicos e produtores rurais. A piscicultura é, hoje, amplamente difundida na região, sendo uma fonte de alimento ao produtor rural e, eventualmente, constituindo-se numa fonte de renda. Esse setor ainda deve avançar mais com a industrialização do pescado, para um maior consumo dessa importante fonte de alimento. Na região do Condepro, hoje, o agricultor dispõe de vários fornecedores de alevinos de qualidade para iniciar sua produção de peixes.

A produção de batata-semente é fundamental para o potencial de produção da cultura, uma vez que é necessário um material de qualidade para ser plantado pelo agricultor. A batata-semente livre de viroses, obtida pela cultura de tecido *in vitro*, aumenta acentuadamente o potencial de produção. Hoje, com a infraestrutura de cultura de tecido montada por esse subprojeto, também são produzidas mudas de morango e de flores (*Gypsophila*) de alta qualidade. Produtores rurais de vários municípios da região do Condepro e de outras regiões estão se beneficiando desse subprojeto, como é o caso de agricultores dos municípios de Passo Fundo, Carazinho, Ibiraiaras, Santa Maria do Herval, Tapera, Ibirubá, Agudo, Candelária, Palmares do Sul, Morro Reuter, Cachoeira do Sul, Osório, Canguçu, Santa Maria, dentre outros.

O início dos trabalhos de pesquisa da Faculdade de Agronomia confunde-se com a pesquisa de melhoramento da cultura de aveia. Em 1977, quando iniciaram os trabalhos de melhoramento de aveia na UPF, essa cultura era pouco difundida entre os agricultores da região do Condepro, do estado do Rio Grande do Sul e do Brasil, com poucas cultivares de boa aptidão para a produção de grãos com qualidade industrial. Também o consumo desse cereal pela população era muito baixo, devido à falta de oferta e ao elevado preço do produto. Hoje, na região do Condepro e no estado do Rio Grande do Sul, a cultura da aveia é uma das mais cultivadas no período de inverno, considerando vários propósitos (proteção do solo, forragem para animais e produção de grãos para fins industriais). E o consumo humano teve um aumento muito significativo, motivado pelo menor preço (maior industrialização) e pela divulgação das propriedades nutricionais do produto.

A produção de leite da região do Condepro, bem como das regiões do Planalto Médio, da Serra e das Missões do Rio Grande do Sul, passou a ser uma importante fonte de renda para o produtor rural, principalmente para o pequeno produtor rural. A produção de leite passa pelo consumo de forragens pelo animal, e a disponibilidade de forragens de qualidade tem aumentado muito, especialmente nos períodos de outono, inverno e início da primavera. Esses períodos, no passado, eram tradicionalmente críticos e, conseqüentemente, de baixa produção de leite. O subprojeto do polo de alimentos ligado à industrialização de leite deu origem a outros subprojetos, relacionados à análise da qualidade de forragens e à análise do controle do rebanho leiteiro, que

dão suporte a toda a produção leiteira da região do Condepro e de outras regiões do Rio Grande do Sul.

Além desses subprojetos, a Faculdade de Agronomia vinha desenvolvendo dois outros subprojetos com técnicos ligados à extensão e produtores rurais desde 1991, visando ao incremento da criação de ovinos para produção de carne e à melhoria da produção apícola na região. Numa segunda etapa dos subprojetos, em 1994, a Secretaria de Ciência e Tecnologia alocou recursos para essas duas áreas.

Em 1996, foi incluído no Polo de Modernização Tecnológica em Alimentos o projeto do Centro de Mecânica de Precisão da Região do Planalto Médio, coordenado pela Faculdade de Engenharia da UPF, que visava à difusão da automação industrial, incipiente, na época, na região do Condepro. E o polo passou a denominar-se Polo de Inovação Tecnológica em Alimentos e Metalmeccânica.

O governo do estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria de Ciência e Tecnologia, da Secretaria da Agricultura e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs), prestou apoio fundamental ao polo tecnológico.

A Prefeitura Municipal de Passo Fundo teve importante papel na implantação e no desenvolvimento do polo tecnológico, principalmente, nos trabalhos em que eram necessárias máquinas de terraplenagem.

A Fundação Banco do Brasil e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) alocaram importantes recursos para implantação e continuidade dos subprojetos do polo tecnológico.

O valor total de recursos repassados e aplicados nos subprojetos do polo tecnológico, entre 1992 e 1998, pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, pelo Ibama e pela Fundação Banco do Brasil, soma 1.544.049,00 dólares. Desde então, o polo dá continuidade a vários subprojetos, evoluídos daqueles financiados entre 1992 e 1994 e novos, decorrentes de outros trabalhos.

Formação de professores em serviço no sistema de ensino: cursos de férias¹

Elydo Alcides Guareschi

Ponto de partida: as carências dos professores leigos em serviço

A Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo (UPF) Fundo, antigamente Faculdade de Filosofia, surgiu em 1957, com o objetivo de preparar professores para as escolas (ginásios) em fase de expansão no estado. Desde sua origem, a faculdade adotou o princípio inovador de voltar-se para o entorno social, buscando reconhecer suas necessidades e encontrar soluções para elas.

Nesse sentido, constatou-se que o maior obstáculo para a expansão e a melhora do sistema de ensino era a falta de professores devidamente qualificados. Segundo um levantamento feito na época, a habilitação profissional nas escolas da região era realmente precária: 52% dos professores em serviço não tinham habilitação e ainda pior era a possibilidade de aperfeiçoamento, em que praticamente

¹ Passo Fundo, novembro de 2013.

nenhum professor tinha acesso aos cursos regulares em funcionamento nas universidades, sem falar da necessidade de novos professores. A faculdade não podia ficar insensível diante dessa situação.

O surgimento da proposta inovadora

Essa realidade provocou uma discussão ampla. Tomou-se consciência de uma crise na educação. O Conselho Estadual de Educação, por intermédio do conselheiro José Otão, Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), teve a iniciativa de convidar um grupo de faculdades de Filosofia para estudar e apresentar alternativas. Nesse contexto, a Faculdade de Filosofia de Passo Fundo, que desde há algum tempo estava debruçada sobre o problema, resolveu partir para uma proposta inovadora: o funcionamento de licenciaturas de primeiro ciclo em Estudos Sociais, Ciências e Letras, em regime intensivo e parcelado nas férias escolares, visando à habilitação dos professores em serviço nos ginásios.

Na época, as licenciaturas de primeiro ciclo foram implantadas como experiência pedagógica pela Faculdade de Filosofia. Com base na autorização do Conselho Federal de Educação, a faculdade passou a oferecer essas licenciaturas em 1966. Elas tiveram uma aceitação crescente.

A partir dessa experiência e para atender à necessidade de habilitar professores leigos em exercício, a faculdade encaminhou para apreciação do Conselho Federal de Educação uma justificativa de funcionamento dessas licenciaturas em regime especial de férias. O parecer daquele órgão foi favorável.

O caminho promovido até a implantação (em 1970)

Antes de chegar a essa solução, um longo caminho foi percorrido. Salientam-se, a seguir, os passos mais significativos:

- levantamento da realidade das escolas e da situação dos professores em serviço;
- coleta de observações pelos professores Murilo Annes e Elydo Alcides Guareschi em uma viagem aos Estados Unidos (durante a viagem, os professores conheceram quinze universidades, algumas grandes e tradicionais, outras situadas no interior do país; no relatório final, apontaram o funcionamento das universidades durante o ano inteiro, inclusive nas férias escolares, período em que eram oferecidos cursos de formação profissional a professores em serviço, experiência que foi aproveitada posteriormente);
- manifestações dos professores da região quando consultados sobre a proposta, os quais demonstraram real interesse em participar dela.

A proposta foi instalada em 1970 e consistiu na oferta das licenciaturas de primeiro ciclo nos meses de janeiro, fevereiro e julho, prevendo quatro etapas para as licenciaturas em Estudos Sociais e Letras e cinco etapas para a licenciatura em Ciências.

Características essenciais da proposta

Destacam-se algumas características principais da proposta, identificadas a partir de uma análise:

- o objetivo era a formação de professores em serviço, proposta diferenciada de outros programas de formação inicial ou continuada, pois tratava de formar um professor líder na sua comunidade;
- o currículo desenvolvido nos cursos abrangia um conjunto de disciplinas específicas de cada curso, de disciplinas pedagógicas e de cultura geral. A carga horária compreendia atividades letivas na faculdade (88%) e atividades práticas nas escolas (12%), além de estudos independentes nas bibliotecas;
- o professor do curso, além dos títulos comuns e de qualificação especial, devia ter experiência de magistério;
- o aluno, professor em serviço, teria reconhecido seu exercício na escola em aproximadamente 12% do total da carga horária do curso, quando devidamente comprovados os estudos a distância. Eram previstos encontros periódicos em finais de semana, para realização de seminários, orientados por professores do Departamento de Didática;
- a seleção para ingresso no curso constava de prova intelectual e exame da situação de exercício na escola, avaliações que se realizavam por meio de questionário e entrevista com o professor coordenador da licenciatura.

Utilização de meios complementares

O desenvolvimento da experiência contava com a utilização de meios didáticos complementares ao projeto original, como:

- aproveitamento de materiais de apoio ao professor (Coleção Série Idéias);²
- seminários ou encontros de professores por área de conhecimento;³
- comprometimento com a comunidade, em que a escola era vista como promotora do desenvolvimento comunitário.⁴

Outros destaques da experiência

Dos relatórios referentes à experiência,⁵ cabe destacar algumas contribuições. Essa experiência representou uma solução realista ao problema de formação e aperfeiçoamento dos professores em serviço nas comunidades do interior do país. Outras universidades implantaram experiências semelhantes, considerando peculiaridades locais. Órgãos governamentais passaram a apoiar o projeto, mediante a celebração de convênios que permitiram a concessão de obras de manutenção. Pesquisadores educacionais dedicaram-se a analisar aspectos dos cursos de férias, considerando o seu alcance social. E, por sua vez, a UPF, de caráter comunitário, revelou o seu perfil como instituição de natureza pública e não governamental.

² Conjunto de sete fascículos (1991), elaborados pela Faculdade de Educação da UPF e distribuídos pela Secretaria Nacional de Educação Básica, órgão vinculado ao Ministério da Educação.

³ Encontros de professores por áreas de conhecimento, destinados à troca de informações e experiências, sob a tutoria de um professor e da faculdade.

⁴ O professor visava à sua atuação na vida da comunidade, em parceria com prefeito, vereadores, diretores de escola, etc.

⁵ Relatórios da Faculdade de Educação da UPF sobre o funcionamento das licenciaturas em regime de férias.

Saúde comunitária: o pioneirismo da Faculdade de Medicina da Universidade de Passo Fundo

*Carlos Antonio Madalosso
Sandra Malheiros Mendonça*

A Faculdade de Medicina da Universidade de Passo Fundo (UPF), desde sua fundação, teve um corpo docente diferenciado. Graças ao apoio do saudoso professor Tuiskon Dick, conseguimos contratar para o curso básico (primeiros três anos do curso médico) a maioria dos professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Entre eles, contávamos com o professor Nelson Rezende, que lecionava Higiene, Medicina Preventiva e Medicina do Trabalho.

Ao chegar a Passo Fundo, o professor Nelson escolheu como auxiliar a professora Sandra Malheiros Mendonça, especialista em dermatologia, que, motivada e competente, tornou-se, a partir de 1974, excelente professora na lida com pacientes humildes, graças ao seu espírito altruísta e à sua espiritualidade. Faltavam, no entanto, locais para a prática médica dos alunos.

Os professores Nelson e Sandra procuraram a direção da faculdade, expondo sua carência e propondo um convênio com a Sociedade Cultural Recreativa Beneficente São João Bosco (Socrebe), dirigida pela irmã Guiomar, que dispunha de um rudimentar ambulatório. Foi aceita a proposta, foram comprados equipamentos básicos, e o trabalho dos alunos de atendimento iniciou em 1974.

A Faculdade de Medicina da UPF foi a pioneira no Brasil no atendimento de pessoas carentes em ambulatórios e também a domicílio, serviços que eram custeados pela entidade educacional. O propósito, na ocasião, baseava-se em dois princípios. O primeiro era o de prestar uma assistência digna à população desprotegida, principalmente crianças. O segundo era o de colocar os alunos, a maioria de classe média-alta, em contato com a população carente, a fim de que conhecessem a realidade nacional, uma vez que o atendimento nos hospitais gerava uma falsa ideia de bons recursos, inexistentes nas regiões periféricas da cidade. A ideia logo prosperou, e o atendimento foi estendido à Vila Santa Maria e à Vila Luíza. Também houve a necessidade de contratar outros profissionais, como as médicas Aura Fragomeni e Cladys Vercelino.

Ao mesmo tempo, a Faculdade de Medicina, em convênio com o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), criou o pronto-socorro que funcionava atrás do Hospital São Vicente, onde, depois, passou a funcionar o setor de radioterapia. Esse pronto-socorro chegou a atender 7.300 pacientes por mês. Também eram realizados consultas e atendimentos odontológicos por professores e alunos da Faculdade de Odontologia.

Professores dedicados e alunos entusiasmados geraram, o que é facilmente previsível, um atendimento de alta qualidade, que teve aprovação unânime da população assistida e que levou outras comunidades a procurar esses professores, oferecendo espaços para criação de outros ambulatórios. Entre eles, criaram-se os ambulatórios das vilas Planaltina, Operária e Jardim e dos bairros São José e Vitor Issler.

Novos médicos foram contratados: Margareth Buaes Dalmaso, Márcia Schneider, Maria Ângela Pais Leme Nicolini, Jorge Cacciatori e Denise Cacciatori. Chamaram logo a atenção a dedicação e o profissionalismo desses médicos, muito aceitos entre seus pacientes.

Em 1980, os cursos de Enfermagem e Obstetrícia e Psicologia incorporaram o projeto e passaram a atender sob a forma de equipe multidisciplinar. Em 1981, foi criado, pela UPF, o Centro de Psicologia Aplicada como clínica-escola. Por volta do ano 1982, a Faculdade de Medicina realizava atendimento preventivo em todo o entorno de Passo Fundo, exceto no bairro Vila Vera Cruz e arredores. Além de atendimento médico, feito em consultórios e a domicílio, eram ministradas palestras sobre prevenção de doenças e cuidados higiênicos, principalmente para grávidas, crianças e idosos.

Em levantamento feito pelo professor Walter Germann, a mortalidade infantil nos bairros não atendidos dobrava em relação às áreas assistidas pelo projeto. Além disso, estudos feitos pelo mesmo autor mostravam que a prevalência de verminose nas áreas assistidas era três vezes menor do que nos bairros não atendidos.

Reconhecendo a utilidade do atendimento, o Inamps procurou a UPF em 1982 e fez um convênio para a oferta de

1.500 consultas por mês, mais tarde, ampliada para 2.000 consultas por mês. O Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) também firmou um convênio para atendimentos em Mato Castelhana e Santo Antonio dos Pinheirinhos, os atendimentos nessas cidades eram feitos pelos professores Jorge Roberto Polita e Jussara Ferraz.

Em 1987, foi realizado um convênio com a Caritas Diocesana para atendimento das vilas Bom Jesus, Ipiranga e Alexandre Zacchia. Em 1988, foi ampliado o convênio de atendimento à paróquia do bairro São José.

A repercussão positiva do atendimento chamou a atenção de políticos, que começaram a criar e usar ambulatórios de vilas. A prefeitura municipal iniciou atendimento em nossos ambulatórios, uma vez que muitos deles eram agregados a escolas municipais. E a Secretaria Estadual de Saúde criou dois ambulatórios. O primeiro foi o Centro Social da Vila Planaltina, um bom complexo que ainda é usado, e o segundo ambulatório no bairro Vila Hípica.

Após alguns meses de atendimento realizado pelos médicos contratados pelo município, o secretário de saúde procurou a Faculdade de Medicina para contar que achava injusto o fato de os professores da faculdade terem sempre seus consultórios cheios, enquanto os médicos do município atendiam um número reduzido de pacientes. Propôs, então, a troca de turnos, ou seja, os professores teriam de ceder o turno da tarde para os médicos do município. Embora contrariada, a direção da faculdade aceitou; assim, dentro de poucos meses, constatou-se que os pacientes procuravam preferencialmente os professores pela manhã, demonstrando claramente que não era o horário de atendimento o pro-

blema, mas a capacidade de atendimento e a amabilidade de médicos e alunos o que explicava essa preferência.

Em 1989, a Secretaria Estadual de Saúde realizou convênio com a UPF, para efetivar o curso de pós-graduação em Saúde Pública na região bem como um curso de Aperfeiçoamento de Saúde Mental Coletiva. Para organizar essas atividades, a Reitoria criou o Centro Regional de Saúde da Universidade de Passo Fundo, cuja função seria estabelecer o Programa Integrado de Atenção Primária à Saúde (Piaps), coordenado pelos seguintes professores: Sandra Malheiros Mendonça, Maristela H. Tagliari e Hélio Possamai.

As atividades desenvolvidas pelo Piaps eram: atendimento multidisciplinar em ambulatórios, creches, escolas e centros de juventude; visitas domiciliares; participação em atividades comunitárias, como feiras de saúde e programas de prevenção; acompanhamento de egressos dos hospitais e seus familiares; serviços de referência e contrarreferência; assistência e assessoramento a grupos específicos, como escolares, idosos, gestantes, índios, professores, mães e famílias. Em todas essas atividades, havia o envolvimento de professores, acadêmicos e comunidades.

Com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em substituição ao Inamps, o pagamento pelos serviços de saúde foi ficando cada vez mais defasado, impossibilitando a continuidade do pronto-socorro da faculdade. Ao fechar as portas, esse pronto-socorro deixou desassistido o atendimento 24 horas, que não conseguiu mais ser restabelecido de forma eficiente, levando à plethora as emergências dos hospitais.

José Serra, ministro da saúde no governo de Fernando Henrique Cardoso, iniciou uma campanha federal, a fim de que as faculdades passassem a atender nos bairros com a presença obrigatória dos alunos, por meio de uma disciplina optativa inédita, chamada Saúde Coletiva, que passou a integrar a grade curricular do curso de medicina. O governo de Luiz Inácio Lula da Silva manteve a ideia e ampliou os aportes oferecidos às faculdades que atendiam a população carente. Os ambulatorios foram retomados, demonstrando que nossa ideia pioneira não somente foi adequada, mas também recomendada e estimulada posteriormente.

Atualmente, a Faculdade de Medicina da UPF mantém atendimento em 11 ambulatorios, com 13 professores e 160 alunos. Somados os diversos níveis, totalizam 66 horas de atendimento semanais, que, multiplicados pelos 13 professores, resultam em 858 horas semanais de atendimento aos pacientes do SUS.

Além da campanha de saúde coletiva, a Faculdade de Medicina mantém diversos ambulatorios de especialidades, atendendo pacientes carentes pelo SUS. Se essa conduta fosse adotada por todas as instituições de ensino médico, poder-se-iam aliviar muito as carências verificadas no atendimento médico aos usuários do SUS, encontradas nos dias de hoje.

A origem das escolas e das universidades do DGE-38: sua natureza pública e comunitária¹

Agostinho Both

Telmo Frantz

A origem das escolas comunitárias

O surgimento das escolas de ensino fundamental da região nordeste à noroeste do Rio Grande do Sul deve-se à preocupação que os imigrantes tiveram em manter sua cultura social e cristã.

Como não houve preocupação do estado em garantir escolas aos primeiros imigrantes, eles tiveram que prover, por sua conta, a educação na região que posteriormente foi

¹ A Lei nº 5.540, de 1968, estabelece: “Art. 10. O Ministério da Educação e Cultura, mediante proposta do Conselho Federal de Educação, fixará os distritos geoeeducacionais para aglutinação, em universidades ou federação de escolas, dos estabelecimentos isolados de ensino superior existentes no País” (BRASIL, 1968, art. 10). Para organização e administração do ensino, o Ministério da Educação, a partir de 1972, distribuiu as áreas educacionais, e as regiões nordeste e noroeste ficaram designadas pelo número 38. O distrito 38, em 1985, era constituído por 113 municípios. O texto original foi escrito e publicado em novembro de 1985, na revista *Distrito Geoeeducacional 38*, sob a orientação do presidente do DGE-38, Cleo Joaquim Ortigara.

denominada de distrito geoeeducacional 38 (DGE-38). Pelo fenômeno da enxameação das comunidades das colônias velhas, a partir de 1900, começaram a afluir com maior intensidade para esse distrito brasileiros de origens alemã, italiana e polonesa.

Os imigrantes, nessa época, já haviam realizado uma experiência de mais de 60 anos de escola comunitária. Já dominavam os hábitos de organização administrativa e pedagógica. Nas colônias velhas, contavam, inclusive, com escolas de preparação de professores.

As igrejas católicas e protestantes eram mediadoras da experiência alemã, repassada aos imigrantes italianos e poloneses. Escreve Gardolinski, sobre a iniciativa privada no setor educacional:

No momento em que as autoridades compreenderam a impossibilidade de tomar a seu cargo, surgiu a oportunidade de admitir a iniciativa de zelar pelos interesses da comunidade. Neste estado de coisas, os imigrantes poloneses, quando se convenceram da impossibilidade de auxílio do governo na construção de escolas ou na organização do ensino tomaram a si a solução do problema escolar (1977, p. 17).

Assim, ao final do século XIX, nasciam as primeiras escolas polono-brasileiras e, da mesma forma, aquelas ítalo-brasileiras. Com a formação da camada camponesa no Rio Grande do Sul, nascia uma escola que lhe era característica.

Na vinda dos imigrantes, não houve preocupação do estado em lhes conceder escolas. Vinham apenas para garantir fronteira, produzir grãos e animais. Sobre a questão escolar, couberam a cada comunidade o zelo e a organização.

Como lembrou Getúlio Vargas em Blumenau, no ano de 1940, o estado se aproximava dos colonos, depois de instalados, para cobrar impostos e solicitar-lhes votos:

O meio adverso, o isolamento na província fronteira, a impossibilidade de uma ajuda significativa por parte das autoridades locais, regionais e nacionais fizeram com que, muito cedo, os agricultores teutos (1835) acionassem os mesmos dispositivos de defesa que se haviam mostrado eficazes contra o “Kulturkampf”. Os perigos eram outros, e de outra natureza as circunstâncias (RAMBO, 1984, p. 17).

Essas mesmas razões atingiram, tanto na Europa como aqui, todos os imigrantes, pois lá tiveram que enfrentar a força da secularização dos costumes e aqui, a solidão étnica.

As igrejas tiveram, no meio rural, significativa participação nas decisões que se tomavam nessas comunidades. Os dirigentes religiosos viam, nas escolas, instrumentos eficazes para a formação de costumes sociais e cristãos. Por essas razões, os agricultores recém-chegados decidiram que a escola seria um mecanismo vital para o bem de todos, a ponto de gastarem tempo e lucro para sua edificação e sua manutenção.

Características administrativas e pedagógicas da escola comunitária

A escola nascia por decisão da comunidade. Quando, nas pinhas ou picadas, reuniam-se quinze ou vinte famílias, surgia, por força dos costumes, a Associação da Escola. Os membros da comunidade se reuniam em assembleia para indicar os responsáveis pela associação. Participavam o carpinteiro, o ferreiro, o dono da serraria, o marceneiro e o

agricultor. Cada um pagava seus tributos à intenção comunitária. Paralelamente à construção do prédio, a comissão escolhia o professor, recaindo, geralmente, sobre o mais instruído a responsabilidade do ensino a ser ministrado.

No DGE-38, somente a partir de 1930 começaram a surgir escolas especiais para formação de professores. Antes dessas escolas, a maioria se tornava professor ensinando.

A comissão da escola acompanhava os resultados de aprendizagem, principalmente, na avaliação feita durante os exames finais. O vigário ou o pastor possuía voz decisiva tanto na contratação como na continuidade do professor em suas tarefas pedagógicas. O professor, por sua vez, recebia seu salário em valores estipulados por criança ao mês ou em produtos coloniais. A casa e o terreno eram doados pela comunidade, sendo ela proprietária das instalações.

Pelas indicações referidas anteriormente, chega-se às seguintes conclusões:

- a) a escola, desde sua construção, a escolha do professor e o acompanhamento das atividades eram uma questão comunitária;
- b) a permanência do professor contratado dependia da excelência pedagógica;
- c) havia gerenciamento próximo e avaliação imediata, com a vantagem de superação rápida dos limites administrativos e pedagógicos;
- d) a escola servia de iniciação à vida social e cristã, com a integração entre comunidade e paróquia (católica ou protestante) na busca de aperfeiçoamento dos propósitos escolares: “Em assuntos de importância, consultava-se sempre o vigário ou o pastor” (RAMBO, 1984, p. 34).

A filosofia da escola comunitária

A orientação educacional pertencia à comunidade, que delegava à associação o poder de zelar pelos destinos educacionais. Os conhecimentos mínimos expressos em currículo, a duração, as horas destinadas aos conteúdos de formação cristã e social, de comunicação e expressão, de história e geografia, de cálculo e artes obedeciam a uma ordem cultural e à experiência adquirida, que, em 1935, já perfazia cem anos.

A escola comunitária pressupunha e defendia que seus alunos obtivessem uma estrutura de personalidade com as seguintes competências:

- cooperação e entendimento mútuo através de comunicação e expressão;
- ética cristã através da fé na transcendência do homem e da obediência aos padrões comunitários;
- organização lógica da realidade por meio da escrita em sua forma interna (gramática) e externa (caligrafia).

Três princípios orientavam todo o desenvolvimento das atividades escolares: educar o homem para a transcendência; educar o homem para a solidariedade; educar o homem para a realidade.

O desaparecimento da escola comunitária

Até 1938, as agências comunidade e igreja tiveram papel preponderante em todas as comunidades rurais que se formaram no DGE-38. A partir desse ano, no entanto,

o estado começou a tomar para si o direito sobre a escola, provendo-a de recursos físicos e humanos, bem como instituindo sua orientação educacional. O perfil comunitário das escolas primárias começou a se perder paulatinamente. Até 1938, mesmo as escolas municipais cediam às comunidades e às igrejas a autoridade de gerenciá-las pedagogicamente. Em 1938, eclodiu o que estava sendo gestado: a nacionalização, que se caracterizava pela preocupação em desenvolver uma cultura patriótica.

Com a perspectiva de formar professores dentro da proposta nacionalizadora, surgiu, em 1939, uma nova política de capacitação docente. As tendências positivistas e liberais, associadas aos propósitos nacionalistas, rapidamente, extinguiram a experiência das escolas comunitárias no Rio Grande do Sul: tanto pelo número (2.000 do total de 5.500) quanto pela qualidade de ensino desenvolvido, estas escolas foram consideradas uma ameaça à unidade nacional. A nacionalização das “escolas estrangeiras” se configurou como questão de brasilidade, sobretudo na região de colonização alemã e, com mais força, entre os alemães protestantes. O Decreto nº 7.644, de dezembro de 1938, foi o golpe decisivo para as pretensões das escolas “comunitárias” (DAL’MORO, 1985, p. 179).

A partir daquela data (1938) a educação deixou de preparar as crianças para a comunidade e passou a servir, direta ou indiretamente, aos interesses amplos do Estado. Isto significou moldar o educando à imagem de um ideal distante, estranho e sem atrativo [...].

A escola passou a ser construída pelas autoridades locais ou regionais. Os professores foram sendo nomeados e escolhidos em sintonia com as conveniências dos partidos políticos e não em conformidade com os interesses da comunidade e da família (RAMBO, 1984, p. 38).

Em conclusão, pode-se afirmar que as raízes das escolas da região do DGE-38 tiveram sua força na comunidade. Porém, houve um rompimento prejudicial que afetou a qualidade do ensino pelo afastamento da comunidade. O ensino passou a sofrer descaso sistemático, uma vez que não traduzia as reais preocupações da comunidade, o que resultou na dissociação entre escola e interesses comunitários.

As comunidades e o ensino médio

Anteriormente, a maioria dos professores aprendia a sê-lo ensinando, entretanto, a partir da virada do século, começaram a surgir escolas de ensino médio de preparação de professores. Com a decisão de nacionalização, as igrejas católica e protestante se preocuparam com a preparação de professores por meio dos instrumentos criados em 1939: as escolas normais secundárias e rurais. Uma vez que a decisão pedagógica das igrejas havia diminuído dentro da escola primária, buscaram recuperar esse espaço por intermédio dos agentes de educação.

O atendimento pedagógico, na maioria dessas escolas de formação, era dado por membros de diversas congregações, fundadas com a finalidade de atender à revitalização religiosa e às tendências sociais do final do século XIX. Várias delas se instalaram no DGE-38, ficando as igrejas com significativa interferência sobre a formação de educadores e equilibrando-se, assim, as tendências nacionalistas e laicas. Os mesmos mecanismos da escola primária foram utilizados na construção das escolas normais rurais de ensino secundário, obedecendo-se às normas governamentais e ao perfil de cada congregação.

Na ausência do estado, as comunidades do DGE-38 sempre souberam superar seus limites educacionais, assumindo o compromisso de dar destino adequado ao conhecimento humano.

Sem as vantagens dos grandes centros, sem o privilégio da política oficial, sem a força das famílias da oligarquia gaúcha, os centros populacionais, eixos de irradiação da cultura no DGE-38, tiveram também que prover o ensino superior.

As instituições de ensino superior e as universidades comunitárias

Na década de 1950, começou, no DGE-38, o esforço pela conquista do ensino superior. Assim como formaram-se associações para prover escolas primárias, atualizadas as suas denominações, surgiram os consórcios e as sociedades pró-ensino superior.

O amadurecimento social e os desenvolvimentos científico e cultural incitavam a formação de centros de estudos que permitissem melhor determinar a formação científica e profissional dos alunos egressos das escolas de ensino médio. Havia uma vontade, na região, de ter escolas superiores, e, mais uma vez, a responsabilidade de assumir a educação coube às comunidades, que estiveram solitárias tanto na política oficial quanto na conquista de mais esse espaço educacional. Iniciou-se um processo de integração entre instituições na busca de soluções comuns, demonstrando sua origem e sua natureza comunitárias.

As instituições de ensino superior começaram com a intenção de criar cursos, considerando a existência de uma grande demanda de egressos do ensino médio. Até o final da década de 1950, somente em Porto Alegre e Pelotas existiam escolas superiores públicas, as quais não eram suficientes para abrigar as demandas cada vez maiores pelo ensino superior, principalmente aquelas do interior do estado. Inicialmente, foram criadas escolas superiores isoladas, em torno de sociedades comunitárias, sem fins lucrativos. A partir de 1960, um novo movimento surgiu. Obtidas as devidas aprovações dos cursos superiores isolados, houve o desejo de congregá-los em torno de universidades. Inúmeros esforços, novamente, começaram a ser promovidos.

Inicialmente, surgiram solicitações para criação de universidades federais. As resistências foram inúmeras, tanto pela falta de costume como pela ausência de iniciativas federais em torno de qualquer tipo de ensino. Muitos expedientes foram realizados para que, pelo menos, houvesse a possibilidade de o ensino superior ser abrigado com o apoio público federal, entretanto, as demandas foram rejeitadas. Buscou-se, então, a possibilidade de criação do ensino superior estadual. De maneira idêntica às solicitações anteriores, houve resposta negativa para a criação de uma universidade estadual. Para satisfazer os apelos do DGE-38, surgiu a ideia de congregar as instituições ou as escolas isoladas em torno de fundações educacionais. O então ministro da educação, Tarso Dutra, proponente das fundações educacionais sem fins lucrativos, garantiu defender essa forma de organização universitária.

Para exemplificar a nova forma de organização de ensino superior, na primeira reunião da Fundação Universidade de Passo Fundo, em 10 de junho de 1967, conforme consta nas atas da reunião do conselho, o então Presidente Murilo Annes falou:

As duas entidades mantenedoras do ensino superior de Passo Fundo acabam de aprovar a sua transformação numa única fundação educacional, coordenando suas atividades e somando seus recursos para a criação da Universidade de Passo Fundo.

Esse exemplo demonstra os caminhos percorridos por outras instituições comunitárias no DGE-38 e revela o prêmio final da autorização e do reconhecimento dos esforços das comunidades. Sem os benefícios dos recursos públicos, buscaram-se melhores condições para dar conta do ensino, da pesquisa e da extensão, retirando das comunidades as finalidades de natureza pública. Seus estatutos garantem que qualquer resultado físico, financeiro ou material retorne para a própria comunidade. Além disso, as fundações educacionais possuem controle de esferas públicas estadual e federal. Tais fundações, portanto, ainda que não sejam estatais, são públicas em sua natureza.

Como demonstração da legitimidade das universidades comunitárias, elas foram reconhecidas pela Constituição federal de 1988, o que ensejou mudanças, ainda que tímidas, no financiamento federal.

Referências

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF, 1968.

DAL'MORO, Selina Maria. *De escola paroquial à escola pública: o significado da escola no desenvolvimento de Sananduva-RS*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Avançados em Educação, Departamento de Filosofia da Educação da Fundação Getúlio Vargas, 1985.

GARDOLINSKI, Edmundo. *Escolas de colonização polonesa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1977.

RAMBO, Arthur Blasio. A escola comunitária teuto-brasileira: gênese e natureza. *Estudos Leopoldenes*, São Leopoldo, v. 21, n. 86, p. 05-109, nov. 1984.

A Universidade de Passo Fundo e a municipalização da merenda escolar

Elmar Luiz Floss

Introdução

Uma das principais diferenças entre países desenvolvidos e não desenvolvidos está nos cuidados da saúde materno-infantil, especialmente na alimentação adequada em quantidade e qualidade. Uma criança que nasce bem e recebe alimentação adequada até os 5 ou 6 anos de idade desenvolve adequadamente o sistema nervoso central e tem boas condições de aprendizagem, o que abre a ela as portas do mundo do trabalho. O melhor recurso continua sendo uma alimentação adequada. Criança bem alimentada tem tudo para ser um adulto sadio e levar uma vida longa.

Na discussão em profundidade do tema, por médicos e nutricionistas, a conclusão óbvia é a de que, se houvesse uma política de alimentação materno-infantil melhor, bilhões seriam poupados, no Brasil, em gastos de saúde com a população adulta. Também seria maior a produtividade no trabalho, e o país perderia o título de campeão mundial em acidentes no trabalho.

Alimentação inadequada de escolares

Tenho acompanhado a questão sobre alimentação de escolares há muito tempo, especialmente a partir de 1984, quando coordenei, como Diretor da Faculdade de Agronomia e por indicação do Reitor Elydo Alcides Guareschi, a implantação do Centro de Estudos e Pesquisas em Alimentação (Cepa) da Universidade de Passo Fundo (UPF). A região, uma das mais importantes na produção de alimentos, não tinha um centro de estudos e pesquisas na área. Perguntava-se: será que as pessoas, na região, estão bem alimentadas?

Uma das atividades iniciais voltadas para a questão foi o seminário realizado em 05 de dezembro de 1984, com a presença do Presidente da Fundação de Assistência ao Educando (FAE), do Ministério da Educação, o senhor Francisco Scárdua, para discutir a municipalização da merenda escolar, conhecida posteriormente por alimentação de escolares. Na época, toda a aquisição da merenda escolar era centralizada em Brasília. Além do forte tráfico de influência, o que acontecia na prática era um absurdo. Carne seca e feijão miúdo ou feijão de corda, adquiridos no nordeste, eram distribuídos em escolas do Rio Grande do Sul, ao passo que o charque gaúcho e o feijão preto do sul eram levados para o nordeste. Era um desrespeito à cultura alimentar das diferentes regiões de um país com extensão continental, além de movimentar altos custos com logística.

Os prefeitos da região presentes no seminário apresentaram outros problemas graves, como o atraso no recebimento dos alimentos e a deterioração deles. Também mos-

traram a importância da aquisição de alimentos regionais, respeitando o hábito alimentar da população e promovendo o desenvolvimento da região.

Projeto regional de municipalização da merenda escolar

A partir das discussões do seminário, por iniciativa do curso de Economia Doméstica (sob coordenação da professora Cleusa Bandeira Veloso) da Faculdade de Educação (sob direção do padre Eli Benincá) em parceria com a Faculdade de Agronomia da UPF, foi elaborado um projeto regional de municipalização da merenda escolar, considerando que o programa de merenda escolar não atendia as necessidades nutritivas das crianças e também era oneroso, pois utilizava produtos oriundos de outras regiões ou produtos regionais beneficiados e industrializados em outros locais, cujo transporte aumentava o custo final dos alimentos. Por isso, era necessária a criação de hábitos alimentares que utilizassem produtos agropecuários regionais. Apesar de o Planalto Rio-Grandense ser uma região agrícola com grande produção de cereais, leguminosas e hortifrutigranjeiros e criação de aves, suínos e bovinos, alimentos de alto valor nutritivo, observava-se que grande parte da população apresentava subnutrição, devido à falta de uma educação alimentar e de um melhor aproveitamento dos alimentos. A intenção da FAE era descentralizar a merenda escolar: a UPF, por meio do Cepa, do Curso de Economia Doméstica e da Faculdade de Agronomia, poderia dar apoio técnico-científico aos municí-

pios, orientando e acompanhando a escolha dos alimentos e analisando-os qualitativamente, a fim de aproveitar melhor os produtos regionais.

O principal objetivo era desenvolver um programa regional, a fim de aperfeiçoar o sistema de distribuição e melhorar a qualidade da merenda escolar. Os objetivos específicos eram: desenvolver bons hábitos alimentares, usando os produtos regionais; proporcionar às crianças alimentos de alto valor proteico, vitamínico e mineral, com a finalidade de suprir a alta necessidade nutritiva do público escolar; estudar a economicidade da utilização de alimentos regionais na merenda escolar; estimular a produção de alimentos e o desenvolvimento de pequenas indústrias alimentares na região; e orientar pais, professores e alunos sobre a importância da alimentação adequada.

Inicialmente, o projeto teria como abrangência os municípios de Passo Fundo, Marau, Carazinho, Palmeira das Missões, Lagoa Vermelha e Soledade, permanecendo dentro da área de influência da UPF. Foram definidas também as responsabilidades das instituições envolvidas com o referido projeto.

A UPF, atendendo ao seu espírito comunitário e à sua missão de promover o desenvolvimento regional, teria como responsabilidades: assessoramento dos municípios na escolha dos produtos alimentares e no seu processamento, visando à melhor forma de utilização na merenda escolar; treinamento de uma equipe de professores e merendeiras em cada município, no preparo dos alimentos; preparação de cardápios com níveis calóricos e proteicos de acordo com as recomendações técnicas, a partir dos produtos regionais;

realização de análises para controle de qualidade dos alimentos utilizados na alimentação das crianças; e orientação sobre a instalação de hortas e pomares escolares.

Aos municípios caberiam: aquisição de alimentos; manutenção de equipe de supervisores da merenda escolar; manutenção da infraestrutura das escolas para existirem boas condições de preparo dos alimentos; e prestação de contas, conforme as normas da FAE.

Já a FAE teria as responsabilidades de: repassar os recursos financeiros aos municípios e credenciar o Laboratório de Ciências e Tecnologia dos Alimentos, do Cepa, para concessão do certificado de qualidade.

Comissão pró-municipalização da merenda escolar

A partir daquele seminário na UPF, foi formada a comissão que participaria de eventos nacionais na busca da municipalização da merenda escolar. Participei dessa comissão como coordenador do Cepa, juntamente com os prefeitos Fernando Machado Carrion, de Passo Fundo, e Francisco Sérgio Turra, de Marau, com o professor Ernesto Kubota do Cepa, entre outros. Esses prefeitos foram indicados para participar da comissão pela qualidade da merenda escolar oferecida nos seus municípios. Na época, Passo Fundo também coordenava a distribuição regional da merenda. Foram várias reuniões em Porto Alegre, Curitiba e Brasília, até a nova república implantar a municipalização da merenda escolar. O repasse do dinheiro aos municípios permitiria a

aquisição de alimentos regionais de qualidade, respeitando a cultura alimentar local, e promoveria uma agregação de renda nos municípios.

Foi uma política que proporcionou enormes avanços nesse setor ao longo dos anos. Mas ainda há alguns fatores limitadores. Primeiramente, há os baixos valores repassados pelo governo federal para alimentar cada criança. Como organizar um prato que atenda às necessidades nutritivas de uma criança, conforme recomenda a Organização Mundial da Saúde (OMS), com valores tão baixos? Evidentemente, os municípios necessitam complementar esses recursos. E, nas cidades onde a alimentação de escolares é exemplar, o gasto do município é maior do que o repasse federal. Entretanto, todo o mérito, na mídia, fica ao governo federal.

Outro aspecto preocupante é a terceirização da merenda escolar. Esse aspecto parece jurídica e operacionalmente adequado em função da burocracia exigida nas licitações, mas, na prática, distancia o objetivo de adquirir alimentos locais.

Também é importante notar que muitas crianças, desde o nascimento até a idade escolar, passam fome, situação que tem reflexos irreversíveis em sua saúde. Há situações ainda piores, como quando a mãe se alimenta mal durante a gestação ou é consumidora de álcool e drogas. Nesses casos, por melhor que seja a merenda na escola, ela não resolve o dano fisiológico já causado.

Por isso, a criação do Programa Bolsa Família, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, depois denominado Fome Zero no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, teve como objetivo propiciar uma alimentação melhor às pessoas

de baixa renda. Para agilizar o processo, o referido programa deveria ter sido acoplado ao Programa de Alimentação de Escolares, já consolidado. Além de fornecer alimentos aos alunos, inclusive nas férias, proporcionaria alimentação aos irmãos menores e mesmo às mães gestantes. Também o custo do programa seria muito menor.

Importância do Cepa

Sob a liderança do Reitor, na época o professor Elydo Alcides Guareschi, e com o auxílio das direções das Faculdades de Agronomia (depois Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária) e de Educação e dos Institutos de Ciências Exatas e Geociências e de Ciências Biológicas, cujos Diretores eram, respectivamente, Elmar Luiz Floss, Eli Benincá, Luiz Eurico Spalding e José Carlos Moraes, foi implantado, em 1984, o Cepa.

A ideia inicial foi do padre Eli Benincá, Diretor da Faculdade de Educação na época, que procurou a Faculdade de Agronomia, propondo a criação de um centro interdisciplinar ligado às questões da alimentação e da nutrição humana. Foram convidados a participar da discussão os professores Luiz Eurico Spalding, Diretor do Instituto de Ciências Exatas e Geociências, pois havia interesse de uma parceria com o Curso de Química, e José Carlos Moraes, Diretor do Instituto de Ciências Biológicas.

A ideia da criação de um centro interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão em alimentação foi apresentada ao Vice-Reitor Acadêmico Agostinho Both e ao Reitor Elydo Alcides Guareschi. Aceita a proposta, foi formada uma co-

missão para a elaboração do projeto do novo centro. Além de representantes das quatro unidades mencionadas, foi também convidada a participar da comissão a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que indicou os pesquisadores Augusto Carlos Baier e Vanderlei Caetano como seus representantes.

A grande região de influência da UPF já era importante produtora de grãos alimentícios (soja, milho, trigo, aveia branca, feijão, entre outras culturas), mas havia pouca pesquisa na área de processamento e controle de qualidade. A região também despontava na produção animal, com os sistemas integrados de produção de suínos, de aves e de leite. A universidade já vinha conduzindo um programa de pesquisa de aveia desde 1977, porque havia necessidade de fomentar mais seu uso na alimentação humana. Apesar da abundante produção de alimentos na região, havia problemas de subnutrição, inclusive na alimentação de escolares, cujo programa na época era federal. E não havia agroindustrialização, para agregar valor ao produto e aumentar a renda da população.

Definido o regimento do centro e aprovado seu funcionamento pelos colegiados internos de cada unidade e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), fui indicado pelo conselho do centro como seu primeiro Coordenador, cujo mandato foi concluído em agosto de 1986.

A finalidade maior do Cepa era dinamizar o ensino, a pesquisa e a difusão de conhecimentos e técnicas de alimentação, integrando os diferentes departamentos da UPF. Os objetivos iniciais estabelecidos para o centro foram: (a) oportunizar o preparo técnico/científico e pedagógico de do-

centes da UPF vinculados à área de alimentação e nutrição humana; (b) oportunizar o aprofundamento das técnicas e/ou das metodologias de pesquisa em alimentos; (c) obter conhecimentos específicos acerca da organização, da instalação e do uso de laboratórios para realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão; (d) incentivar a integração dos docentes da UPF com entidades ligadas à produção, à industrialização e à comercialização de alimentos; (e) propiciar a articulação do Cepa com programas governamentais de alimentação e nutrição humana; (f) difundir experiências e resultados de estudos e pesquisas na área de alimentação; (g) conscientizar a população da importância da formação de hábitos alimentares adequados; (h) realizar análises químicas, físicas e biológicas de controle da qualidade de alimentos.

O financiamento foi obtido da Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia, por meio de convênio com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), cujo signatário foi o Reitor Geraldo Chaves. Foi designado como coordenador do projeto, pela UFV, o professor Dr. Renato Cruz, chefe do Departamento de Tecnologia de Alimentos na época.

O projeto elaborado previa, num prazo de dois anos (1985-1987), a implementação do Cepa com financiamento da ordem de 210 mil cruzeiros em 1985 e de 400 mil cruzeiros em 1986. Os recursos financeiros objetivavam: a realização de um curso de especialização *lato sensu* em Ciência e Tecnologia de Alimentos para 19 docentes da UPF, ministrado por docentes da UFV e com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); a montagem de um laboratório de Ciência e Tecnologia de

Alimentos; a contratação de dois professores/pesquisadores com mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos. Foram contratados os professores Ernesto Kubota, no primeiro ano, e Jorge Schulz, no segundo. Também foi instalada a Unidade Experimental de Panificação, com o objetivo de desenvolver pesquisa visando ao aproveitamento de diferentes farinhas produzidas na região, em substituição à farinha de trigo.

Ao final da vigência do convênio entre a UPF, a UFV e a Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia, havia um grupo de professores titulados e mestres contratados e laboratórios e equipamentos básicos instalados, assim iniciaram as atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de alimentos. Essa infraestrutura permitiu que novos projetos fossem elaborados e financiados por diversas agências, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a FAE, a Fundação Banco do Brasil e a Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia, por meio do Polo de Modernização Tecnológica em Alimentos.

Ainda em 1986, foi executado um projeto de ampliação do Cepa com recursos financeiros da FAE, da ordem de 230 milhões de cruzeiros. Já no primeiro ano, o Cepa participou das discussões do Projeto da Municipalização da Merenda Escolar, ainda em vigor.

Ao longo de seus quase 30 anos, o Cepa cumpriu com as finalidades para as quais foi criado. Promoveu-se o ensino, melhorando a parte prática nos cursos já existentes, e criou-se a infraestrutura básica de apoio aos novos cursos, como

os de Engenharia de Alimentos e Nutrição. Desenvolveram-se inúmeras pesquisas, que foram difundidas por meio de cursos, publicações, palestras e treinamentos ministrados. Realizaram-se milhares de análises de alimentos das mais diferentes origens. Proporcionou-se treinamento a muitos estudantes, que passaram a atuar nas mais diversas atividades do setor.

O qualificado corpo docente, a pesquisa consolidada e a moderna infraestrutura, instalada ao longo dos anos, permitiram a elaboração do projeto do curso de mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos, que foi aprovado pela Capes em 2013 e iniciado em 2014.

Graças à qualidade dos recursos humanos e aos modernos recursos laboratoriais, o Cepa, ao longo desses anos, contribuiu de forma significativa com o aperfeiçoamento da alimentação de escolares na região, realizando o controle da qualidade dos alimentos oferecidos. Hoje, o centro é um suporte importante no controle da qualidade das matérias-primas e dos alimentos processados nas indústrias alimentícias que se instalaram na região.

Alimentação escolar: perspectivas futuras

A Região Sul do Brasil é uma das mais importantes produtoras de alimentos em quantidade e qualidade. Além das culturas de verão, como milho, soja e feijão, há a possibilidade de cultivo de culturas alimentícias no inverno, como trigo, aveia, cevada, centeio, triticale, ervilha, entre outras. É também a principal região brasileira produtora de carnes (bovina, suína e de aves) e de leite e seus derivados.

Essa abundância de alimentos, frutas e hortaliças está em desacordo com o grande número de crianças subnutridas existente na região. Mesmo em algumas escolas públicas, a merenda fornecida aos escolares é de baixa qualidade e não atende às exigências nutritivas mínimas.

O desafio dos responsáveis pelo preparo de alimentos na escola é enorme, pois, com recursos tão escassos, é difícil arranjar uma alimentação que atenda aos padrões da OMS quanto às quantidades necessárias de proteínas, calorias, vitaminas e sais minerais. Isso explica também por que, na maioria das escolas, são utilizados somente alimentos derivados de farinha de trigo, na forma de pães, bolachas, biscoitos, etc. São alimentos com custos compatíveis com os recursos disponíveis, mas de baixa qualidade nutricional, pois são alimentos meramente energéticos. E o que uma criança precisa, prioritariamente, é de proteínas, vitaminas e sais minerais para seu crescimento e desenvolvimento.

Essa alimentação inadequada é uma das responsáveis pelo aumento da obesidade entre jovens, cujas consequências e cujos tratamentos exigem o dispêndio de altas somas de recursos financeiros do setor público. Embora pães, biscoitos e bolachas sejam utilizados e apreciados pelas pessoas, na merenda escolar, deveriam ser fornecidos em alimentos produzidos com farinha integral. Assim, além das calorias, também haveria a ingestão de fibras e proteínas, fundamentais para o adequado desenvolvimento humano.

Em muitas escolas, a alimentação é melhorada por iniciativa de diretores, professores e pais, com campanhas de arrecadação de alimentos. Algumas vezes, parte da suplementação alimentar dos alunos vem da horta escolar, mas,

infelizmente, na maioria das escolas, esse espaço está abandonado.

A utilização dos alimentos regionais, além de promover a formação e a preservação de um hábito alimentar e a melhoria do valor nutritivo do alimento fornecido, favorece o desenvolvimento econômico da região, pois os programas de alimentação de escolares representam somas vultosas. Por isso, foi um avanço no processo a autorização aos municípios de adquirir alimentos da agricultura familiar.

Além de melhorar a alimentação dos alunos, a logística dos programas de alimentação deveria oportunizar às crianças menores que moram próximas às escolas e às mães gestantes o recebimento de uma alimentação adequada, fornecida inclusive durante as férias, evitando a subnutrição.

A mística do comunitário na missão da Universidade de Passo Fundo

De mãos dadas e irmanadas, universidades e comunidades, lançando sementes boas em terras boas... Culturas e vidas surgirão!
Esta é a esperança dos educadores.

Irany Clemente Comin

Salete Cleusa Bona

Para contextualizar e explicitar a presença do termo comunitário na identidade da Universidade de Passo Fundo (UPF), buscamos um fio condutor, que denominamos de mística. No curso, percurso e decurso de quase sessenta anos de história, a missão da UPF carrega o distintivo e o caráter de universidade comunitária e regional, conforme dispõe o estatuto da instituição (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, 1967) e o Decreto Federal nº 62.835, de 06 de junho de 1968 (BRASIL, 1968). No decorrer desta história de atividades e investimentos culturais, relacionados ao ensino superior no município de Passo Fundo e em municípios do norte do estado do Rio Grande do Sul, a UPF desenvolve sua missão educadora sob a mística de instituição comunitária. Dom Cláudio Colling, bispo de Passo Fundo na época em que se fundou a instituição (06 de junho de 1968), definiu a existência da UPF como: “Uma boa semente, lançada em terra boa”.

No transcurso e no transitar comunitário e, posteriormente, regional, a UPF precisou ser olhada e refletida como instituição comprometida com o processo educacional e o desenvolvimento da região de Passo Fundo. Nessa missão, conforme depoimento do jornalista e editor Ivaldino Tasca, foi vista como “a principal, a mais importante, a mais significativa obra do Norte do Estado do Rio Grande do Sul, em todo o século vinte, [...] a UPF impactou inclusive o Oeste de Santa Catarina, o Sudeste do Paraná e outras microrregiões do país” (RÖSING et al., 2013, não paginado).

Nesses espaços geográficos, políticos e culturais, a UPF impactou por sua missão, a mística do comunitário. Assim, este texto aborda: a mística, enquanto força vitalizadora da missão comunitária; os aspectos legais do comunitário na identidade da UPF; o comunitário na história da UPF, considerando vivências e abrangências; e o futuro da instituição.

Mística: força vitalizadora da missão comunitária

Na acepção da palavra mística, encontramos distintos e/ou divergentes significados. Segundo o *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*, o termo indica: “o estudo das coisas divinas ou espirituais” (FERREIRA, 2010, não paginado). Tem conotação de significado próxima ao do termo misticismo, relacionado à vida religiosa e contemplativa. Significa também a crença ou o sentimento arraigado de devotamento a uma ideia, uma causa, um clube, etc. Também conota uma essência doutrinária. Mística e mistério são termos de profunda correlação.

A atitude mística desenvolve um conhecimento aprofundado. A partir dela, tramitam com sabedoria os fenômenos que envolvem perspectivas novas, que possibilitam outras formas de compreensão e de efetivação de ideais.

Leonardo Boff, em seu livro *Ethos mundial* (2003), afirma que mística é aquela forma de ser e de sentir que acolhe e interioriza experiencialmente o mistério. Também, a mística e a espiritualidade se exteriorizam institucionalmente nas religiões do mundo. Na prática de convivências humanas, é a ética que corporifica a mística e a espiritualidade. Em outros textos, Boff (1996) complementa os significados do termo com as seguintes observações:

- a) adjetivo de mistério;
- b) conjunto de convicções profundas ou visões grandiosas, paixões fortes, que mobilizam pessoas e movimentos sociais/políticos com fins de mudanças, de construção de modelos alternativos de sociedade;
- c) força geradora de energias orientadas para um futuro melhor;
- d) motor secreto de compromissos e de entusiasmos que aglutinam militâncias, pois não há militância sem paixão e mística, trata-se de viver convicções em movimentos e políticas comunitárias.

A acepção da palavra mística, neste texto e no contexto histórico da missão educadora e comunitária da UPF, precisa ser entendida como: força vitalizadora e geradora, motor secreto, promotora de convicções e paixões fortes, voltadas para horizontes de um futuro melhor.

Aspectos legais do comunitário¹ na identidade da Universidade de Passo Fundo

A Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), promulgada em 05 de outubro de 1988, em seu terceiro capítulo, sobre a Educação, a Cultura e o Desporto, primeira seção, artigo 213, legisla sobre os recursos públicos destinados às escolas, e essas são classificadas, identificadas e definidas como: escolas públicas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas.

Também na Constituição federal, a UPF, desde sua criação e consolidação, foi identificada, por lei, como instituição educacional comunitária, em 02 de abril de 1968, sob o Decreto Federal nº 62.835 (BRASIL, 1968), publicado no *Diário Oficial da União* em 06 de junho de 1968.

Da classificação legal das escolas, entendem-se:

- universidades públicas como aquelas instituições federais, estaduais e/ou municipais;
- universidades comunitárias como aquelas instituições públicas não estatais;
- universidades particulares como aquelas instituições confessionais, filantrópicas.

De idêntico teor legal ao artigo 213 da Constituição federal, a Constituição estadual (RIO GRANDE DO SUL, 1989) destaca e prioriza o destino de recursos públicos às escolas comunitárias.

¹ A respeito do tema, consultar Guareschi (2012) e Longhi (1998).

Ao abrigo das legislações referidas, as instituições de ensino superior (IES) do país, em função do termo e do atributo comunitário de universidades e/ou faculdades, agilizaram estruturas administrativo-operacionais, para qualificar as funções de ensino, pesquisa e extensão, bem como para destacar a importância e a identidade política das universidades comunitárias. E, pelo intercâmbio de práticas, relacionamentos e convivências dos gestores das IES, o comunitário passou a ser tema de estudos e, em algumas universidades, personificou-se em mística de gerenciamento.

Assim, políticas associativas foram implementadas, objetivando o compartilhamento de forças e de práticas de *marketing* junto às instituições de ensino superior comunitárias do país. O fenômeno da interiorização do ensino superior no Rio Grande do Sul foi um caminho muito longo. Na década de 1930, Pelotas e Santa Maria, cidades do interior, despertavam para o sonho de universidade para todos. É no movimento de interiorização que encontramos as raízes do comunitário. Na década de 1950, lideranças de Passo Fundo, por meio do “universo do conhecimento”, abriram espaços para o desenvolvimento, apostando no aspecto comunitário do ensino superior.

Na certeza de qual caminho seguir, quatro importantes políticas deram sustentação à mística emergente da sinergia do comunitário, como são apresentadas a seguir.

a) Política constitucional da autonomia universitária

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 207, fundamenta: “as Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial” (BRASIL, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e seus desdobramentos são a chave e a semente das políticas que dimensionam e direcionam as abrangências do surgimento de todas as IES, em especial, daquelas comunitárias.

b) Política dos distritos geoeeducacionais

O Conselho Federal de Educação, em 1974, definiu os territórios dos distritos geoeeducacionais. A UPF ficou circunscrita ao distrito geoeeducacional 38 (DGE-38). E, até o ano de 1982, era a única universidade dentro desses limites, liderando, assim, iniciativas de integração e cooperação entre as demais IES do distrito. Nesse espaço de convivências e atividades, a UPF incrementou sua mística do comunitário.

c) Política do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung)

Em março de 1993, quando criado, o Comung agregava nove instituições de ensino superior comunitárias.² Em 1996, o número já era de quinze instituições.

² Universidade de Passo Fundo, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Universidade de Cruz Alta, Universidade de Santa Cruz do Sul, Universidade de Caxias do Sul, Universidade Católica de Pelotas, Universidade Regional da Campanha, Universidade Regional Integrada e Universidade Feevale.

Como órgão facilitador entre as políticas das universidades comunitárias gaúchas e as políticas públicas, o consórcio exerceu também a função de gestor e supervisor dos programas e dos projetos desenvolvidos em parceria com órgãos federais, estaduais ou municipais. O consórcio é também denominado de Instituições Comunitárias de Educação Superior (Ices).

d) Política da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc)

A Abruc abrange políticas nacionais, enquanto o Comung, políticas estaduais. Entretanto, ambos desfraldam a bandeira da identidade das instituições comunitárias, a segunda força do ensino superior do país.

Aliadas a essas políticas, a imagem e as credenciais de qualidade das instituições comunitárias necessitam de cuidados nas políticas de gestão e nas políticas de qualificação e titulação dos recursos humanos (docentes, pesquisadores e funcionários). Cabe registrar que, no decorrer da história da UPF, sempre houve uma atenção especial com as políticas referentes ao comunitário, que foram acompanhadas diretamente pela Reitoria, por meio dos Reitores: Dr. Murilo Coutinho Annes (1968-1974), Dr. Bruno Edmundo Markus (1974-1982), Prof. Elydo Alcides Guareschi (1982-1998), Prof. Ilmo Santos (1999-2002), Prof. Ruy Getúlio Soares (2002-2010), Prof. José Carlos Carles de Souza (2010-2018).

O comunitário na história da Universidade de Passo Fundo: vivências e abrangências

A UPF se concretiza a partir de manifestações culturais na cidade de Passo Fundo. No ano de 1957, ano do centenário da emancipação política de Passo Fundo, e também no ano anterior – 1956 –, há o registro de relevantes ocorrências culturais na cidade. Em 21 de abril de 1956, festa de Tiradentes, foi instalada a primeira unidade de ensino superior na Região Norte do Rio Grande do Sul, a Faculdade de Direito. Em 04 de dezembro de 1956, foi assinado o decreto federal que autorizava o funcionamento da Faculdade de Filosofia em Passo Fundo com três cursos superiores: Filosofia, Pedagogia e Letras Anglo-Germânicas.

Em janeiro de 1957, para comemorar o início do ano do centenário, foi realizado o primeiro vestibular da Faculdade de Filosofia, que aprovou: 12 vestibulandos para o Curso de Filosofia, 38, para o de Pedagogia, e 12, para o de Letras. A aula inaugural dos cursos ocorreu em 07 de março de 1957.

Por credenciais e políticas favoráveis em órgãos federais, em anos subsequentes, foram autorizadas as Faculdades: de Artes (1952), de Ciências Políticas e Econômicas (1957), de Odontologia (1961) e de Agronomia (1961).

No decurso mais ou menos de dez anos, as seis unidades acadêmicas, inicialmente faculdades isoladas, de mãos dadas inovaram e, irmanadas em mente e coração, uniram-se em solidária fundação.³ De convivências e experiências

³ A Fupf é a entidade instituidora e mantenedora ou a pessoa jurídica.

dessas seis unidades acadêmicas, nasceu, em 02 de abril de 1968, a Fundação Universidade de Passo Fundo (Fupf),⁴ mantenedora da UPF, cuja identidade, por estatuto, é apresentada como universidade comunitária e, posteriormente, pelo Parecer nº 7772 (BRASIL, 1993), do Conselho Federal de Educação, como universidade comunitária regional *multicampi*.

Nessa nova dimensão e nesse contexto regional, a UPF, como uma boa instituição lançada em terra boa, através de pinceladas históricas, é reconhecida como instituição comunitária sob três segmentos: regional, estadual e nacional.

A UPF na região

A UPF é uma instituição que se identifica com a comunidade. Seu jeito de ser comunitário, voltado para assuntos comunitários, sua atenção aos interesses das comunidades regionais e sua missão de instituição educadora pela mística do comunitário são uma paixão, uma política e uma energia que circulam no embrião de sua origem e no berço de seu nascer: “uma Universidade privada, sem fins lucrativos de caráter comunitário e regional” (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASO FUNDO, 1967).

A UPF é a experiência de um sonho e a conquista de um movimento comunitário. As cidades-sede dos *campi* da UPF, sem exceção, já haviam vivenciado a mística do comunitário. Basta olhar para a cidade de Passo Fundo, em termos de educação, ensino e saúde, para a origem das escolas e

⁴ O decreto que reconheceu Fupf é o de nº 62.835 (BRASIL, 1968), publicado no *Diário Oficial* em 06 de junho de 1968.

dos hospitais, que encontramos a sinergia e a mística do comunitário. Há o Hospital São Vicente de Paulo e o Hospital da Cidade, já entre as escolas, estão: Instituto Educacional (1920); Colégio Notre Dame (1923); Colégio Conceição (1929); Colégio Menino Jesus (1941); Colégio Menino Deus (1959); Colégio Bom Conselho (1990).

Na região que abrange a estrutura *multicampi*, não existe cidade sem experiências do comunitário. A mística do comunitário já estava enraizada no Rio Grande do Sul quando, a partir da década de 1930, o movimento de interiorização do ensino superior foi desencadeado.

A grandeza comunitária da UPF floresceu e frutificou na filosofia dialógica de ver, julgar e agir, ou seja, de práxis e de reflexão, priorizando sempre o saber construído na coletividade, oportunizando visibilidade, sustentabilidade, identidade e credibilidade na sinergia do regional comunitário.

Nas políticas de gestão e decisão da Fupf ou da UPF, os colegiados representam o modelo decisório fundamental. E, no interior das unidades acadêmicas, faculdades e institutos, a filosofia do ver, do pensar e do agir é elaborada e executada em níveis do todo solidário.

A seguir, apresentam-se algumas referências do fazer comunitário na região *multicampi* da UPF.

- a) O primeiro evento que selou a política do comunitário, em 1968 e nos anos anteriores, foi a corajosa e inovadora fusão das duas entidades que clamavam pela existência de ensino superior em Passo Fundo. A Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo e o Consórcio Universitário Católico, de mão dadas e

mentes conectadas, decidiram pela fusão de ideais e patrimônios e instituíram a Fupf, mantenedora da personalidade jurídica que responde pelos destinos da UPF. Essa fusão determinou que o poder político da fundação e da universidade estaria na mão dos professores, que, mediante eleições diretas, elegeriam os membros do Conselho Diretor e os dirigentes da universidade e demais segmentos de gestão. Essa forma de participação, cabendo aos professores o poder político da instituição, representou um avanço com repercussão nacional, conforme registrado pelo jornal *Correio do Povo* na edição de 04 de julho de 1982: “Possivelmente, a mais ampla e arrojada experiência de democratização de uma instituição de Ensino Superior do Brasil esteja sendo executada pela UPF” (1982 apud GUARESCHI, 2001, p. 32).

- b) A política de autonomia universitária abriu inúmeros espaços e horizontes à universidade, já ancorada na reforma universitária, conforme a Lei Federal nº 9.540 (BRASIL, 1968), de 28 de novembro de 1968, oportunizando as mais variadas experiências. Lembremo-nos dos programas voltados à qualificação e/ou à titulação de professores leigos, que exerciam magistério nas escolas estaduais, municipais ou particulares sem a devida habilitação. Entre convênios e parcerias com municípios, destacam-se os projetos realizados em Casca e Palmeira das Missões, o Plano Regional de Estudos Adicionais dos núcleos universitários de Erechim e Palmeira

das Missões, os cursos transitórios fora da sede, os centros de extensão universitária, o projeto Unidades Móveis de Iniciação ao Trabalho (Umits), entre tantos outros. Essas foram algumas experiências de regionalização voltadas às comunidades regionais no campo da escolaridade, modelando a institucionalização da universidade comunitária regional, conforme o Parecer nº 772 (BRASIL, 1993), do Conselho Federal de Educação.

- c) A ação ou a atividade da mística comunitária regional não ficou restrita às licenciaturas. Ela foi tão intensa e abrangente nas demais unidades acadêmicas quanto na área da educação ou do ensino escolar. Houve exitosas experiências nas áreas de saúde, ciências agrárias, ciências econômicas, engenharia, direito, comunicação, entre outras. Todas tiveram a meta do desenvolvimento da comunidade regional, envolvendo a Ferrovia do Trigo, a Rota do Mercosul, o Conselho de Desenvolvimento da Região da Produção (Condepro), os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (Coredes), entre outros meios.

A lista de parcerias firmadas com a UPF é longa, dentre os parceiros, estão: a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Metasa, a Manitowoc, a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (Fapergs), cooperativas e intercâmbios para além das fronteiras nacionais,

que, entre outras ações, consolidaram o parque científico e tecnológico da UPF na região do planalto médio.

A UPF no Rio Grande do Sul

Relacionamos, sinteticamente, neste item, as ações que, de certa forma, priorizam o comunitário no contexto das relações da UPF com programas e/ou projetos de abrangência estadual:

a) DGE-38

A política dos distritos geoeeducacionais, estabelecida pelo Ministério da Educação em 1974, localizou a UPF no DGE-38, onde, como única universidade, assumiu a liderança entre as demais IES. Foi uma experiência muito valiosa, aproveitada mais tarde na estruturação da UPF *multicampi*, enquanto escola solidária à comunidade.

b) Projeto de Umits⁵

Ao todo, 498 docentes, de 44 municípios do Rio Grande do Sul, foram habilitados para os projetos das Umits dos Centros Rurais de Ensino Supletivo (Cres), dentro da filosofia e da mística da UPF, qualificando docentes e melhorando o ensino das escolas das comunidades rurais dos municípios conveniados. Essas unidades móveis eram caminhões equipados, nos quais ocorria a qualificação dos profissionais, que encerravam o curso com currículo para iniciação ao trabalho. Essa experiência foi introduzida em estados

⁵ Sobre o assunto, consultar também outros trabalhos que tratam do tema nesta publicação.

do Norte do Brasil, em que barcas, no lugar de caminhões, eram as unidades móveis ou salas de aula.

c) A municipalização do ensino

Foi importante bandeira da prática comunitária a municipalização do ensino, cujos movimentos e ações deram destaque à UPF a partir da década de 1980.

d) Centro Regional de Educação (CRE)⁶

O CRE surgiu em 1972, como espaço de assessoria, planejamento e oferta de cursos, como um laboratório de metodologias e como organização de convênios com outras instituições e/ou outros municípios. O CRE, da Faculdade de Educação, celebrou, com o Departamento de Assuntos Universitários da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, inúmeros convênios e parcerias permanentes junto ao Comung.

e) Núcleos e centros da UPF no Rio Grande do Sul

A Fupf, como instituição mantenedora, a Reitoria, como administração superior, as quatro Vice-Reitorias, as doze unidades acadêmicas e os demais núcleos e centros regionais de cada unidade e os professores, os funcionários e os acadêmicos, a partir de suas representações, constituem a sinergia da mística comunitária da UPF.

A grande escola comunitária, regional e *multicampi* UPF, unida às comunidades do município de Passo Fundo e de municípios que abrangem sua estrutura *multicampi*, manterá seu propósito somente se permanecer na mística do comunitário.

⁶ No interior das doze unidades acadêmicas, encontramos mais de vinte núcleos ou centros, com nomes assemelhados, que aprofundam o ensino, a pesquisa e a extensão da comunidade UPF.

A UPF no Brasil e no contexto internacional

A primeira grande experiência que projetou a identidade comunitária da UPF em âmbito nacional – nas décadas de 1970 e 1980 e, em menor escala, nos anos posteriores – foi a experiência dos cursos de férias, que instituiu, pelo parecer de 07 de dezembro de 1969, um programa pioneiro, inovador e corajoso no ensino superior brasileiro.⁷ Foi uma experiência semente, plantada com muita fé e com mística, atendendo às demandas de pesquisa, ensino e extensão, e coordenada pela Faculdade de Educação da UPF.

No âmbito da pesquisa, a experiência destaque da UPF está no Programa Aveia, da Faculdade de Agronomia e Medicina e Veterinária (FAMV), que iniciou no ano de 1977 e ainda está em andamento. O programa conta com a cooperação da Embrapa Trigo e de universidades brasileiras e estrangeiras, e seus resultados têm grande impacto na economia regional. No interior dessa e de outras pesquisas, avanços e inovações oportunizaram a implantação dos cursos de mestrado e doutorado em Agronomia, em parceria com a Embrapa Trigo. A FAMV, em função dos resultados dessas pesquisas, é referência nacional na área.⁸

No âmbito da extensão, as experiências de renome da UPF são a Jornada Nacional de Literatura, que ocorre desde agosto de 1983 e envolve em torno de 400 escritores, e a Jornadinha Nacional de Literatura, que se volta para o mundo encantado da leitura infantil. Literatura, multi-

⁷ Sobre o assunto, consultar o artigo de Elydo Alcides Guareschi presente nesta publicação.

⁸ Para mais informações sobre o Programa Aveia, consultar o acervo de publicações da UPF.

meios e, como resultado, milhares de novos eleitores deram o distinto título de Capital Nacional da Literatura à cidade de Passo Fundo em 2006.⁹

Outros projetos da instituição envolvem os estados do Piauí e da Bahia. No Piauí, o Projeto de Apoio à Implantação da Fundação do Ensino Superior do Sul do Estado do Piauí, na cidade de Corrente, teve como modelo de instituição a Fupf.

O município de Corrente localiza-se 864 km ao sul de Teresina, capital do Piauí; 854 km ao norte de Brasília; a 228 km da cidade de Barreiras, na Bahia; e a 1.636 km da cidade de Passo Fundo.

De forma compartilhada, a UPF e a Fundação do Ensino Superior do Sul do Piauí (Fespi) arquitetaram o projeto de implementação, tendo o apoio de lideranças políticas, comunitárias e religiosas e o amparo de órgãos do Ministério da Educação (MEC).

A Vice-Reitoria Acadêmica da UPF, com apoio das Faculdades de Educação e de Agronomia, designou os professores: Salete Cleusa Bona, Irany Clemente Comin e Irineu Fioreze como coordenadores dessa significativa experiência comunitária entre as duas instituições de ensino.

Esse compartilhado e esse exercício comunitário na estruturação de um programa de apoio à educação e ao ensino, na cidade de Corrente, ao sul do estado do Piauí, transcorreram, entre 1987 e 1989, da seguinte forma:

⁹ Para mais informações sobre a Jornada Nacional de Literatura, consultar o acervo de publicações da UPF.

- 1) em dezembro de 1987, o Vice-Reitor Agostinho Both conheceu a cidade de Corrente, e a cidade descobriu a mística comunitária da UPF;
- 2) no primeiro semestre de 1988, cumpriu-se o período de diagnóstico da realidade da educação em Corrente. Estavam envolvidos, nessa atividade, os cursos de Pedagogia e Agronomia da UPF e seus docentes, que visitaram, durante quinze dias, a cidade de Corrente. À Fespi e ao MEC cabiam estruturas legais e aspectos jurídicos da implantação e da oficialização da nova instituição de ensino;
- 3) após o diagnóstico compartilhado entre a UPF, o MEC e a Fespi, outras ações foram priorizadas, como oferta de curso de especialização em metodologia do ensino superior, para habilitar o futuro corpo docente da nova instituição; elaboração do projeto arquitetônico das instalações, do relatório, da carta consulta (aplicada em 20 de agosto de 1989), dos estatutos, além da autorização do Conselho Federal de Educação, da organização de todo o acervo bibliográfico dos cursos a serem oferecidos, dos convênios, entre outras ações.
- 4) nesse tempo de esperança, a necessidade da educação além do perceptível embasou a força mística vitalizadora e geradora presente na missão comunitária da UPF, que, somada ao querer da comunidade do sul do Piauí, nasceu e floresceu na boa semente da fé.¹⁰

¹⁰ Para maiores informações, consultar outros textos desta publicação que também abordam o assunto.

Na Bahia, o projeto de pesquisa Programa Alfabetização Solidária foi desenvolvido no município de Tucano, entre os anos de 1998 e 2000. Foi uma experiência da mística comunitária, do alfabetizar e do educar.¹¹ Outro projeto da instituição foi o Programa do Livro: Série Ideias, que contou com o apoio do MEC, por meio da Secretaria Nacional de Educação Básica. Esse convênio entre UPF e MEC vigorou entre os anos de 1978 e 1982. Dentro do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, foram publicados sete fascículos (em quatro volumes, em 1991), como material didático de apoio aos docentes do ensino do meio rural em escolas unidocentes.¹²

UPF: uma esperança contínua

Nestes quase sessenta anos de história de um caminho tortuoso, no início, construído na mística de convivências comunitárias, as lideranças de Passo Fundo que almejavam pelo ensino superior na comunidade logo encontraram e celebraram êxitos, que são retomados a seguir.

Às vésperas do centenário do município de Passo Fundo, em 1957, a comunidade foi agraciada e presenteada com a implantação das primeiras faculdades, de Direito e de Filosofia. Dava-se início ao almejado e sonhado ensino superior. Com apenas doze anos de história, em 1968, a comunidade foi presenteada, novamente, com a conquista e a implantação da UPF, um privilégio de autonomia para voar e inovar. Em 1993, 25 anos após ser erigida, a universidade passou

¹¹ Sobre o assunto, ver também Saraiva (2004).

¹² Sobre o assunto, consultar publicações da Faculdade de Educação da UPF.

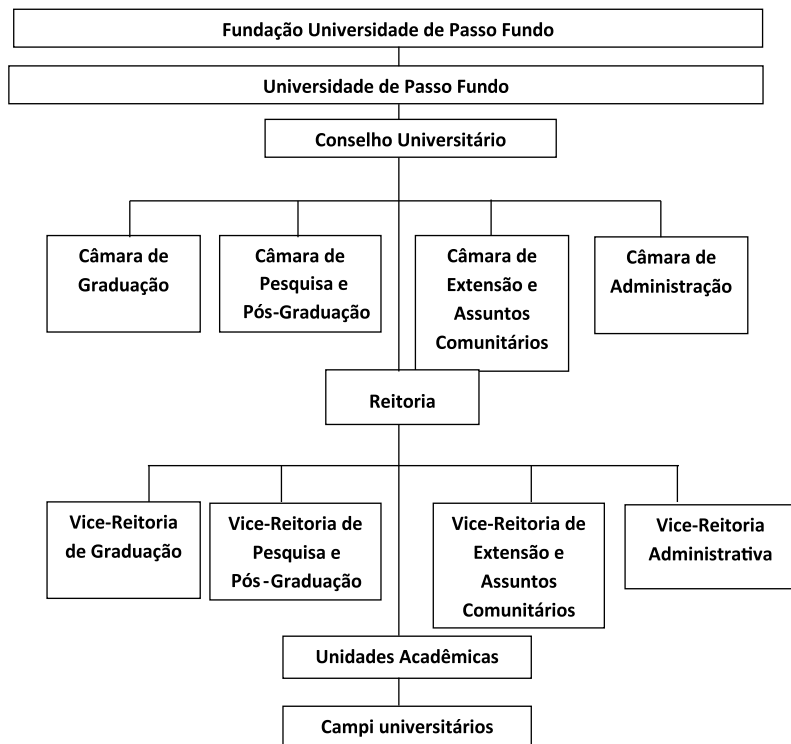
a ser reconhecida com a distinção de universidade regional *multicampi*.

O Decreto nº 62.575 (BRASIL, 1968), declarou a Fupf uma instituição de utilidade pública e filantrópica, reconhecida pelo governo do estado do Rio Grande do Sul (1967) e pela Prefeitura Municipal de Passo Fundo (1967). Possui registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) desde 15 de janeiro de 1970 e certificado de entidade de fins filantrópicos desde 1970.

Recentemente, em 26 de fevereiro de 2015, a UPF foi reconhecida como instituição comunitária, pela Portaria nº 220, do MEC, que a certifica como Ices.

Nesse contexto, a estrutura organizacional e acadêmica da UPF pode ser visualizada no organograma apresentado na Figura 1, a seguir, conforme registrado por Guareschi, no livro *Universidade comunitária: uma experiência inovadora* (2012).

Figura 1 – Estrutura organizacional e acadêmica da UPF



Fonte: Guareschi (2012, p. 72).

Nessa universidade comunitária e *multicampi*, são oferecidos os cursos e as atividades apresentados a seguir, conforme o primeiro semestre de 2015: 60 cursos de graduação, 58 de especialização, 14 de mestrado, 4 de doutorado e 10 estágios pós-doutorais. A universidade mantém convênio com 49 universidades estrangeiras de 15 países, para fins de intercâmbio acadêmico.

A Fupf, além da UPF, mantém a UPF Idiomas e o Centro de Ensino Médio Integrado. São também oferecidos pro-

gramas de mobilidade acadêmica por meio de intercâmbios docentes e discentes.

Em conclusão ao curso, ao percurso e ao decurso da história da identidade comunitária da UPF, cabe ressaltar que a essência da mística do comunitário encontra-se na esperança. Ela, como virtude teologal, é energia nutrida pela fé em novos e contínuos horizontes. Não é possível estancar a energia da esperança que brota de fontes comunitárias. Por isso, a UPF é uma esperança contínua.

O *Dicionário Aurélio da língua portuguesa* (FERREIRA, 2010, não paginado) define esperança como: “A segunda das três virtudes teologais [fé, esperança e caridade], simbolizada por uma âncora”; o termo carrega o sentido de “esperar o que se deseja”; é alimentado pela fé e pela confiança em novos e melhores horizontes; como virtude teologal, é “a ciência dos deuses”; no âmbito espiritual e transcendente, está relacionado à plenitude do humanizar. Essas definições são a missão de toda universidade que tem como eixo, como essência, o processo de desenvolvimento humano, social e científico da sociedade.

É na esperança, no trabalho e no compromisso que a UPF, em ideais e práticas da mística do comunitário, constrói, em parceria com a sociedade e seus diferentes segmentos na região, horizontes de um mundo melhor, pois “a questão central da democracia, é saber se queremos, se podemos participar na vida em comunidade” (DELORS, 1999, não paginado).

Referências

BOFF, Leonardo. *Ecologia, mundialização, espiritualidade: a emergência de um novo paradigma*. São Paulo: Ática, 1996.

_____. *Ethos mundial: um consenso mínimo entre os humanos*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. *Decreto n° 62.835*, de 06 de junho de 1968.

_____. *Lei n° 9.540*, de 28 de novembro de 1968.

_____. Conselho Federal de Educação. *Parecer n° 772*, 1993.

DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 1 CD-ROM.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. *Estatuto da Fundação Universidade de Passo Fundo*. Passo Fundo: UPF, 1967.

GUARESCHI, E. Alcides. *O processo da construção da Universidade de Passo Fundo*. Passo Fundo: UPF, 2001.

_____. *Universidade comunitária: uma experiência inovadora*. Passo Fundo: Berthier; Aldeia Sul, 2012.

LONGHI, Solange Maria. *A face comunitária da Universidade de Passo Fundo*. Porto Alegre: Faed/Ufrgs, 1998.

RIO GRANDE DO SUL. *Constituição do estado do Rio Grande do Sul*, de 03 de outubro de 1989.

RÖSING, Acioly et al. *Eu e a UPF*. Passo Fundo: Berthier; Aldeia Sul, 2013.

SARAIVA, Irene S. *Educação de jovens e adultos: dialogando sobre aprender e ensinar*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004.

A Universidade de Passo Fundo e os cuidados com as comunidades rurais: projeto Unidades Móveis de Iniciação ao Trabalho

Irany Clemente Comin

Para abordar o presente assunto, parece-me oportuno contar minha história no contexto da Universidade de Passo Fundo (UPF). Entre 1965 e 1967, anos que antecederam a criação da UPF (1968), como acadêmico da Universidade Federal de Santa Maria, frequentei o Curso de Preparação Intensiva de Professores, administrado e executado no prédio da então Faculdade de Filosofia, que posteriormente passou a pertencer à Faculdade de Medicina da UPF. Participei, pois, desde o início, da construção da nossa universidade.

Em janeiro de 1970, após dois anos de estudos na Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro, fui transferido para Passo Fundo e reencontrei-me na UPF. Em 1º de março de 1970, ingressei no corpo docente da universidade, lotado na Faculdade de Educação (Faed) e, ali, passei 35 anos da minha vida profissional, até a compulsória aposentadoria, em 2005.

Em 22 de agosto de 1970, ingressei no Sistema Estadual de Ensino (SEC), atuando como orientador educacional do Colégio Cecy Leite Costa, de Passo Fundo. Em 1º de dezembro de 1973, por processo de cedência de carga horária (20 horas semanais), fui convidado a atuar na Faed, na função de coordenador pedagógico dos cursos de capacitação docente no projeto Unidades Móveis de Iniciação ao Trabalho (Umits) (1973-1976). Por ter vivido essa experiência comunitária na história da UPF, fui credenciado para o presente relato.

A UPF, desde a assinatura do decreto de sua criação, em Porto Alegre, no dia 02 de abril de 1968, tem sido qualificada como universidade comunitária. Essa característica é um emblema e um distintivo da sua identidade como instituição de ensino superior (IES). E, no reconhecimento de sua personalidade jurídica, a fundação mantenedora instituiu-a como “Universidade privada e de caráter comunitário e regional” (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASO FUNDO, 1967, art. 1º). Ela surgiu por esforço e vontade das lideranças da comunidade do município de Passo Fundo. As lideranças que a gestaram eram oriundas de dois grupos: da Sociedade Pró-Universidade (1956) e do Consórcio Universitário Católico (1957). Ambos, com ideais comunitários, instituíram a Fundação Universidade de Passo Fundo, entidade mantenedora da nossa universidade. Com atritos normais de instituição nascente, que aprendeu a consolidar-se comunitária, a UPF ostenta com orgulho uma rica história de programas, projetos e atividades comunitários. E, para tanto, necessitou de muitos cuidados políticos e de aprendi-

zagens solidárias, para firmar-se nos contextos universitários gaúcho e brasileiro, para firmar-se como comunitária.

Para melhor compreender o cuidado como virtude, valho-me das considerações de Leonardo Boff sobre o assunto:

O ser humano é fundamentalmente um ser de cuidado, mais do que um ser de razão e de vontade. Cuidado é uma relação amorosa para com a realidade, com o objetivo de garantir-lhe a subsistência e criar-lhe espaço para o seu desenvolvimento. Em tudo os humanos colocam e devem colocar cuidado; na vida, no corpo, no espírito, na natureza, na saúde, na pessoa amada, em quem sofre, e na casa. Sem cuidado, a vida perece. A ética do cuidado é seguramente a mais imperativa nos dias atuais, dado o nível de descuido e desleixo que paira como uma ameaça sobre a biosfera e o destino humano (2003, p. 82-83).

Tendo por base Heráclito, pensador pré-socrático, Leonardo Boff amplia o significado e a abrangência da virtude do cuidado. O cuidado está alicerçado em código de princípios éticos e hábitos morais e em vivências de cooperação, de corresponsabilidade, de compaixão e de reverência. Na diversidade, o cuidado deve gerar convergências pela prática da solidariedade. Pela benevolência, devem ser exercitadas éticas de compaixão e de libertação sob o código político, jurídico e pedagógico.

O cuidado é uma virtude da essência humana. Os imperativos éticos são fundamentais, mas insuficientes. Acima disso, os atos do cuidar exigem mística e espiritualidade, segundo Leonardo Boff (2003).

A partir dessas ponderações e desses fundamentos, buscamos princípios que nos permitam ampliar a qualificação de universidade comunitária, atribuída à UPF. Toda instituição que se credencia para o exercício de práticas do educar deve, em alto grau e competência, exercitar práticas da

virtude e da mística do cuidar. O cuidar e o educar vivem em simbiose, e a sinergia da ação desses dois verbos só acontece quando impregnados por outras virtudes ou qualidades¹ que movem a relação ou a inter-relação entre educador e educando ou vice-versa.

A UPF, como IES com vocação e missão voltadas para o verbo-ação educar, desde o início de sua história, priorizou programas e projetos direcionados para o verbo-ação cuidar. Ou seja, seus dirigentes olharam para o seu entorno, para a Região Norte do estado do Rio Grande do Sul, e viram que eram urgentes os cuidados a serem tomados. As faculdades que integravam a UPF encaravam como desafios os problemas da comunidade regional e priorizavam a busca por soluções. Na área da educação e do ensino escolar, os desafios eram enormes e muitos, porque 52% dos professores das escolas da região não possuíam habilitação para o exercício da docência, eram, por isso, denominados professores leigos. A residência e o trabalho docente desses professores não permitiam a frequência em cursos regulares, pois a distância e a falta de estradas asfaltadas inviabilizavam sonhos e diplomas. Os desafios instigavam riscos e incógnitas lutas frente às estruturas e às legislações dos sistemas de ensino. Necessitava-se de coragem! Era preciso inovar e não recuar! Era um desafio a ser superado em comunidade, para a qualificação das escolas da região de abrangência da UPF.

Com um programa de licenciatura em regime de férias (1970)² e um projeto denominado Ensino sobre Rodas (1973)

¹ Virtudes-qualidades (FREIRE, 1996).

² Para maiores informações, consultar outros textos desta publicação que também abordam o assunto.

– as Umits –, a Faed inovou, projetou-se no estado e no Brasil e fez história.

Projeto Unidades Móveis de Iniciação ao Trabalho

A experiência que a Faculdade de Educação obteve no setor de formação de professores [ver cursos em regime de férias] levou a Secretaria de Educação e Cultura do estado (SEC/RS) a celebrar convênios para a formação de recursos humanos com vistas a atender projetos especiais na implantação da reforma do ensino de 1º e 2º graus, instituída pela Lei nº 5692/71, com o projeto UMIT (Unidades Móveis de Iniciação ao Trabalho), CACT (Centros de Artes, Ciências e Tecnologia) e CRES (Centros Rurais de Ensino Supletivo) (FACULDADE DE EDUCAÇÃO, 1977, p. 20-21).

A implantação da reforma do ensino revolucionou os sistemas de ensino de todo o país. Os propalados cursos de reciclagem, com teor de atualização pedagógica, foram um desafio para as IES do Rio Grande do Sul e do país. E, além das reciclagens, o estado não possuía número suficiente de docentes habilitados. Frente às necessidades do sistema para o ensino da formação especial da grade curricular e para a superação dessa carência de professores habilitados, a Faed, no contexto das demais universidades do estado, assumiu, em convênio com a Secretaria de Educação e Cultura (SEC/RS), o arrojado e inovador projeto Umit I e II, no período de 1973 a 1976. As aulas iniciaram em 03 de dezembro de 1973, após cuidadoso período de planejamento.

A seguir, destacam-se referências significativas ao projeto:

a) Da identificação do projeto Umit

As Umits também foram denominadas de Ensino sobre Rodas. Essas unidades móveis eram 44 caminhões equipados à semelhança de um laboratório, com excelentes ferramentas e material didático-pedagógico para o ensino da formação especial. O objetivo era iniciar os jovens para as realidades que instigam a escolha profissional no mundo e no mercado de trabalho. Os conteúdos e as atividades do ensino da formação especial focavam dados de vivências na realidade do trabalho.

Nessa perspectiva, os cursos oferecidos eram: Técnicas Agrícolas, Técnicas Comerciais, Técnicas Industriais e Técnicas Domésticas. Esse ensino sobre rodas, esse caminhão-escola, foi projetado para atender as escolas rurais. O caminhão-laboratório se deslocava, semanalmente, conforme cronogramas, de uma escola à outra. Era a escola, pela mobilidade do veículo, que ia até onde o aluno estava, a escola rural, e lá os jovens eram motivados sobre o seu futuro profissional. A Faed foi desafiada a ser tutora desse projeto inovador na capacitação de docentes.

b) Da extensão e da abrangência do projeto

As Umits I eram constituídas de 24 caminhões-escola e envolviam 26 municípios no projeto, a saber: Bagé, Camaquã, Carazinho, Cruz Alta, Dom Pedrito, Espumoso, Frederico Westphalen, Gravataí, Ibirubá, Ijuí, Lagoa Vermelha, Livramento, Passo Fundo, Sananduva, Santa Maria, Santa Rosa, São Borja, São Luiz Gonzaga, Sarandi, Soledade, Tenente Portela, Três Passos, Uruguaiana e, em convênio e parceria, os municípios de Júlio de Castilhos e Tupanciretã.

As Umits II eram constituídas de 20 caminhões-escola e envolviam 25 municípios. Sob convênios individualizados, estavam os municípios: Alegrete, Catuípe, Guaporé, Lajeado, Nonoai, Nova Prata, Palmeira das Missões, Pelotas, São Pedro do Sul, Santo Ângelo, Sobradinho, Taquari, Três de Maio e Vacaria. E, em parcerias, estavam os municípios: Casca, Serafina Corrêa, Erechim, Aratiba, São Lourenço do Sul, Canguçu, Seberi, Erval Seco, Getúlio Vargas, Campinas do Sul e Jacutinga.

Ao todo, nos projetos (Umits I e II, CACT e Cres),³ 57 municípios gaúchos, representando índice aproximado de 45% do território do estado, foram beneficiados pelas mudanças, no ensino de 1º grau, do projeto Ensino sobre Rodas. A semente e a marca UPF fizeram seu *marketing*. Nessas regiões, 586 agentes/docentes desenvolveram a educação “estilo UPF”, conforme demonstra o Quadro 1:

Quadro 1 – Docentes, supervisores e monitores habilitados

	Técnicas Agrícolas	Técnicas Comerciais	Técnicas Industriais	Técnicas Domésticas	Supervisores	Motoristas e monitores	Total
Umits I	49	50	49	49	25	48	270
Umits II e Cres	114	50	52	40	20	40	316
Total	163	100	101	89	45	88	586

Fonte: Faculdade de Educação (1977).

³ Para os Cres, a habilitação docente ocorreu com o grupo das Umits II, cujos municípios conveniados eram: Bagé, Caçapava do Sul, Campo Novo, Candelária, Carazinho, Encruzilhada do Sul, Erechim, Guaporé, Júlio de Castilhos, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões, Panambi, Rosário do Sul, São Borja, Santa Rosa, São Lourenço do Sul e São Luiz Gonzaga. Nessa nominata, há seis municípios que não pertencem aos grupos Umit I e II.

Além das pessoas habilitadas, estiveram envolvidos nos projetos:

- equipe coordenadora e de assessoramento da SEC/RS;
- equipe de apoio das coordenadorias de educação do estado;
- coordenadores e supervisores das secretarias municipais de educação e cultura;
- coordenadores, docentes e supervisores de estágio da UPF.

Nessa experiência das Umits com as comunidades dos municípios envolvidos e suas respectivas escolas rurais, acredita-se que mais de mil agentes educacionais estiveram envolvidos.

Na extensão e/ou na abrangência do projeto, é importante ressaltar que essa experiência das Umits despertou a integração e o interesse de entidades como a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Ascar/Emater), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), sindicatos, entre muitas outras.

c) Dos recursos humanos para o ensino da formação especial nas escolas rurais: objetivo das Umits

Nos cuidados da UPF, desde a sua origem, a educação para o meio rural tem sido um programa preferido. Sobre esse foco, o projeto Umits apresentou-se como “sobremesa” no banquete de objetivos. Todo o contexto das Umits convergia para a formação de docentes para as escolas do meio rural. Era necessário uma escola com ensino diferenciado. Buscaram-se refe-

rências nos currículos dos Ginásios Orientados para o Trabalho (GOT) (1950-1960), focando a necessidade de um currículo com conteúdos para sondagem de aptidões e iniciação ao trabalho. Para esse fim, urgia a formação de docentes habilitados nas áreas de técnicas agrícolas, comerciais, industriais e domésticas.

Nesse contexto de técnicas e conteúdos de ensino da formação especial da grade curricular e de diversidade e localizações diferentes das escolas a serem atendidas pelo projeto Umits, a equipe de docentes e auxiliares, pela metodologia e pelos cronogramas de funcionamento, só conquistaria bons resultados se, em cada município conveniado, o grupo de professores/educadores fosse constituído por duas equipes, como segue:

Equipe 1:

- 1 professor de Técnicas Agrícolas
- 1 professor de Técnicas Comerciais
- 1 professor de Técnicas Industriais
- 1 professor de Técnicas Domésticas
- 1 motorista

Equipe 2:

- 1 professor de Técnicas Agrícolas
- 1 professor de Técnicas Comerciais
- 1 professor de Técnicas Industriais
- 1 professor de Técnicas Domésticas
- 1 motorista

Ambos os motoristas deveriam ter formação em monitoria, para auxiliar nas atividades de iniciação ao trabalho. Também compunha as equipes um professor especialista em supervisão escolar com função técnico-pedagógica. Ocasionalmente, a equipe era assessorada por membros da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (Smec) e/ou supervisores de estágios da Faed. Ao todo, formavam-se duas comunidades de conteúdos, geridas por seis docentes de cada equipe.

d) Da metodologia e do funcionamento do Ensino sobre Rodas

As equipes docentes mencionadas, com funções alternadas semanalmente, faziam parte do quadro docente da Smec conveniada. O funcionamento das atividades didático-pedagógicas, por equipe e planejamento, ocorria conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 – Funcionamento das atividades didático-pedagógicas

Períodos de atividades: funções alternadas semanalmente	Atividades da equipe 1	Atividades da equipe 2
1ª semana	Na escola rural: deslocava-se o caminhão para uma escola rural, na qual ocorriam atividades de docência no decorrer da semana. Eram realizadas quatro aulas técnicas. No final de semana, os docentes e o caminhão retornavam para a região urbana do município.	Na Smec: planejavam-se as aulas a serem desenvolvidas na semana seguinte de atividades, conforme o cronograma das escolas rurais da rede, que seguia o agendamento da Smec.
2ª semana	Na Smec: revisava-se a semana de aulas efetivadas, e planejava-se a próxima semana de atividades, obedecendo o agendamento da Smec.	Na escola rural: ocorriam atividades de docência na escola, conforme planejamento e cronograma efetuados na Smec.
3ª semana	Na escola rural: ministravam-se as aulas, planejadas na semana anterior na Smec.	Na Smec: revisavam-se as aulas efetivadas na semana anterior e planejavam-se as da semana seguinte.

Fonte: autor.

Nessa sequência e nessas rotinas docentes, com atividades de revisão e planejamento, o caminhão-escola era sempre motivo de um ensino festivo, prazeroso e alegre, que, na linguagem de Paulo Freire, despertava “saberes pedagógicos do saber-fazer e do saber-ser para a autonomia” (1996, não paginado) de cidadãos para a cultura de parceria solidária.

A semana de atividades na Smec, é importante destacar, era um momento de qualificação altíssima das práticas docentes e de aperfeiçoamento de cada professor/monitor. Ali, efetuavam-se os exercícios da mística de comunidades educativas. As Umits foram a semente boa, lançada na terra boa das escolas rurais do sistema de ensino do Rio Grande do Sul.

e) De algumas considerações e alguns cuidados

A experiência das Umits foi altamente significativa para a SEC/RS, para as Smecs dos municípios envolvidos, para os docentes que desenvolveram projetos de docência-comunitária, para as comunidades rurais educativas, para a Faed e para seu corpo docente. Esse projeto de múltiplas convivências despertou o interesse de aplicação desse caminho inovador em outros lugares do país, como em Pernambuco, por meio da Secretaria de Educação e Cultura, e no Rio de Janeiro, por meio das Secretarias de Educação e Cultura e de Agricultura.

Essa exitosa experiência inicial sofreu com vaidades políticas atreladas a visões partidárias simplistas que, descomprometidas com o bem comum das dezenas de comunidades rurais do estado, deliberaram pela morte do projeto Umits. Não houve hombridade do governo subsequente ao

instituidor do projeto. O partido valia mais do que inovações pedagógicas. Visões de incompetência, na gestão do bem comum, impediram a inovação da escolaridade gaúcha. Para a cultura de qualquer nação, é bom que os políticos pautem seus programas por programas de políticas educacionais. É preciso ultrapassar os limites e a pobreza das visões partidárias, que se assemelham às ferrugens dos metais, pois é pobre o saber político que não brota da virtude e da sabedoria de um estadista, e, no contexto deste trabalho e desse projeto, é pobre o esquecimento de praticar a sabedoria do cuidado.

Após 50 anos de história da UPF, a experiência das Umits tem sido um evento que, na missão da instituição, de voltar-se para as comunidades e/ou para os assuntos comunitários regionais, foi política decisiva para o êxito do projeto. Intensificar a mística, que deu sentido a esse caminhar humano junto às comunidades de abrangência da instituição, é esforço e energia que enaltecem uma IES. Estabeleceu-se a mística do comunitário como moldura do retrato UPF, e observa-se como sua identidade universitária tem sido somente lançada na terra boa dos fundadores da instituição.

Para concluir, retomo Jacques Delors, que, em seu relatório para a UNESCO comentando o parecer dos especialistas da comissão internacional sobre a educação para o século XXI, interpela:

[...] como aprender a viver juntos nesta “aldeia global”, se não somos capazes de viver nas comunidades naturais a que pertencemos: nação, região, cidade, aldeia, vizinhança? A questão central da democracia é saber se queremos, se podemos participar da vida em comunidade. Querê-lo ou não, é bom não o esquecer, depende do sentido de responsabilidade de cada um (DELORS, 1999, não paginado).

Referências

- BOFF, Leonardo. *Ethos mundial*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- DELORS, Jaques. *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez, 1999.
- FACULDADE DE EDUCAÇÃO. *Uma experiência em educação (1957-1977)*. Passo Fundo: Berthier, 1977.
- FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. *Estatuto da Fundação Universidade de Passo Fundo*. Passo Fundo: UPF, 1967.
- FREIRE, Paulo. Virtudes-qualidades. In:_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

As feiras de ciências na comunitária Universidade de Passo Fundo

Luiz Eurico Spalding

Luiz Eduardo Schardong Spalding

Introdução

Em 1969, o mundo assistiu à chegada do homem à Lua na missão norte-americana Apolo 11. Nessa mesma época, a extinta União Soviética realizava eventos em solo lunar de grande magnitude, como o pouso de uma sonda em 1966 e de um carro lunar, comandado por controle remoto, em 1970. O sentimento de estar atrasado em relação ao progresso científico dessas duas grandes potências influenciava as decisões políticas em muitos países, inclusive no Brasil. Alguns educadores e cientistas brasileiros sentiam-se motivados pelas conquistas soviéticas e norte-americanas. A possibilidade do uso desse progresso científico espacial para fins militares também preocupava muitas nações. É possível que esse momento especial da história mundial tenha colaborado para que o governo brasileiro incentivasse as feiras de ciências e realizasse um grande evento, em 1969, no Rio de Janeiro. A Figura 1 mostra a influência dos programas espaciais durante a Feira Nacional de Ciências, realizada no Rio de Janeiro.

Figura 1 – Trabalho sobre foguetes na Feira Nacional de Ciências, Rio de Janeiro, 1969



Fonte: acervo do Instituto de Ciências Exatas e Geociências (Iceg) da Universidade de Passo Fundo.

Distantes da possível preocupação com a segurança nacional, os acontecimentos dessa década, que valorizava os avanços das ciências, influenciavam também os professores. Entre eles, estavam alguns reconhecidos professores de ciências do estado do Rio Grande do Sul, inclusive da Universidade de Passo Fundo (UPF), uma instituição estimulada por necessidades da comunidade da Região Norte do estado do Rio Grande do Sul e da Região Oeste de Santa Catarina. Contamos parte dessa história, usando lembranças de situações que vivemos e de momentos que resgatamos de acervos pessoais e da UPF. Esperamos que o leitor, ao seguir os relatos, perceba que a UPF se envolve com as feiras de ciências desde 1969, porque acredita que é mais uma de suas responsabilidades com a comunidade.

Primeiros passos

Entre as relíquias das feiras de ciências guardadas no acervo da instituição, encontramos uma carta enviada em 12 de novembro de 1968, pelo professor Césare Mansueto Giulio Lattes (1924-2005), dirigida a duas alunas do professor de matemática e física Luiz Eurico Spalding, que atuava no Colégio Estadual Nicolau de Araújo Vergueiro (Cenav), posteriormente Escola Estadual de Educação Básica Nicolau Vergueiro (Eenav), de Passo Fundo. Na Figura 2, apresentamos o conteúdo da carta, enviada pelo professor Lattes às alunas Jeanete Bodaneze e Norma Tocchetto.

Figura 2 – Carta do professor Lattes às alunas do Cenav, em 1968



Campinas, 12/11/1968.

Dependência:

Às Senhoras
Jeanete Bodanesi - Presidente
Norma Tocchetto - Secretária

Prezadas Senhoras:

Recebi hoje vosso ofício de 27/9 p.p., através do qual tomei conhecimento de que os associados do Clube de Ciências do Colégio Estadual Nicolau de Araújo Vergueiro, me fizeram patrono dessa entidade.

Agradecendo a honra que quiseram-me proporcionar, coligo-me à disposição do Clube, no que possa ser útil.

Solicito o favor de permitirem-me que compareça pessoalmente na sede do Clube, em data próxima - dezembro, por exemplo - e que dispensem o meu retrato, pois estou ainda vivo.

Atenciosamente,

Cezare Mansueto Giulio Lattes

Fonte: acervo da instituição.

Césare Lattes foi cientista e físico brasileiro da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que participou de pesquisas e descobertas internacionais sobre a estrutura da matéria e que emprestou seu nome à plataforma informatizada do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a qual armazena os currículos acadêmicos dos pesquisadores que atuam no Brasil, a Plataforma Lattes.

Esse fato demonstra claramente que as motivações para a criação de clubes de ciências são anteriores às feiras de ciências, promovidas com o apoio da UPF. Na Figura 3, reproduzimos o discurso do professor Luiz Eurico Spalding, quando retomou esses episódios.

Figura 3 – Discurso de abertura da Feira de Ciências da UPF, em 2004, quando a instituição retoma o projeto das feiras na Região Nor- te do estado do Rio Grande do Sul

Em agosto de 1969 foi realizada uma *Minifeira*, em uma das salas da Faculdade de Educação da UPF, da qual participaram apenas escolas de Passo Fundo. Para a seleção dos trabalhos apresentados foi convidado o *Centro de Treinamentos para Professores Ciência (CECIRS)*, com sede em Porto Alegre, cujo objetivo era realizar e montar cursos de aperfeiçoamento para professores de Ciências. Os seis trabalhos selecionados foram convidados a participar da I Feira Nacional, que se realizaria em setembro do mesmo ano na cidade do Rio de Janeiro. O grupo passofundense foi composto por doze alunos acompanhados por um professor que se incorporaram aos demais trabalhos realizados por alunos de colégios de Porto Alegre e liderados pelo *Cecirs*. O grupo gaúcho conquistou várias premiações, entre elas "Tatu Bola", do aluno do Colégio Estadual Nicolau de Araujo Vergueiro.

A presença da UPF na Feira Nacional confirmou o que se pensava sobre as realizações de Feiras Regionais de Ciências, pois sua liderança na região a tornada credenciada. Munidos de muitas informações e contatos foi dado início à programação e montagem da *I Feira Regional de Ciências*, tendo como parceiros: UPF, Prefeitura de Passo Fundo e a então 7ª Delegacia Regional de Educação.

A Universidade de Passo Fundo colocou à disposição da comissão organizadora a turma de formandos do curso de Ciências. Professores e principalmente alunos incorporados nas comissões participaram intensamente na preparação durante os meses de setembro e outubro assegurando que a I Feira Regional tivesse expressivo sucesso na cidade e na comunidade regional. O pavilhão de Exposições da Prefeitura Municipal (EFRICA), foi adaptado para receber os trabalhos participantes. A presença de 22 cidades, 40 estabelecimentos de ensino, 105 trabalhos e 300 alunos participantes (*no máximo três expositores por trabalho*). Foi uma semana de intensa movimentação de estudantes, professores e visitantes da própria cidade e de localidades vizinhas

Os alunos expositores ficaram hospedados em residências particulares, quartéis e pavilhões adequadamente preparados. Os convidados expositores em hotéis.

Abrimos um parágrafo, para novamente, mencionar o trabalho realizado pelos alunos formandos do curso de Ciências da UPF. Foram algumas horas sem aulas, muitas atividades programáticas suspensas. Mas o envolvimento nas comissões organizadoras, o contato com a população, a formação de lideranças, foram um inestimável acréscimo "extraclasse" que agregaram a seus currículos. Como tarefa final eles tiveram, após orientação da Comissão Oficial do Evento (realizada pelo CEGRS) de como avaliar trabalhos de Feira, a incumbência de analisar e emitir um parecer sobre a totalidade dos trabalhos expostos. A apresentação foi realizada na retomada das aulas. O que foi considerado importante na avaliação era o caráter científico. Como não foi exigida uma seleção, a exclusão de trabalhos simplesmente informativos não foram considerados, mas não deixaram de encantar e esclarecer os assuntos que apresentavam a todos os visitantes que faziam suas perguntas aos expositores.

Fonte: acervo da instituição.

Em 1969, o Centro de Treinamento para Professores de Ciências do Rio Grande do Sul (Cecirs) planejou e firmou parcerias com universidades do RS, para promover feiras regionais.

No acervo do Instituto de Ciências Exatas e Geociências (Iceg), encontra-se o Boletim nº 5, de 1970, elaborado pelos professores Georg J. Hennig, Nelson C. Monte e Antônio C. Azevedo, sob o título *Uma atividade que se impõe*. Nesse documento, há um importante relato histórico do momento em que o Rio Grande do Sul entra no processo das feiras de ciências com a realização de cinco feiras regionais:

- a) I Feira Regional de Ciências de Passo Fundo (de 06 a 09 de novembro de 1969);
- b) I Feira Regional de Ciências de Cruz Alta (de 16 a 18 de outubro de 1969);
- c) I Feira Regional de Ciências de Santa Maria (30 e 31 de outubro e 1º de novembro de 1969);
- d) I Feira Regional de Ciências de Pelotas (de 20 a 22 de novembro de 1969);
- e) I Feira Regional de Ciências de Caxias do Sul (de 27 a 29 de novembro de 1969).

Foi pela iniciativa desses pioneiros, apoiados por um projeto nacional que criou e manteve o Cecirs em funcionamento por muitos anos, que as feiras tornaram-se, em poucos anos, uma atração regional no estado.

A seguir, apresentamos algumas fotos das primeiras feiras, bem como relatos de jornais da época:

Figura 4 – Local da primeira Feira Regional de Ciências, em 1969, o Pavilhão da Feira de Exposição Industrial, Comercial, de Serviços e Agropecuária (Efrica)



Fonte: acervo da instituição.

Nota: Esses pavilhões estão localizados na Avenida Brasil, próximo ao Rio Passo Fundo, nos fundos da Prefeitura Municipal de Passo Fundo.

Figura 5 – Da esquerda para a direita: Georg Hennig, Luiz Eurico Spalding e Nelson Monte



Fonte: acervo da instituição.

Figura 8 – Jornal *Diário da Manhã* de 1969

I Feira Regional de Ciências Mostra a Capacidade Construtiva da Sua

PALAVRAS DO PROFESSOR SPALDING — CLASSIFICAÇÃO

Efetivamente, o brilhantismo registrado em todas as etapas da programação da I Feira Regional de Ciências corrobora o mais absoluto sucesso o esforço invulgar desprezado por uma pleiade de professores realmente interessados no desenvolvimento concreto da ciência. E também do se destacar a presença dos jovens que tomaram parte ativa nesta promoção. A apresentação dos trabalhos mostrou, sem exceções, a alta preparação que possuem todos aqueles que participaram da I Feira Regional de Ciências.

PALAVRAS O PROFESSOR SPALDING

O professor Luiz Eurico Spalding, da Universidade de Passo Fundo, presidiu a Comissão Organizadora da I Feira Regional de Ciências. Em seus ombros pesava a responsabilidade da coordenação geral de toda a programação da Feira. Ele, juntamente com os professores Ederci Michelin e Carlos Alberto Wieck salientam-se sábia e abastada da difícil missão de organizar esta grande promoção.

Por ocasião do encerramento da I Feira Regional de Ciências, o Professor Luiz Eurico Spalding, no discurso que proferiu, agradeceu a Universidade de Passo Fundo o seu centro de Ciências do Rio Grande do Sul, promotores da Feira. Agradeceu ao comércio e ao povo de Passo Fundo pela ótima receptividade que teve para com a promoção. Aos colégios de Rio Grande do Sul, da Guaraná e do Estado do Paraná levou o Professor Spalding a sua palavra de encaltecimento pela brilhante participação. Disse que é graças a jovens possuidores deste espírito sério, caracterizado nos importantes trabalhos que executaram, que o Brasil avança a passos de gigante em direção ao progresso e ao desenvolvimento.

Agradeceu ainda, pelo apoio dado, aos professores orientadores, à Inspeção Seccional de Passo Fundo, à Delegação do Ensino da Secretaria de Educação e Cultura de nosso Estado e aos colaboradores diretos e incansáveis.

Professores Ederci Michelin e Carlos Alberto Wieck.

CLASSIFICAÇÃO

1.º lugar — Passo Fundo — Instituto Educacional — "Borboletas" — Antônio Dalmaso — Prêmio: Bolsa de estudos para o Curso de Ciências Naturais no valor de R\$ 2000,00 — Universidade de Passo Fundo.

2.º lugar — Erechim — Colégio Estadual Mantovani — "Tropismos das Plantas" — César Ernesto Denton e equipe. Prêmio: Relógio Técnico — Relojoaria Huxel no valor de R\$ 350,00.

3.º lugar — Passo Fundo — Colégio Notre Dame — "Anatomia do Porco" — Rosana Douza e Alzira Teles. Prêmio: Coleção de Ciências Naturais — Edição Delta.

4.º lugar — Santa Maria — Colégio Santa Maria — "Condutibilidade" — Derio Trevisan e equipe. Prêmio: Rádio Philips — Comercial Graziotin Ltda.

5.º lugar — Carazinho — Colégio La Salle — "Ação de Drogas Sobre o Gato". Norton Flores e equipe. Prêmio: Rádio Sônia — Ughini S/A.

Santa Maria — Escola Técnica Dr. Gilson Rosa — "Doenças Infantis" — Teresinha Veiga e equipe. Prêmio: Engenheiro Mecânico — Irmãos Bernardon.

6.º lugar — Espumoso — Colégio João Batista Notta — "Conquista do Espaço" — Antoninho Colodi e equipe. Prêmio: Coleção Life — 4 volumes — Edição José Olympio.

Passo Fundo — Ginásio Estadual Cecy Leite Costa — "Elevador" — Cláudio Canal. Prêmio: Rádio Sônia — Casa das Tintas.

Passo Fundo — Colégio Estadual Nicolau de Araújo Vergueiro — "Aplicação da Acrodinâmica" — Hamilton F. Tissot e equipe. Prêmio: Rádio Sônia — Burlingame S/A.

7.º lugar — Passo Fundo — Colégio Estadual Nicolau de Araújo Vergueiro — "Ação e Reação". Ivo A. Vieira e equipe. Prêmio: Polioticon — Relojoaria Eudrea.

8.º lugar — Lagoa Vermelha — Escola Normal Rainha da Paz — "Recursos didáticos para o Ensino de Eletricidade" — Tereza de Jesus e equipe. Prêmio: Liquidificador — Casa Sotors.

Passo Fundo — Instituto Educacional — "Desenvolvimento Embrionário do Pinto" — Antônio Dalmaso. Prêmio: Escrivinha — Ca Carioca.

9.º lugar Passo Fundo — Colégio Conceição — "Onda" — Marco Aurício Holzbach. Prêmio: Engenheiro Eletrônico — Loja Guaraci.

10.º lugar — Não Me Toque — Colégio Francisco Solano — "Máquina a Vapor" — Ari Augustin — Fr. sua Colcha — Cotepa.

11.º lugar Marcelina Ramos — Azevedo — "Termômetro" — Carlito Vivas. Prêmio: Faca com gravagem — Casa do Agricultor.

12.º lugar — Maria — Ginásio Estadual Vila Maria — "Borboleta" — Li-

Você conhece o B&B
SERVICENTRO

CINE

Maquiagem

"Killer"

Cineescopo colorido — G. vieve Page.

Outro espetáculo

Fonte: acervo da instituição.

Figura 9 – Pôster de divulgação da 2ª Feira Regional de Ciências com fotos da 1ª Feira de 1969



Fonte: acervo da instituição.

Em algum momento da década de 1970, já com mais de cinco edições, a UPF deixou de realizar as feiras regionais de ciências. Não identificamos as justificativas para essa atitude. Em 2004, entretanto, o Iceg propôs a reativação da participação da UPF nas feiras de ciências. O projeto de extensão foi aceito pela Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários e pela Divisão de Extensão, e uma equipe foi formada para essa tarefa. A empresa Pioneer firmou uma parceria com a UPF nessa ação comunitária em prol da educação e da difusão da ciência na região de abrangência da UPF.

A seguir, apresentamos uma sequência de fotos do evento de 2004, demonstrando que a UPF retomou as feiras regionais e continua, como é de sua natureza, afirmando seu compromisso comunitário com a região.

Figura 10 – Feira Regional de Ciências de 2004



Fonte: acervo da instituição.

Figura 11 – Feira Regional de Ciências



Fonte: acervo da instituição.

Figura 12 – Feira Regional de Ciências



Fonte: acervo da instituição.

Figura 13 – Feira Regional de Ciências



Fonte: acervo da instituição.

Figura 14 – Feira Regional de Ciências



Fonte: acervo da instituição.

Figura 15 – Feira Regional de Ciências



Fonte: acervo da instituição.

Figura 16 – Feira Regional de Ciências



Fonte: acervo da instituição.

Figura 17 – Feira Regional de Ciências



Fonte: acervo da instituição.

Figura 18 – Feira Regional de Ciências



Fonte: acervo da instituição.

Figura 19 – Feira Regional de Ciências



Fonte: acervo da instituição.

Figura 20 – Feira Regional de Ciências



Fonte: acervo da instituição.

Figura 21 – Patrono da feira de 2004, visitando os estandes dos alunos



Fonte: acervo da instituição.

Em 2014, a Feira de Ciências da UPF continuou ativa e com muitos avanços. Além da manutenção da parceria com a empresa Pioneer, a equipe da Divisão de Extensão já consolidou alguns clubes de ciências em escolas da região, lembrando como tudo começou.

Extensão universitária: o fortalecimento da identidade comunitária

Bernadete Maria Dalmolin

Marcio Tascheto da Silva

Munira Medeiros Awad

Adriano José Hertzog Vieira

Introdução

Uma universidade comunitária se caracteriza, fundamentalmente, por sua interação com o território no qual está inserida. A marca identitária dessa característica tem na extensão universitária sua expressão mais sublime. Trata-se de um caminho que constrói marcas, no qual se insere a marca da instituição. Fazer a gestão da extensão numa universidade comunitária constitui-se, ainda, num compromisso de fidelidade ao carisma fundacional da instituição.

Mais desafiador, ainda, torna-se o intento de uma gestão¹ que tem por compromisso seguir caminhos já abertos

¹ Embora muitas ações e programas de Extensão tenham sido desenvolvidos ao longo dos anos, como pode ser expresso nos demais capítulos desta obra, foi apenas no final de 1997 que a Extensão ocupou uma pasta exclusiva de "Vice-Reitoria" na instituição, conforme registrado na ata nº 195 do Conselho Universitário (Consun), de 19/12/1997. Esta é, portanto, a 4ª e 5ª gestão, respectivamente.

com competência e responsabilidade. A gestão 2010-2018 da Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (Vreac) dedicou-se plenamente a essa tarefa. Parte-se, para isso, da concepção da gestão que combine, de forma equilibrada, a função de gerir e gerenciar. A tarefa de gerir conota a criação, a criatividade, a autonomia, a cooperação, o diálogo, a escuta e o investimento de energias em vista de uma real e consistente inovação, promotora da formação integral do ser humano, elemento central da universidade. A gerência traz a carga semântica da produção de processos claros, consistentes, operacionais, sistematizados e acompanhados que possibilitem a eficácia do trabalho extensionista em vista da operacionalidade fluída e dinâmica das relações institucionais em todos os âmbitos.

O texto que segue pretende apresentar um pouco do que foi construído nos últimos oito anos na Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UPF. Não nos deteremos, no entanto, em aprofundar as bases conceituais que sustentam a extensão universitária, pois essas já estão bem detalhadas nos documentos construídos e que estão referenciados no texto. Assim, mais do que um relato, que tem, por si, seu valor histórico e de transparência, quer-se possibilitar a reflexão produtiva de uma gestão, seus avanços e limites. Sabe-se que muito há por fazer, mas tem-se a clareza, de outra parte, que caminhos antes abertos estão agora bem pavimentados e margeados por paisagens que deixam claro o papel identitário de uma universidade comunitária.

Ponto de partida e referencias da gestão da Extensão

O início da gestão (2010/2) foi constituído por uma agenda densa de continuidade e suporte aos projetos em andamento. Ao mesmo tempo, os novos gestores dedicaram-se ao trabalho de análise situacional, avaliação, identificação dos limites e das potencialidades da Vreac, bem como a leituras de documentos e ao planejamento de processos que pudessem dar um suporte profissional e acadêmico que potencializasse a extensão em sua função indissociável com o ensino e a pesquisa. Para isso, além dos gestores de diferentes níveis², foram mobilizadas pessoas de diferentes setores da universidade (professores, funcionários e alunos) e da comunidade externa para, de forma participativa, buscar subsídios ao Planejamento Estratégico da Vice-Reitoria. O momento requeria pensar a gestão em si, enquanto modelo, bem como a extensão universitária.

No Relatório de Autoavaliação (UPF, 2009), elaborado pela Comissão Própria de Avaliação Institucional da UPF, algumas questões foram pontuadas, as quais ajudaram a elucidar a situação da extensão e dos assuntos comunitários da instituição percebida naquele momento pelos diferentes envolvidos. Dentre essas, importante mencionar:

² A organização da gestão de Extensão da Universidade busca contemplar princípios democráticos e colegiados, sendo assim constituída: pela Câmara de Extensão e Assuntos Comunitários/Consun; pela Comissão de Extensão e Assuntos Comunitários/Vice-Reitor(a) e pelos coordenadores de Extensão das Unidades acadêmicas/Conselhos de Unidades/Congregações das Unidades Acadêmicas/Colegiados dos cursos de graduação.

1. Alguns cursos reportam o reduzido envolvimento de docentes e discentes, indicando a falta de estímulo e de oportunidades nas atividades; 2. Os horários das atividades de extensão foram apontados como dificuldades na participação, considerando que muitos discentes estudam à noite e trabalham durante o dia; 3. As avaliações realizadas pelos professores apontam dificuldades e descontentamento na submissão e aprovação de projetos, havendo pouca clareza das políticas adotadas. Os docentes também consideram que a promoção da extensão destaca/ reforça perante a sociedade a imagem dos cursos e da instituição. Nesse sentido, salientam-se as atividades de prestação de serviços e a sua contínua demanda; 4. Diversos cursos recomendam o planejamento de atividades de extensão junto à comunidade com caráter permanente (maior duração) e a capacitação de professores que possuem perfil extensionista; 5. Além disso, indicam a necessidade de debates para a construção de políticas para a extensão e sua maior integração com o ensino e a pesquisa.

Um primeiro desafio foi desencadear um **modelo de gestão** que ampliasse a participação e a valorização de todos os envolvidos, de forma que todos pudessem contribuir com o projeto a ser desenvolvido e crescer coletivamente. Esse foi – e é – um exercício cotidiano de rompimento com práticas gerenciais hegemônicas, como a separação entre a concepção e a execução e entre o pensar e o agir, sendo uma escolha da qual não abrimos mão durante todo o percurso. Apesar de a UPF ser uma Instituição com princípios democráticos e estrutura colegiada, a operacionalização desse modelo não se faz “por si”. Precisa de aprimoramento constante, exigindo superação da fragmentação dos “objetos” trabalhados, além de “[...] participação, transparência, equidade, descentralização do poder e das tomadas de decisões” (PPI/UPF, 2017, p. 24).

Assim, pautamo-nos em um método³ cujos princípios privilegiam a produção de sujeitos e coletivos organizados, portanto, uma proposta de trabalho pautada no diálogo, na capacidade reflexiva, na construção da criatividade e da autonomia, no estabelecimento de pactos e redes de compromissos.

Para viabilizar esse novo modo de trabalho, necessitamos alterar a cultura organizacional, criando encontros periódicos por meio de reuniões semanais, oficinas e seminários, nos quais eram realizados o levantamento das expectativas em relação ao trabalho e a análise situacional, a qual foi sendo ampliada, agregando-se informações a partir dos documentos institucionais (PPI, PDI, regimentos e relatórios institucionais, entre outros), da memória e de materiais elaborados (não institucionalizados) trazidos pelos participantes. Essa inflexão era permeada por estudos que serviam de suporte teórico e legal para sustentar o projeto de trabalho que se converteria em linhas estratégicas, objetivos e ações para os próximos anos (UPF, 2011).

Conforme íamos identificando fragilidades nos espaços instituídos, já buscávamos rever funções e estratégias de trabalho. Nessa estrutura, um dos cargos existentes na estrutura que necessitava ganhar novos sentidos encontrava-se nas Unidades Acadêmicas: o de coordenador de Extensão da Unidade. Sentíamos uma enorme lacuna entre a Vice-Reitoria e as Unidades e seus cursos, em especial porque alguns desses sujeitos (escolhidos nas respectivas congregações) tinham pouca ou nenhuma relação, tanto com a Rei-

³ Proposta de Gastão Wagner de Souza Santos (Método da roda: um método para cogestão de coletivos).

toria quanto com seus pares nas unidades. Além disso, não tinham clareza do seu papel, tampouco conseguiam exercer protagonismo no exercício da gestão da extensão nas Unidades e nos espaços mais basilares, que são os cursos de graduação. Redefinidas as funções dos coordenadores, instituiu-se também o Fórum de Coordenadores de Extensão das Unidades Acadêmicas, com reuniões mensais e com um diálogo permanente com/entre/nas unidades, o que ajudou a horizontalizar a gestão, oferecendo apoio à Extensão das Unidades Acadêmicas. Ao mesmo tempo, essa ação possibilitava a compreensão de saberes de singularidades dos cursos/professores/acadêmicos. Junto com a Comissão de Extensão e com a Câmara de Extensão, esse grupo/espaço foi determinante para a qualificação da gestão da extensão em todo o seu percurso.

Esse trabalho ganhou mais consistência, na medida em que, além dos movimentos mais específicos, também dialogava com outros processos vividos concomitantemente na Universidade, como o Planejamento Estratégico Institucional, cuja síntese se encontra na obra Bertolin e Souza (2012) e que serviu para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional do período de 2012-2016 (primeiro PDI da gestão).

Ao refletirmos sobre a história da UPF e sobre questões que envolvem o papel crítico e transformador da universidade na sociedade, as legislações que sustentam a formação acadêmica e os referenciais teóricos da educação superior, alguns pressupostos ganhavam notoriedade para pensarmos a Extensão Universitária. A própria **dimensão comunitária e regional** da UPF já inspirava o caminho de

sinergia e participação que deveríamos seguir com a comunidade locorregional e entre essa e a comunidade acadêmica: o horizonte da formação qualificada (técnico-científica e humanística) e da produção do conhecimento deveria, cada vez mais, enlaçar-se às demandas locais, com vistas aos desenvolvimentos social, econômico e ambiental.

A busca de **aproximação e diálogo entre os diferentes atores** era condição para a superação de processos fragmentados, de um distanciamento entre academia e comunidade e de uma extensão marginal, assistencialista e paralela aos processos acadêmicos (currículos) que habitavam muitas das ações desenvolvidas. No nosso entendimento, a extensão é um produto da necessidade social, inerente ao fazer da universidade, e apresenta-se como uma estratégia **mobilizadora dos diferentes sujeitos envolvidos, com grande potencial para** a superação qualificada das problemáticas realidades e de uma aprendizagem significativa para os alunos, funcionários e professores.

Nessa direção, fez-se necessário colocar em análise distintas concepções/modelos da universidade/extensão universitária. Tal construção ganhou forma a partir de **um processo formativo** compartilhado, valorizando os espaços comuns já institucionalizados (diversas comissões e colegiados, mas também momentos que pudessem incluir um maior número de sujeitos) e produzindo sínteses necessárias (documentos referências) para dar direção e organicidade ao trabalho institucional.

Esse constante exercício de prática reflexiva, colaborativa e coletiva, mobilizadora dos sujeitos, não marcou apenas o início dos trabalhos da Vice-Reitoria de Extensão da

UPF, foi uma marca da gestão de todo o período, (re)vitalizando princípios democráticos, participativos e dialógicos e autônomos e possibilitando que se desse uma identidade à Extensão, até então incipiente e frágil.

Na sequência, apresentaremos algumas iniciativas que, certamente, contribuíram para o amadurecimento do trabalho na gestão, para a qualificação acadêmica e para a maior consistência na relação com a comunidade.

Pontos estruturantes a destacar

a) Políticas de Extensão

Um dos avanços no sentido de consolidar a extensão como face interlocutora da universidade foi a elaboração e a publicação, ainda em 2011, da primeira⁴ Política de Extensão, que passou a orientar as ações da gestão já naquele ano. Além de expressar parâmetros aos quais a instituição deveria se orientar, como concepção, princípios, diretrizes e objetivos, dentre outros, ainda foi necessário elucidar a estrutura organizacional da Extensão na UPF que carecia de melhor definição quanto ao seu alcance, às suas funções e normatizações (UPF, 2011).

Como essa política é resultado de um fazer acadêmico que possibilita o amadurecimento de processos e reflexões, necessitou de novos retoques e alterações. Assim, para abar-

⁴ Isso não significa dizer que não houvesse normativas orientando a ação da extensão. Na ocasião, também encontramos documentos (dois delineamentos de políticas) elaborados em gestões anteriores, mas que não haviam sido institucionalizados (aprovados nas instâncias decisórias). Por óbvio, todos esses documentos foram cuidadosamente analisados e contribuíram para essa primeira sistematização.

car os avanços e os novos desafios para o segundo período da gestão, apresentamos, no ano de 2017, um novo documento que, após ampla discussão, foi aprovado e institucionalizado pelos órgãos colegiados (UPF, 2017). As Políticas foram, ao longo do período, detalhadas e complementadas por outros documentos, todos aprovados no Consun.

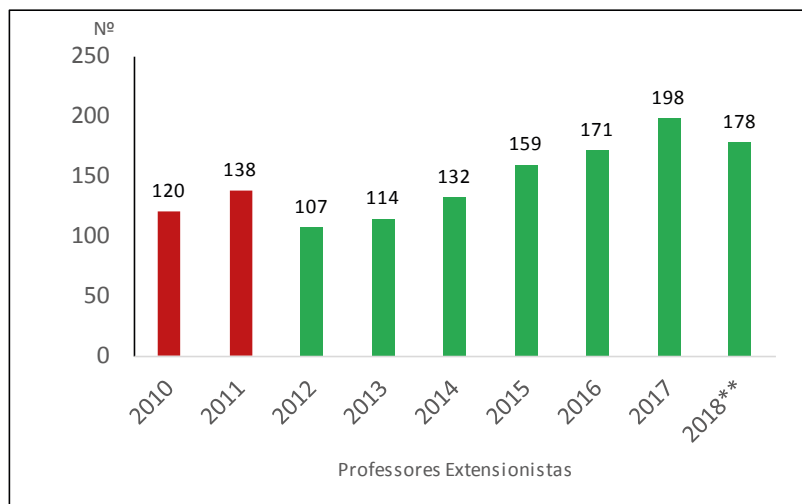
b) A “categoria” do Professor Extensionista

Uma das estratégias emergentes das Políticas de Extensão que marcou a valorização do trabalho extensionista, legitimando o trabalho docente e consolidando a indissociabilidade, foi a criação do Quadro de Professores Extensionistas (QPEx)⁵ no ano de 2012. O QPEx possibilitou a qualificação, a avaliação, a transparência, a integração e a potencialização dos projetos e dos programas de extensão, bem como a constituição de uma carreira extensionista, consolidando-se como um instrumento significativo dos avanços da instituição. No Quadro de Professores Extensionistas, foram instituídas quatro categorias, a saber: Extensionista I, II, III e IV, com cargas horárias de 16, 12, 8 e 4 horas, respectivamente. Como não havia uma regulamentação de distribuição de carga horária, antes desse período, muitos professores contavam com algumas horas (normalmente aquelas incompletas no semestre), para realizar alguma atividade de extensão, o que fragilizava as ações e a continuidade dos projetos.

⁵ A Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação já trabalhava na época com o Quadro de Professores Pesquisadores, fazendo chamadas anuais para ingresso e/ou permanência. A forma de avaliação se dava pela avaliação do currículo lattes do professor. Em 2012, foi instituído o QPEx, por meio de Resolução do Consun.

No ano de 2012, conforme mostra a Figura 1, observa-se uma redução de professores em relação ao período anterior, entretanto, há um aumento de carga horária, de 467 horas, em 2010, para 606 horas, em 2012. Considerando-se o período do Qpex (2012-2017/18), houve um aumento de 92% de professores envolvidos e de 87% de horas em projetos e programas de extensão. Deve-se ressaltar que o período de 2015 em diante foi um período de recessão que refletiu no número de alunos e matrículas na UPF e em toda a educação superior brasileira, o que também desencadeou planos de contingenciamento de carga horária dos professores, não permitindo um crescimento proporcional aos primeiros anos do quadro.

Figura 1 – Distribuição de Professores Extensionistas entre os anos de 2010 – 2017, Vreac/UPF, 2018



Fonte: Relatórios da Divisão de Extensão/Vreac/UPF, 2018.

** Para os dados de 2018, tomou-se como base o mês de março, podendo haver variação para mais ou para menos, em razão de carga horária não totalmente distribuída nesse período.

A perspectiva de utilização de editais anuais, com critérios objetivos para aprovação de projetos e programas e para a consequente vinculação de professores ao quadro extensionista, possibilitou a qualificação tanto dos docentes quanto das propostas apresentadas e da formação acadêmica. Desde o princípio da constituição do QPEX, havia a preocupação de combinar avaliação do currículo extensionista e da proposta apresentada para o ano subsequente. Esse percurso foi sendo qualificado a cada novo edital, com vistas a tornar a Extensão da UPF mais conectada aos projetos pedagógicos e às realidades sociais, ou seja: os cursos e as unidades deveriam se apropriar, refletir e decidir se as ações propostas pelos pares (professores extensionistas) respondiam, de forma qualificada, aos objetivos e ao perfil pretendido na formação. De igual modo, havia a demanda da comunidade de participar ativamente na elaboração e na avaliação dos projetos, não limitando-se a ser tão somente um “receptáculo” de práticas acadêmicas, muitas vezes desconectadas das necessidades vividas/sentidas por esses sujeitos.

Com uma participação ativa e criteriosa da Comissão de Extensão e com o acompanhamento sistemático da Divisão de Extensão, esse processo foi estratégico na indução de espaços de formação que rumam à integralidade, à vinculação com as políticas públicas, aos respectivos territórios e aos processos participativos e democratizantes.

c) Formação extensionista

O plano de formação extensionista da Universidade de Passo Fundo foi desencadeado no início da primeira gestão, com o objetivo principal de materializar a Política de Exten-

são e de Assuntos Comunitários, por meio de um espaço de aprendizagem processual e interdisciplinar, oferecendo subsídios à condução do planejamento, da execução e avaliação dos processos desenvolvidos nas distintas modalidades de extensão (programas, projetos, cursos e eventos, ou, ainda, prestação de serviços). Desde o momento inicial, a formação articulou quatro eixos, a saber: **educação em direitos humanos, educação não formal, tecnologias e políticas sociais e território**, entendidos como requisitos indispensáveis para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e para a qualidade acadêmica. A escolha desses eixos deveu-se à avaliação dos projetos de extensão, realizada no primeiro ano de gestão, quando identificamos fragilidades que dificultavam o avanço das diretrizes estabelecidas na política de extensão.

Em uma perspectiva de formação permanente, foi desenvolvido um conjunto de ações informais, não formais e formais de aprimoramento das ações no âmbito da extensão universitária. Para tanto, foram realizadas inúmeras assessorias com públicos distintos: aqueles diretamente envolvidos nos programas e projetos, entre sujeitos de diferentes projetos, com colegiados (conselhos de unidades, colegiados de cursos, congregações, coordenadores de extensão, etc.) e com instituições/organizações/movimentos sociais parceiros. Nas assessorias, a equipe da Vreac encontrou uma das mais potentes ações formativas, pois se delineia com os representantes dos próprios programas e projetos, com a finalidade de identificar, problematizar, mediar relações intra/entre projetos e instituições, e qualificar coletivamente o trabalho realizado. Esse espaço de escuta e acolhimento traz um

aprendizado a todos os envolvidos, fortalecendo os sujeitos e o projeto institucional. O programa de formação também ocorreu por intermédio de uma sequência planejada e articulada de conferências, oficinas, cursos, seminários, fóruns, colóquios e a Semana do Conhecimento⁶.

Há de se destacar ainda espaços de aprendizagens ocorridos por dentro das próprias ações extensionistas bem como os entrelaçamentos com o ensino e a pesquisa em um movimento integrador e indissociável. Esses espaços de aprendizado mútuo, além de qualificar e potencializar as ações desenvolvidas, possibilitaram o fortalecimento dos sujeitos extensionistas, desde a formação inicial, a socialização de projetos e trabalhos desenvolvidos na extensão (entre si e com as demais dimensões da Universidade) e o aprimoramento, a sistematização e a publicação dos processos e resultados obtidos nos trabalhos.

A formação extensionista oportunizou aprofundar conceitos, metodologias e confrontar as práticas extensionistas da UPF, entre si, e com experiências de outras universidades. Diversos formatos foram sendo experimentados, de acordo com as avaliações, os temas e os públicos envolvidos.

⁶ A Semana do Conhecimento foi criada a partir do desejo de construir novas práticas de ensino, pesquisa e extensão. A própria temática da indissociabilidade constituiu-se tema central de todas as edições, desde o seu planejamento e gestão até a efetivação das atividades realizadas. Inicialmente, dois eventos consolidados da UPF desencadearam essa articulação, via Vreac e VRPPG: a Mostra de Extensão e a Mostra de Iniciação Científica (MIC). Na sequência, verificou-se a necessidade da inserção da VRGrad e do envolvimento de todos os alunos interessados. As atividades integraram esse evento nas seguintes modalidades: apresentações de trabalhos dos bolsistas Pibic/Paidex/Pibid, alunos da pós-graduação *lato sensu*, Pró-Saúde e Residências Multiprofissionais; oficinas temáticas; cine debate; sessão de pôsteres; talk-show; palestras e show artístico-cultural. Material disponível no portal.upf.br.

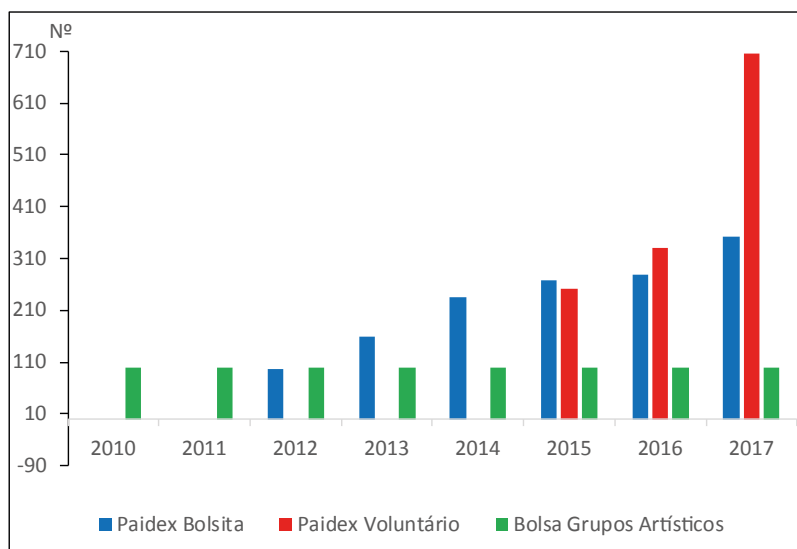
d) Programa de Apoio Institucional a Discentes de Extensão e de Assuntos Comunitários (Paidex)

O cuidado com os estudantes e sua vinculação à extensão de forma mais organizada, sistematizada e academicamente consistente foi efetivado pelo Paidex, programa que buscou suprir uma realidade marcada pela precária acessibilidade à bolsa estudantil, tanto em relação ao número quanto em relação aos critérios de acesso. Após um aprimorado diagnóstico, todos os recursos utilizados – acrescidos de outros, tais como recursos repassados (em espécie) a entidades beneficentes da cidade, para comprovação de filantropia até 2010, bolsas concedidas a projetos que demandavam alunos – foram convertidos no Paidex.

O programa configura-se como uma importante estratégia de apoio às ações extensionistas, disponibilizando aos discentes **bolsas de Extensão universitária**⁷ que oportunizem o aprimoramento da formação acadêmica. No ano de 2012, primeiro ano do Paidex, foram destinadas 97 bolsas, num total de 1.748 horas. Em 2017, esse índice chegou a 351 bolsas, totalizando 3.712 horas mensais remuneradas. O Programa também regulamenta a participação dos estudantes voluntários nos projetos e nos programas de extensão. Além desses, a UPF, por meio da Fupf (delegado à Vreac), mantém 100 bolsas de até 20 horas, totalizando um montante de 2.000 horas mensais para estudantes que participam de grupos artísticos da Instituição (Figura 2).

⁷ Não são computadas, nesse número de bolsas, aquelas concedidas pela Fupf para cumprir com a legislação de entidade filantrópica, com o objetivo de promoção da política pública de acesso à educação do Ministério da Educação. No Paidex, o aluno recebe em espécie, para bolsas de 8, 12 ou 20 horas semanais.

Figura 2 – Distribuição de alunos Paidex e bolsas artísticas entre os anos de 2010 e 2017, Vreac/UPF, 2018



Fonte: Relatórios da Divisão de Extensão/Vreac/UPF, 2018.

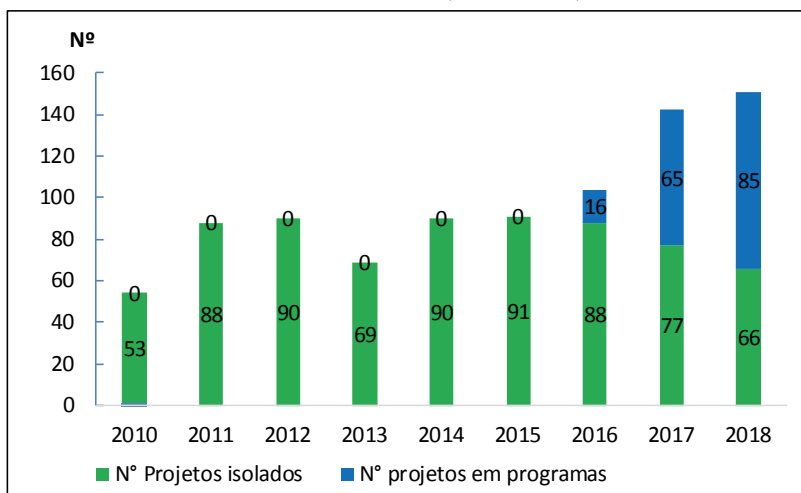
O Paidex, além de proporcionar equidade de acesso aos estudantes, também contribui para a visibilidade da extensão entre esses. Também, constitui um espaço protagonizado por eles, por meio do Fórum de Estudantes Extensionistas, o qual descreveremos na sequência⁸.

⁸ O Fórum de Estudantes Extensionistas surgiu da iniciativa dos discentes com o objetivo de fortalecer a extensão nas unidades a partir da perspectiva dos estudantes. Reforçando o princípio do protagonismo estudantil nas ações de extensão, o Fórum vem se constituindo como um importante espaço formativo e de gestão compartilhada da extensão universitária. Junto à outras instâncias de participação estudantil, afirma a necessidade de construção de formas de apropriação dos processos extensionistas nos diversos segmentos da universidade.

e) A evolução qualitativa dos projetos e sua consolidação em programas:

A dimensão da participação de professores e alunos nas ações de Extensão pode ser percebida nas Figuras 3, 4, 5 e 6 e no Quadro 1. Tais dados, associados às informações apresentadas nos itens anteriores, evidenciam a evolução de atividades de extensão por meio dos projetos e dos públicos diretamente atendidos.

Figura 3 – Distribuição de Projetos de Extensão (isolados e em programas) entre os anos de 2010 e 2017, Vreac/UPF, 2018



Fonte: Relatórios da Divisão de Extensão/Vreac/UPF, 2018.

Os programas são entendidos como um conjunto articulado de projetos e outras ações de Extensão de caráter multidisciplinar, interinstitucional, inseridos organicamente nos territórios e integrados às atividades de pesquisa e de ensino que potencializam os currículos. A iniciativa institucional de criação de programas deu-se em 2015, por ocasião

da apresentação de propostas ao Edital do Programa de Extensão Universitária (Proext/2016) ao Ministério da Educação. Naquele momento, a UPF aprovou e institucionalizou cinco programas, quais sejam: ComSaúde, Comunidades sustentáveis, Cultura e patrimônio, Integração da universidade com a educação básica e Mutirão pela inclusão digital.

Atualmente, são 15 programas institucionalizados, abrangendo as oito áreas temáticas da extensão, as ações desenvolvidas são vicárias a esse movimento de sistematização da extensão em grandes blocos articulados, constituindo-se em uma das grandes estratégias no desafio da curricularização. Espaço de encontro da universidade com a sociedade, os programas são o corolário do entendimento de que a extensão é um processo contínuo, de vinculação permanente com o território, de solicitada participação estudantil e, sobretudo, de percursos formativos.

A compreensão dos programas como espaços de aprendizagem e de incidência sobre a formação do estudante levou a Universidade de Passo Fundo à convicção de que é preciso fortalecer o entendimento da articulação dos programas com o currículo.

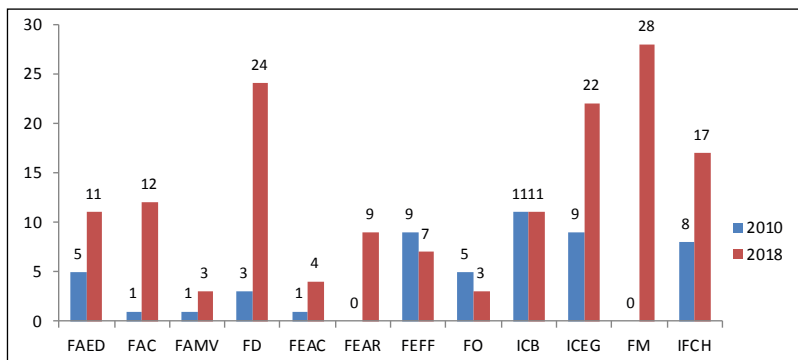
Destacar e cultivar a intencionalidade pedagógica dos programas e o seu potencial para a curricularização da extensão permite a possibilidade de novas formas de aprender e ensinar por meio de práticas educativas conectadas com o território.

Dentre os desafios do PDI do período de 2012 a 2016, estava o de que todas as Unidades Acadêmicas (UAs) pudessem ter seus projetos e/ou programas de extensão institucionalizados, em conformidade e de modo coerente com o

previsto nos PPCs dos seus cursos. Outro desafio era criar “programa de fomento” para que todos os *campi* da UPF (em número de seis fora da sede) pudessem ter algum projeto de extensão à disposição dos alunos (Quadro 1).

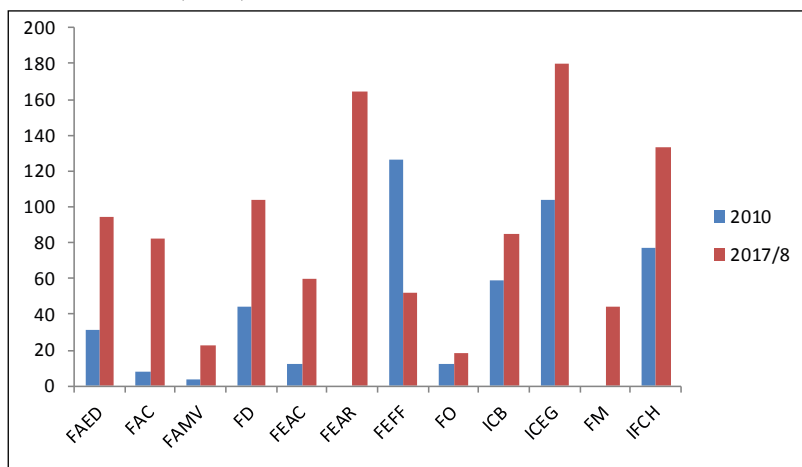
Conforme observamos na Figura 4, a meta das UAs foi atingida em 100%, com aumento de projetos/programas em 11 delas (de um total de 12). Destaca-se que, em 2010, duas unidades não tinham nenhum projeto institucionalizado. Isso não significa, no entanto, que não desenvolvessem atividades inerentes, entretanto, essas ações eram marcadas pela “invisibilidade”, tanto pela comunidade interna quanto pela comunidade externa (UPF, 2011).

Figura 4 – Distribuição de projetos de extensão (isolados e em programas) por unidade acadêmica, nos anos de 2010 e 2018, Vreac/UPF, 2018



Fonte: Relatórios da Divisão de Extensão/Vreac/UPF, 2018.

Figura 5 – Distribuição de CH em projetos de extensão por unidade acadêmica, UPF, 2010 e 2017/8



Fonte: Relatórios da Divisão de Extensão/Vreac/UPF, 2018.

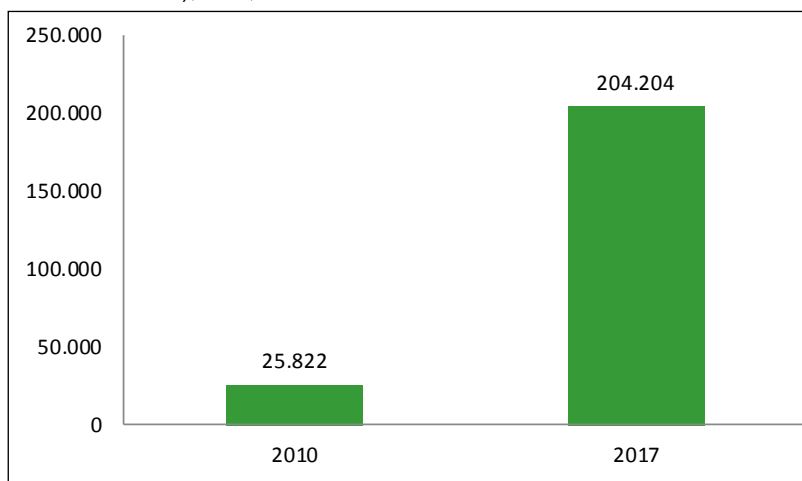
Quadro 1 – Nº de projetos de Extensão nos *campi*, fora da sede da UPF (2010-2018)

Evolução dos projetos de Extensão nos <i>campi</i> (2010 - 2018)									
Campus/Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015*	2016	2017	2018
Campus Carazinho	2	2	2	3	3	4	4	3	5
Campus Casca	0	1	1	1	1	1	1	1	4
Campus Lagoa Vermelha	0	0	1	1	1	1	2	2	5
Camus Palmeira das Missões	0	0	0	0	1	1	1	0	0
Campus Sarandi	0	0	0	0	0	2	3	3	3
Campus Soledade	0	0	2	2	2	2	3	3	4
TOTAL	2	3	6	7	8	11	14	12	21

Fonte: Relatórios da Divisão de Extensão/Vreac/UPF, 2018.

* A partir de 2015, houve um aumento significativo de ações, que corresponde à inserção nos *campi* dos projetos da Faculdade de Direito Balcão do Consumidor, Mediajur, Projur e Balcão do Trabalhador.

Figura 6 – Nº de pessoas beneficiadas com as ações dos projetos (2010-2017), UPF, 2010 e 2017



Fonte: Relatórios da Divisão de Extensão/Vreac/UPF, 2018.

Os dados evidenciados pelas figuras aqui apresentadas permitem a compreensão de que houve um investimento, tanto interno quanto externo, nas ações de extensão⁹, o que possibilitou uma ampliação de quase dez vezes do público beneficiado (diretamente) pelos programas e projetos, se comparado com o início do período.

Os prêmios em nível estadual e nacional recebidos no período da gestão constituem outro indicador que atesta a qualidade do trabalho. Entre esses, destacamos: o Prêmio de Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa do Estado do RS (duas vezes recebemos a honraria máxima e, por três vezes consecutivas, ficamos entre os finalistas do

⁹ Importante registrar que não estamos abrangendo todas as ações de extensão da Universidade. Há centenas de cursos e prestações de serviço desenvolvidas continuamente pelas Unidades Acadêmicas e Vice-Reitorias e que são, igualmente, relevantes.

tema norteador), o Prêmio Nacional de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência e o Prêmio Nacional da Biodiversidade. Além desses, muitos outros importantes destaques foram recebidos.

f) Movimentação literária de Passo Fundo: exemplo de mudança e superação

Realizadas desde 1981, as Jornadas Nacionais de Literatura consolidaram-se em ambiência de grande expressão cultural no cenário nacional e também internacional. Como uma movimentação cultural que atua na formação de leitores de textos em diferentes suportes e linguagens, o evento busca despertar a vontade de ler, ampliando o acesso a diferentes formas de cultura para desenvolver o senso crítico das pessoas.

Um dos eventos mais reconhecidos na área da literatura do sul do Brasil, voltado para todos os públicos de todas as idades, teve, no período de vigência desta gestão, três edições realizadas: 14^a, em 2011; 15^a, em 2013; e 16^a, em 2017. As Jornadas de Literatura constituíram-se, ao longo de 36 anos, em um evento complexo que abriga uma série de atividades concomitantes, além de um conjunto de ações contínuas nos territórios locorregionais, em especial nas escolas e na própria Universidade, com a leitura de obras de autores, contação de histórias, teatro de fantoche e outros debates que se efetivam durante o evento.

Dadas as demandas dos novos tempos e a realidade socioeconômica em que se encontra o país, o projeto necessitou passar por uma remodelação a partir de 2015, momento em que a UPF cancelou a 16^a Jornada devido à inviabili-

dade financeira de mantê-la no modelo planejado. Equipes externas e internas da UPF, juntamente com a Prefeitura Municipal, parceira do projeto, realizaram pesquisas, envolvendo os diferentes atores da sociedade, o que possibilitou um diagnóstico e uma nova proposta de trabalho até a 16ª edição, em 2017, com absoluto sucesso.

Assim, de cara nova, mas sem perder suas raízes, a edição de 2017 trouxe inovações importantes. Entre tantas novidades, a jornalização da cidade foi o elemento de maior destaque. Com ações que envolveram todo o espaço urbano, a Jornada manteve a tradição do circo da literatura e a ele agregou o suporte conceitual das cidades educadoras.

Entendendo que a Jornada precisava aproximar-se mais da comunidade, rompendo os muros da Universidade e capilarizando-se pelo território, a 16ª edição inovou, trazendo maior aproximação com as escolas e criando a figura dos agentes de leitura, além das estações de leitura e das rotas literárias, do caminho das artes e das leituras boêmias. Com tudo isso, a Jornada ocupou espaços da cidade com o movimento literário e fez da tenda uma grande teia de leitores.

A Vreac coordenou todo esse trabalho, com o apoio de com um Comitê Gestor instituído pela Reitoria/Consun, implementando, passo a passo, um projeto que inovou pela sua descentralização e construção coletiva. Considerando que a extensão é um dos sustentáculos da universidade enquanto instituição, a amplitude e a profundidade das ações que integram a complexidade das Jornadas de Literatura têm merecido o reconhecimento de autoridades governamentais em diferentes instâncias, de intelectuais, de críticos, de es-

critores, do público interessado em literatura, dos leitores em geral.

g) Programa de Auxílio Permanência ao aluno Programa Universidade para Todos (Prouni)

A criação do programa foi decorrente do diagnóstico de condições de vida dos alunos na Instituição, por ocasião do planejamento estratégico institucional. Identificou-se que muitos alunos, em especial os oriundos do Prouni, careciam de necessidades básicas, como alimentação, fato que, muitas vezes, os impedia de cursar uma graduação. A partir de 2012, foi instituído o programa, que se destina a identificar e a selecionar estudantes Prouni, com bolsa integral, frequentes e regularmente matriculados, para conceder-lhes auxílio financeiro para custeio pessoal com alimentação. Por meio de edital semestral, são destinadas, atualmente, 190 bolsas de auxílio permanência aos estudantes Prouni/UPF. Os critérios associados ao Prouni incluem uma relação entre menor renda e maior número de créditos cursados, até o limite orçamentário disponibilizado por semestre.

Embora não seja esse o objeto de análise neste texto, é importante refletir a respeito da permanência dos alunos na Universidade, não apenas os do Prouni, mas do coletivo, haja vista que um importante contingente de alunos que encerram o ensino médio não tem condições de seguir seus estudos, não apenas pela falta de recursos para subsidiar o curso, mas também para garantir a satisfação de suas necessidades básicas, como moradia, alimentação e transporte. Esse tema foi pauta de vários debates entre a gestão e os estudantes (detalharemos alguns aspectos na sequência).

h) Bate-Papo UPF

O Bate-Papo UPF veio se constituindo como uma ação de fortalecimento do diálogo entre a Reitoria e os estudantes desde o início de 2015. Coordenada pela Vreac, essa ação se caracteriza por um significativo espaço de debate e de aproximação dos estudantes com a Reitoria, no sentido de promover e ampliar a comunicação e o diálogo acerca do contexto da Universidade, das pautas e demandas que os estudantes levantam de forma individual, ou por meio de suas turmas, seus Diretórios Acadêmicos ou DCE. As pautas são pré-definidas pelos alunos e também pela Reitoria e, por consenso no início de cada reunião, priorizadas. A coordenação da reunião também é compartilhada entre a Reitoria e os alunos, circulando em cada reunião.

Esse espaço veio se constituindo de forma democrática e colaborativa, com o propósito de fortalecer as relações, a autonomia, o protagonismo estudantil e a discussão que permeia o processo de formação na Instituição. Com periodicidade mensal (últimas terças-feiras de cada mês, das 17h30min às 19h), ocorre o encontro em local previamente combinado. Em 2017, em reunião, decidiu-se por um modelo itinerante dos encontros, que passaram a ocorrer no hall das unidades acadêmicas, possibilitando o envolvimento de estudantes de diferentes cursos/unidades, funcionários e professores e propiciando a aproximação com diferentes realidades e necessidades.

Dentre as principais pautas discutidas, estão a qualidade e o preço da alimentação no campus; a participação dos estudantes nos processos decisórios e colegiados; a segurança e a vigilância no *campus*; a qualidade de ensino;

a participação dos acadêmicos na atualização do Projeto Político Institucional; a implementação da Política de responsabilidade social universitária; a contribuição na elaboração do Código de Ética Institucional; a descentralização do Bate-Papo nos *campi*; a estrutura física da Universidade: espaços de convivência, iluminação, investimentos nas unidades acadêmicas, conexão de internet wi-fi no *campus*; a regularização dos Diretórios Acadêmicos; o Estatuto e o Regimento da Instituição; e a Política de Extensão e Assuntos Comunitários¹⁰.

Percebe-se que a sequência das edições do Bate-Papo aproximou a Reitoria dos estudantes, com pautas importantes sendo debatidas, socializadas e atendidas, o que se constituiu em uma forma de aproximar a gestão da Universidade dos estudantes, dos professores e dos funcionários, agilizando demandas pertinentes a todos e procedendo à socialização de inúmeras iniciativas realizadas e ao encorajamento ao protagonismo dos alunos. Dentre os avanços, destacamos a melhora da alimentação (pauta que requer constância e vigilância), a oferta de um prato mais acessível; a viabilização, juntamente com professores envolvidos em projetos de extensão, da Feira Ecológica no *campus*; a assessoria jurídica e fiscal oferecida pelos projetos de extensão aos DAs e ao DCE, além de pequenas reformas que oferecem conforto e segurança.

¹⁰ A construção da Política de Extensão e Assuntos Comunitários da UPF de 2017 teve uma efetiva participação dos acadêmicos. No documento, está anexo um parecer que registra essa construção.

i) Grupos artísticos e museus

Num mundo de consumo e de imediatismos, a arte, com sua sensibilidade, profundidade e pluralidade, possibilita uma relação com o saber que não é de acumular e consumir soluções, mas de experimentar e compartilhar problematizações. Com ela, há invenção, há criatividade, há facilitação do processo de aprendizagem facultando um melhor preparo para enfrentar o mundo. Com esse objetivo, a arte e a cultura foram incentivadas e fortalecidas pela Vreac, por meio da Divisão de Assuntos Comunitários.

Os museus (Artes Visuais e Histórico Regional), geridos pela UPF há mais de 20 anos, desenvolvem exposições permanentes e itinerantes, numa média de duas por mês, integrando alunos da graduação, pós-graduação e educação básica. Quanto aos grupos artísticos, o período foi marcado pela ampliação de públicos, integração, experimentação de orquestra e inserção de novos instrumentos (como a Big Band) com um programa de formação inicial e complementação acadêmica, além de performances de música (várias modalidades) e dança (várias modalidades) para o público em geral. Merece destaque, nesse contexto, o registro de que o coro Universitário é o grupo de maior longevidade e que congrega o maior número de participantes, tendo completado 50 anos em 2016. Atualmente, tanto o coro quanto os instrumentos contam com crianças e adolescentes de escolas públicas e ONGs, fortalecendo a interação com a educação básica e a inserção social desses sujeitos.

Ambos os espaços ofereceram à comunidade acadêmica e ao público em geral, tanto em Passo Fundo quanto na região, formação e fruição no campo da arte e da cultura.

j) Centro de Referência e Atenção ao Idoso

Merece destaque a continuidade do Centro de Referência e Atenção ao Idoso (Creati), com sede em três *campi* da UPF: Carazinho, Lagoa Vermelha e Passo Fundo. O Creati mantém uma média de 800 alunos que participam de oficinas, cuidadosamente planejadas e que abordam importantes aspectos biopsicossociais.

Esse espaço constitui-se num espaço de debate e de estudos das questões relativas ao processo do envelhecimento humano, por meio de um desenvolvimento educativo permanente, de caráter interdisciplinar, que envolve toda a comunidade da região Norte do RS e a comunidade acadêmica universitária.

Os alunos que entram no Creati também participam de um segmento de pesquisa, desenvolvido por uma equipe da UPF, chamado Elo-Creati. Trata-se de um estudo longitudinal que busca avaliar e acompanhar os diferentes aspectos de vida e saúde dos idosos matriculados no Creati do município de Passo Fundo.

k) Participação ativa no Fórum de Gestão das Instituições Comunitárias de Ensino Superior

O Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária (ForExt) é entidade representativa das universidades e instituições comunitárias de ensino superior para assuntos de Extensão e Ação Comunitária. Objetiva analisar, debater, propor políticas, estratégias e questões relativas à Extensão e à Ação Comunitária de interesse de seus membros. Realiza encontros sistemáticos dos representantes, tanto por regiões (Câmaras), quanto em âmbito nacional.

Uma das ações propostas pelo Planejamento Estratégico da UPF (2011) era “aperfeiçoar a política institucional de representação da UPF em conselhos e fóruns locais e regionais”. Nessa direção, desde 2010, a UPF teve participação efetiva e ajudou a gerir e reorganizar esse importante espaço de representação das ICES. A partir de 2012, representada por sua vice-reitora de Extensão e Assuntos Comunitários, a UPF passou a integrar a coordenação da Câmara Sul (até 2016) e assumiu, de 2016 ao fim da gestão, em 2018, a vice-presidência da Coordenação Nacional.

Durante o período, foram realizadas inúmeras ações de fortalecimento do fórum, qualificação das publicações, participação na Comissão de Extensão do MEC, da avaliação do Edital Programa de Extensão do MEC (ProExt) e, especialmente, da curricularização da extensão, culminando com a participação (do presidente e do vice-presidente) em uma comissão especial, indicada pelo Conselho Nacional de Educação, que elaborou texto básico e proposta de Resolução das “Diretrizes Nacionais de Extensão (em avaliação no CNE).

Ressalta-se que a participação institucional no ForExt fortalece a Ices na medida em que as experiências são compartilhadas, mas, sobretudo, possibilita incidir na construção coletiva de propostas e políticas que fortalecem a extensão universitária.

1) Internacionalização da Extensão: o caso do Mercosul

Diante dos desafios do ensino superior na contemporaneidade, a extensão universitária vive o paradoxo de pensar o território em uma dupla perspectiva: da conexão global e

da vinculação aos espaços contíguos. Em mundo cada vez mais integrado, interdependente e funcionando em rede, não há como não pensar na importância estratégica da internacionalização para as diversas dimensões da universidade e, especificamente, para a extensão.

Nesse sentido, mesmo reconhecendo a necessidade de avançar no processo de internacionalização da UPF na perspectiva da extensão, não podemos deixar de lado os movimentos já existentes que apontam para essa perspectiva. Nosso maior investimento nesse campo deu-se por meio das Jornadas de Extensão do Mercosul, realizadas, anualmente, desde 2011, intercaladas entre UPF e Tandil, Província de Buenos Aires. Com presença massiva de professores, estudantes e técnicos, esse intercâmbio demonstrou um diferencial na ênfase atribuída aos conceitos de território e rede, como eixos estruturantes das políticas de extensão das universidades brasileiras e internacionais. Inscreve-se no âmbito de articulações nacionais e internacionais, compondo forças com o Ministério da Educação (MEC), com o Fórum Nacional de Extensão (Forext) e com outras redes de extensão da América Latina e do Caribe, para a ampliação da dimensão relacional e comunicativa da universidade e o aumento dos tecidos sociais e produtivos. Garante, por intermédio de uma expressiva mobilização sinérgica local, a participação ativa da comunidade para a mobilização democrática e produtiva do território. Potencializa um processo de discussão intermitente dos conceitos de inovação e tecnologia nas mais diferentes áreas do conhecimento, estreitando os laços da universidade com o seu entorno e apro-

ximando-a das discussões nacionais e internacionais sobre extensão universitária.

Enfatizam-se, também, as oportunidades de **interlocação com outras universidades**, nacionais e internacionais, por meio do ingresso da UPF na Associação Latino-Americana de Extensão Universitária (ULEU). Tal aspecto colocou as práticas extensionistas como terreno fértil para a organização e a consolidação do Plano de Internacionalização da UPF (2017), avançando na inserção da Instituição num âmbito global.

Isso se efetivou a partir da aproximação com as universidades do Mercosul e da conseqüente troca de conhecimentos por intermédio de intercâmbios acadêmicos de discentes e docentes, que se inseriram em várias regiões do mundo, com diferentes enfoques linguísticos, blocos econômicos e níveis de desenvolvimento, salientando a diversidade cultural e de aprendizagens.

Tal interlocução também foi possibilitada por convênios de cooperação mútua entre diferentes universidades, bem como a partir de redes de extensão internacionais que qualificam e questionam os modelos de cooperação baseados estritamente nas relações entre norte e sul (países de economia central localizados no hemisfério norte e países do hemisfério sul, de economias tidas como periféricas), abrindo outros canais de diálogo e intercâmbios. O avanço da internacionalização é uma das estratégias da UPF e encontra-se no Plano Estratégico de Internacionalização (PEI) 2018-2022, aprovado pelo Consun no final de 2017.

m) Parcerias com a comunidade local e regional

Cumprindo com sua vocação comunitária e com a responsabilidade social, a UPF, por meio da Extensão e dos Assuntos Comunitários, investe em parcerias com vistas à formulação de projetos e políticas que tenham por objetivo a qualificação da vida social, em seus distintos segmentos. Diante disso, mantém um grupo de professores e funcionários representantes da universidade em inúmeros órgãos, conselhos e comitês, tanto da sociedade civil quanto em nível governamental. Vários desdobramentos, tais como a elaboração do plano de saneamento básico de Passo Fundo (2012-2014), a política Municipal de mobilidade urbana de Passo Fundo (2012), o planejamento estratégico de Lagoa Vermelha (2014-2016), entre outros, têm raízes nesses grupos de trabalho.

Na linha do desenvolvimento regional, a UPF passou a integrar, no ano de 2013, a partir da recomposição dos Coredes (retomada do planejamento estratégico e a aproximação com os municípios), a coordenação dos conselhos da sua área de abrangência. Além disso, a instituição assumiu a coordenação e a atualização do planejamento estratégico de duas regiões de Conselhos de Desenvolvimento (Coredes), envolvendo 35 municípios e participou da organização e da discussão acerca da descentralização dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) (agora, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS), juntamente com a Secretaria especial da Presidência da República, integrando a comissão dos ODM regionais.

No ano de 2014, a Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, por meio do setor de Desenvolvimento Regio-

nal, assumiu de forma mais efetiva o papel de articuladora entre a instituição e a comunidade regional. Essa articulação possibilitou um acolhimento e o estabelecimento de novas parcerias com as instituições com foco no desenvolvimento regional. A participação da instituição na diretoria do Conselho de Desenvolvimento da Região da Produção (Corede Produção) possibilitou uma maior aproximação com as comunidades, com destaque para o trabalho desenvolvido por esse Conselho no Sistema Estadual de Participação Cidadã, ação que possibilitou à instituição estar junto com a comunidade regional na definição das prioridades do município e da região, valorizando a prática da democracia participativa, direta e representativa da sociedade.

Atualmente, a UPF mantém uma relação orgânica com a região, desenvolvendo processos continuados de assessoria na área de educação, saúde e gestão pública, além de outras demandas de interesse das regiões. A presença dos polos tecnológicos e a instalação do Parque Científico e Tecnológico aumentaram a interlocução com as diferentes regiões e com os diferentes públicos, destacando-se a área do empreendedorismo e da extensão tecnológica que se expandem, gradativamente, nos últimos três anos.

n) Projetos especiais: Rondon e UPF Solidária

Por sua tradição e inserção nacional, o **Projeto Rondon**, coordenado pelo Ministério da Defesa, também merece destaque nessa trajetória extensionista da Universidade de Passo Fundo. Desde 2012, a UPF participou de todas as operações desse projeto, que tem por missão viabilizar a participação do estudante universitário nos processos de

desenvolvimento local sustentável e de fortalecimento da cidadania nos municípios do Brasil. Seus objetivos visam contribuir para a formação do universitário como cidadão; integrá-lo ao processo de desenvolvimento nacional, por meio de ações participativas sobre a realidade do país; consolidar, no universitário brasileiro, o sentido de responsabilidade social, coletiva, em prol da cidadania, do desenvolvimento e da defesa dos interesses nacionais e estimular no aluno universitário a produção de projetos coletivos locais, em parceria com as comunidades assistidas.

São características das operações o trabalho voluntário realizado no período de férias escolares, durante duas semanas, e acompanhado por dois professores (um coordenador e um orientador). As equipes são compostas por oito alunos, que têm de estar na segunda metade do curso, de duas equipes (IES diferentes) por município e a não repetição de alunos no projeto. As atividades desenvolvidas nos municípios são divididas em três conjuntos: o Conjunto A: Cultura, direitos humanos e Justiça, educação e saúde; o Conjunto B: Comunicação, meio ambiente; e o conjunto C, da Comunicação.

A **UPF Solidária** foi concebida no início da gestão, buscando agregar e organizar o conjunto de ações solidárias, compreendendo-as como ações formadoras de cidadãos conscientes e ativos socialmente, com ênfase às atividades de solidariedade e voluntariado. Atua de forma colaborativa como via de mão dupla, por meio do trabalho de valores como voluntariado, solidariedade, cortesia, justiça, paz, parceria e o enriquecimento do valor humano atrelado ao tecnológico-científico. Os resultados dessas ações são o for-

talhecimento das relações de respeito mútuo e as atividades solidárias são uma proposta de re-significação da cidadania em busca de uma ação cidadã para superar as situações de desigualdade e de exclusão.

o) Responsabilidade social universitária

A Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários coordena a Comissão de Implementação da Política de Responsabilidade Social Universitária–RSU/UPF. No período dessa gestão, além da elaboração da Política, foram desenvolvidas muitas ações com vistas à sensibilização e à formação acerca dos conceitos e diretrizes propostos pela Política, a partir de um trabalho extensivo subdividido em três principais comissões: 1) Cultura, memória e patrimônio; 2) Gestão ambiental; e 3) Desenvolvimento econômico e inclusão social.

Esses processos foram pensados a partir de um princípio participativo, pelo qual toda a comunidade acadêmica pudesse se sentir incluída e corresponsável com a proposta da RSU/UPF, seus conceitos e diretrizes. Nesse trabalho, foram disponibilizados espaços de formação, divulgação e sensibilização, promovendo a reflexão e a discussão sobre o tema, buscando ampliar o compromisso social da Instituição (conforme meta 4.1 - PDI 2012-2016 - reforçada como Linha Estratégica pelo novo PDI: L4 - Responsabilidade social e integração com a comunidade).

Nos processos de formação, priorizaram-se três grupos específicos: a própria comissão de implementação da política de RSU; os representantes/gestores de unidades e setores acadêmicos; e a formação de apoio, destinada aos demais

funcionários da Instituição. O objetivo principal foi esclarecer de qual conceito de RSU a UPF está partindo, destacando-se a capacidade que tem a universidade de produzir e difundir práticas baseadas em um conjunto de princípios, valores gerais e específicos, por meio de quatro processos chave: gestão, ensino, pesquisa e extensão.

Um dos desafios enfrentados partiu da perspectiva de elucidar que somente as ações de extensão não traduzem a responsabilidade social universitária, o que implica considerar também a superação do enfoque filantrópico de “ação social”. Com base em materiais gráficos e audiovisuais, divulgados na mídia impressa e falada, trabalhou-se a ideia de que ações pontuais, campanhas, eventos isolados, dissociados de um processo de concepção, planejamento, execução e avaliação da Política de RSU não são consideradas responsabilidade social. Assim, o mote da campanha foi/é “Responsabilidade Social UPF: práticas que transformam”.

No que diz respeito à Política de Inclusão Social, foram realizadas muitas atividades no âmbito da graduação, da pesquisa e da extensão. Destacam-se ações como a Feira Ecológica no *Campus I* da UPF (25 edições realizadas no triênio), reafirmando seu compromisso com a educação socioambiental e com a segurança alimentar; a articulação político-pedagógica com os estudantes, a partir da criação do Fórum dos Estudantes; a constituição da Comissão de Acessibilidade para discutir a deficiência enquanto objeto de atenção da cidade e da universidade.

Pode-se afirmar que as principais atividades desenvolvidas no período estão diretamente relacionadas com a missão institucional, contemplando ações com professores,

gestão, Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) e Conselhos de Unidade, articulando a sensibilização e a formação enquanto um processo de apropriação conceitual. Também foram realizados encontros que integraram o Programa de Formação Docente, vinculado ao Setor de Apoio Pedagógico (SAP), e oficinas sobre resíduos sólidos oferecidas pelo Setor de Recursos Humanos (RH) em parceria com a Política Ambiental Institucional (PAI) da UPF.

As ações consideradas prioritárias e que estão em andamento consistiram na(s): a) construção de uma Cartilha de RSU; b) sistematização de indicadores em RSU para subsidiar o processo de formação e construção de planos de ação; c) discussão ampla e coletiva da proposta de Código de Ética Institucional, em fase final de aprovação (conforme meta 1.1.3 - PDI 2017-2021); d) adesão ao Pacto Nacional pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura de Paz e dos Direitos Humanos-MEC; e) ações de eficiência energética que vêm sendo estudadas em parceria com o Setor de Sistemas Elétricos/Divisão Administrativa.

p) A caminho da curricularização da extensão

Desde o início da gestão, partimos do princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Durante esse percurso, tal indissociabilidade, de um lado, se apresentava como uma utopia distante, mas, por outro, precisava ser construída em cada **ato de gestão**, colocando a curricularização e a associação desses diferentes pilares como pauta do dia. Essa perspectiva traz em si, também, o acesso com mais equidade, ou seja, a presença da extensão por dentro dos currículos, e faculta a todos os

acadêmicos – e não apenas àqueles com disponibilidade de tempo e de outros recursos para complementar suas formações – vivenciar essa experiência.

Fruto de muita discussão em nível nacional, a extensão entrou na meta 12.7 do PNE, que diz: “Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”. Ao direcionar o índice de 10% dos créditos, a política deixa claro que precisam ser cumpridos “em projetos e programas de extensão”. Corroborar essa meta a Lei das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES), lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013 (BRASIL, 2013), que, no parágrafo 4º do art. 1º, dispõe que “As Instituições Comunitárias de Educação Superior institucionalizarão programas permanentes de extensão e ação comunitária voltados à formação e desenvolvimento dos alunos e ao desenvolvimento da sociedade”.

Os projetos e os programas são tomados como centrais nesses documentos e refletem a necessidade de uma extensão bem estruturada e de caráter contínuo, o que é possível com um forte vínculo social e comunitário. Nesse caso, não se trata somente de priorizar a criação de dispositivos curriculares novos, mas de reconstruir os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) para que integrem, na dinâmica curricular, propostas efetivamente estruturantes e que deem sentido nas distintas áreas do conhecimento, fortalecendo a transformação social e a formação cidadã. Também não se trata de estender em percentuais o tempo de integralização do curso, mas de promover a busca de articulação dos pro-

jetos, programas e demais possibilidades existentes, numa proposta de curso que indissocia o diálogo com a comunidade, a pesquisa e o ensino (tanto de graduação, quanto de pós-graduação).

Nessa direção, com o propósito de ampliar a **participação discente** nas atividades extensionistas (meta 1.7.1 – PDI 2017-2021), tem-se buscado compreender o perfil majoritário dos alunos da UPF, uma vez que mais de 70% dos cursos têm suas atividades desenvolvidas no período da noite e que a maioria dos alunos são “trabalhadores que estudam”, o que implica dizer que a oportunidade de vivenciar processos extensionistas somente é possível se tiver espaço na dinâmica curricular. Nesse aspecto, entende-se que houve avanços na consolidação da política de extensão a partir da efetivação de diversas estratégias: vinculação com os PPCs; incentivo à interdisciplinaridade; expansão de carga horária e criação de bolsas para extensão, aumentando expressivamente o número de estudantes e também de professores envolvidos; fortalecimento do quadro do professor extensionista (QPEx); participação em editais externos de financiamento da extensão (com destaque para o ProExt) e inserção da UPF nos grandes debates nacionais e internacionais da extensão universitária. Sobre o ProExt (2016), pertinente destacar que a UPF tornou-se a universidade comunitária com mais projetos aprovados com recursos em âmbito nacional, dado que corrobora os avanços da Instituição no que tange à articulação com as políticas públicas e à consistência de suas propostas.

Para a superação das dificuldades existentes, a Vreac tem, dentre outras ações, acompanhado a reformulação

dos PPCs, juntamente com a Vice-Reitoria de Graduação (VRGrad), auxiliando no debate sobre a indissociabilidade do conhecimento nos cursos de graduação (meta 1.7.2 – PDI 2017-2021). Nesse aspecto, tem elevada importância o fato de que, em seu Marco Regulatório da Extensão, a instituição abre possibilidades para que cada unidade acadêmica, exercendo sua autonomia e criatividade, organize seus planos, contemplando a curricularização em várias modalidades: a) componente curricular específico da extensão; b) destinação de parte da carga horária de disciplinas para práticas extensionistas; c) incorporação de programas e projetos de extensão já existentes à matriz curricular; ou outras modalidades que possam ser criadas, respeitando-se o potencial criativo dos colegiados e a autonomia das unidades. Nesse universo, a aproximação com a VRGrad, com a Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (VRPPG), com as unidades e com os cursos tem permitido avanços na construção de políticas, diretrizes, objetivos, metodologias e ações em relação à indissociabilidade do conhecimento.

Decorre daí a iniciativa da Vreac em acompanhar as unidades na reestruturação de seus projetos pedagógicos, buscando colaborar para que, por meio do exercício integrador entre as áreas do conhecimento, construam caminhos de inter e transdisciplinaridade. Tal postura proporcionou um notável avanço, ainda que não homogêneo, que pode ser percebido nos processos de cada curso. Nesse processo, entre as medidas que contribuem para a superação do instrucionismo imobilizante e que constroem uma aprendizagem comprometida, significativa e integradora, estão a superação de um modelo linear de currículo, acolhendo as possi-

bilidades e oportunidades de uma dinâmica curricular que prevê espaços e tempos (componentes) promotores do encontro com as realidades da comunidade; a identificação de roteiros epistemológicos que conectam a proposta do curso com a vida; e a problematização de situações desumanizantes; as possíveis soluções dos problemas sociais.

Desse modo, a Universidade de Passo Fundo está trabalhando para enfrentar o desafio de cumprir a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação e, por essa razão, estabeleceu como meta, no seu PDI, que, até 2021, 100% dos PPCs contemplassem a inserção curricular de projetos e programas de extensão. Com esse propósito, está, atualmente¹¹, sendo acompanhada a trajetória curricular de dez cursos que estão vivendo suas experiências de universalizar a extensão aos seus alunos.

Tal cumprimento ultrapassa o caráter regulatório e inscreve-se na vocação primordial da UPF, que se funda na formação integral da pessoa, priorizando a criticidade, a cidadania e a formação humanística. Portanto, impõe-se, no cenário atual, um contínuo esforço no sentido da necessária superação da fragmentação do conhecimento e da formação, para que a universidade esteja cada vez mais comprometida com seu contexto social.

Os trabalhos realizados não estão, portanto, pautados tão somente pela creditação ou pela mera inserção de 10% de extensão nos currículos – desresponsabilizando-nos dos 90% restantes –, mas por um novo paradigma de organização curricular, superando o modelo fabril que historicamente hegemonizou a pedagogia universitária. Precisamos criar

¹¹ Primeiro semestre de 2018.

processos mais abertos ao contato com o território, ampliando o conceito de educação e reinventando formas metodológicas de ensinar e aprender que produzam um itinerário formativo mais significativo para os educandos, a partir do seu protagonismo. Dito de outra forma, embora a curricularização da extensão cumpra importante papel no trabalho de aproximação da academia com o território, compreende-se que a simples inserção de projetos e programas, por si, não garante uma melhora na formação acadêmica. É preciso, de outra parte, compreender as necessárias mudanças/rupturas paradigmáticas que cada curso/PPC precisa fazer para cumprir com a missão da Universidade de formar, integralmente, e ao longo da vida, cidadãos competentes, com postura crítica, ética e humanista, preparados para atuarem como agentes de transformação, promovendo a melhoria da qualidade de vida.

Consideramos que cada instância da Universidade tem diferentes formas de desenvolver o seu trabalho e diferentes perspectivas de compreender a formação e o sistema organizativo micro e macro institucional. Foi da aproximação dessas diferenças, dos diálogos sistemáticos e contínuos com os grupos que construímos as sínteses aqui registradas, com a finalidade de potencializar a extensão como mobilizadora da aprendizagem na educação superior, universalizando o acesso aos estudantes e buscando uma vinculação orgânica e permanente com os atores sociais no território.

Nosso movimento teve como propósito colocar em análise distintas dimensões da Extensão universitária e como ela poderia contribuir para a qualificação da formação e da produção de conhecimentos. Esse trabalho ganhou mais

consistência na medida em que, além dos movimentos mais específicos, também dialogava com outros processos vividos concomitantemente na Universidade, tais como a construção de um novo Projeto Pedagógico Institucional (PPI), de um novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e da nova Política de Extensão e Assuntos Comunitários.

Consideramos que esse é um processo inicial e aberto ao aprofundamento e à qualificação, em clima de parceria e cumplicidade institucional. Espera-se, com isso, que as ações aqui expostas possibilitem, ainda mais, a melhoria da formação de nossos acadêmicos e educadores e de toda a comunidade beneficiada pelas iniciativas da Extensão da UPF.

Fechando ciclos, abrindo caminhos...

Ao finalizarmos dois períodos de gestão à frente da Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, podemos dizer que combinamos, de forma equilibrada, a função de gerir e gerenciar, o que se tornou viável pela escuta das múltiplas vozes, pela aposta nos coletivos e pela coragem de desconstruir o lugar cristalizado de uma extensão encolhida, assistencialista, paralela aos currículos e com pouca potência em si e nos seus processos.

Tivemos acertos e equívocos e sabemos que muito ainda há por ser feito. A Extensão, à luz de sua gênese e do que a sociedade espera dela, ocupa um lugar estratégico nas instituições de ensino superior, em especial nas comunitárias, pois possibilita a experiência mobilizadora da aprendizagem, de tal forma partícipe e constituidora da subjetividade

dos seus cognoscentes e da transformação do meio (mundo). Assim, quanto melhor for a extensão, melhor será a formação técnica, científica e humanística.

Talvez, tal como fez um grupo de estudantes de Córdoba/Argentina em 1918, precisemos fazer com que a extensão das universidades, mais do que qualquer outra função, intime a universidade a se repensar, a avaliar como e para que/quem forma e produz conhecimentos, a fim de, cada vez mais, fazer mais sentido aos jovens do século XXI e a toda a sociedade.

Então sigamos, em movimento!

Referências

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, publicada no DOU 13.11.2013 - Edição extra.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, publicada no DOU de 26.6.2014 - Edição extra.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. *Planejamento Estratégico da Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – Gestão 2010-2014*.

_____. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021*. Passo Fundo/RS, 2017. Disponível em: <<https://secure.upf.br/apps/conteudo/resolucoes>>.

_____. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016*. Passo Fundo/RS, 2012. Disponível em: <<https://secure.upf.br/apps/conteudo/resolucoes>>.

_____. *Política de Extensão e Assuntos Comunitários*. Passo Fundo/RS, 2011. Disponível em: <<https://secure.upf.br/apps/conteudo/resolucoes>>.

_____. *Política de Extensão e Assuntos Comunitários*. Passo Fundo/RS, 2017. Disponível em: <<https://secure.upf.br/apps/conteudo/resolucoes>>.

_____. *Projeto Pedagógico Institucional*. Passo Fundo/RS, 2012. Disponível em: <<https://secure.upf.br/apps/conteudo/resolucoes>>.

Sobre os autores e organizadores

Adriano José Hertzog Vieira - Assessor da Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários entre 2014-2018.

Agostinho Both - Professor convidado da Universidade de Passo Fundo. Vice-Reitor Acadêmico na mesma instituição entre 1982-1990.

Bernadete Maria Dalmolin - Vice-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários entre 2012-2018. Reitora da Universidade de Passo Fundo, gestão 2018-2022.

Carlos Antonio Madalosso - Médico. Professor da Faculdade de Medicina. Diretor da unidade entre 1972-1986.

Salete Cleusa Bona - Professora da Faculdade de Educação. Vice-Reitora Acadêmica entre 1990-1994.

Elmar Luiz Floss - Engenheiro-agrônomo. Licenciado em Ciências. Doutor em Agronomia. Professor aposentado da Universidade de Passo Fundo. Diretor do Instituto de Ciências Agronômicas entre 1982-1986. Vice-reitor administrativo *pro tempore* em 1987. Consultor em agronegócios. Membro da Academia Passo-Fundense de Letras.

Elydo Alcides Guareschi - Professor da Faculdade de Educação. Diretor da unidade entre 1961-1974. Vice-Reitor e Reitor da Universidade de Passo Fundo entre 1968-1982 e Reitor entre 1982-1998. Presidente da Fundação Universidade de Passo Fundo entre 1982-1983.

Irany Clemente Comin - Professor da Faculdade de Educação. Presidente da Fundação Universidade de Passo Fundo entre 1993-1995.

Irineu Fioreze - Professor da Faculdade de Agronomia. Diretor da unidade entre 1978-1982 e 1986-1990.

Ivaldino Tasca - Jornalista, radialista, escritor e editor.

Luiz Eduardo Schardong Spalding - Professor do Instituto de Ciências Exatas e Geociências.

Luiz Eurico Spalding - Professor do Instituto de Ciências Exatas e Geociências. Diretor da unidade entre 1970-1986.

Marcio Tascheto da Silva - Coordenador da Divisão de Extensão da Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários entre 2012-2018.

Mirian Folha de Araújo Oliveira - Professora da Universidade Estadual do Piauí, *campus* de Corrente.

Munira Medeiros Awad - Coordenadora da Divisão de Assuntos Comunitários da Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários entre 2010-2018.

Rita De Marco - Acadêmica de Secretariado Executivo Bilíngue (UPF). Bacharel em Ciências Econômicas (Uniuiv). Secretária do Programa de Pós-Graduação em Envelhecimento Humano (UPF).

Raimunda Maria da Cunha Ribeiro - Professora da Universidade Estadual do Piauí, *campus* de Corrente.

Sandra Malheiros Mendonça - Médica. Professora da Faculdade de Medicina.

Telmo Frantz - Professor da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

O COMUNITÁRIO NA IDENTIDADE DA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Como não podia deixar de ser, este livro é cheio de significados: alguns resgatados com maestria pela memória dos acontecimentos e registros dos que escreveram, e outros que somente a experiência, no sentido larrosiano, pode dar. Em um contexto no qual, entre as velocidades e os excessos de trabalhos, temos de fazer paradas obrigatórias, temos que “[...] pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar: parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes [...]” (BONDÍA, 2002, p. 24).

Se hoje falamos em inovação, vale a pena conferir o que os nossos antepassados criaram...



ISBN 978-85-523-0016-8



UPF[®]
Universidade
de Passo Fundo

EDITORA

editora@upf.br
www.upf.br/editora